

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

LINDIVALDO OLIVEIRA LEITE JUNIOR

**CULTURA E RACISMO – Participação Negra na Construção das Políticas Culturais
em Pernambuco (2012 a 2020)**

**RECIFE
2023**

LINDIVALDO OLIVEIRA LEITE JUNIOR

**CULTURA E RACISMO – Participação Negra na
Construção das Políticas Culturais em Pernambuco
(2012 a 2020)**

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Professora Doutora Beatriz Martins Moura

**RECIFE
2021**

Ficha Catalográfica

LEITE JUNIOR, Lindivaldo Oliveira

Cultura e Racismo – Participação Negra na Construção das Políticas Culturais em Pernambuco (2012 a 2020) \ Lindivaldo Oliveira Leite Junior. Recife: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas f.:92

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, ano 2023

Orientadora: Professora Doutora Beatriz Martins Moura

LINDIVALDO OLIVEIRA LEITE JUNIOR

CULTURA E RACISMO: Participação Negra
na Construção das Políticas Culturais em
Pernambuco (2012 a 2020)

Dissertação apresentada ao curso Maestría
Estado, Gobierno y Políticas Públicas,
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em

Profa. Doutora Beatriz Martins Moura
FLACSO Brasil/FPA

Prof. Dr. Homero Chiaraba
FLACSO Brasil

Prof. Me. Anderson Pereira
Museu Nacional

Prof. Me. Gleidson Wirllen Bezerra Gomes (suplente)
FLACSO Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 UM DESAFIO PESSOAL, UMA TAREFA DA POLÍTICA	13
1.1 Nem só de militância política	22
1.2 Dialogar para não perder o foco	26
1.3 Um outro olhar	27
2 UM CONSELHO PARA PERNAMBUCO.....	36
1.1 É estruturante e sistêmico	41
3 Brava Gente Brasileira, a representação negra na cultura	58
3.1 É nós.....	66
3.2 Mulherismos e amefricanidades.....	72
3.3 Quase todos brancos	75
CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS.....	91

AGRADECIMENTOS

Agradeço a conclusão desse trabalho à força dos ancestrais negros que me fortalecem a cada dia. À Professora Beatriz Martins Moura, à Flacso, a Tereza Huang (*in memória*), a meus pais – Seu Vavá e Dona Lalá –, a meu Babalorixá – Raminho de Oxóssi –, a meus filhos – Wesley de Jagun e Pedro Leite – e, em especial, a meu parceiro de vida – Marcelo da Silva. Aos vários amigos antigos e novos que acreditam no meu potencial, a toda turma da militância política e cultural que me inspiram.

RESUMO

Apresento agora o resultado de um trabalho que está alimentado pelo desejo de dialogar sobre a participação de pessoas e lideranças negras nas políticas culturais. A força popular, a articulação política, o discurso. Uma dissertação permeada por experiências em gestão de políticas culturais e ativismos negro. O trabalho de conclusão para obter título de mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas na FLACSO, está organizado em três capítulos, no primeiro eu trago o desafio pessoal em realizar um estudo sobre as políticas culturais num contexto de retomada pós pandemia da Covid-19, ao tempo em que coloco minhas experiências de gestor e os debates anteriores sobre a construção das políticas públicas de cultura afro-brasileira como impulsionador do processo. Sigo o trabalho dialogando com estudiosos da atualidade que dedicam sua inserção no mundo acadêmico a compreender processos de instituição de políticas públicas de cultura, participação social e trago para o trabalho o Professor Albino Rubim com seu debate sobre descontinuidade das políticas culturais, com autores de nosso tempo em um diálogo permanente sobre inclusão de pessoas negras por meio da cultura e o esforço de lideranças para ocupar espaços de decisão e poder nas políticas culturais. Trago o Conselho Nacional de Política Cultural, seu colegiado de cultura afro-brasileira e a ligação da consolidação de políticas estruturadoras para a cultura em Pernambuco com a sua adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Discuto o papel de lideranças negras na construção das políticas culturais e o perfil dos conselheiros e conselheiras do Conselho Estadual de Política Cultural, ao destacar nomes influentes na dinâmica do conselho e suas conquistas. Ao dialogar sobre o trabalho das lideranças negras no conselho, o trabalho apresenta perfil de diversas lideranças e se debruça sobre o discurso e o esforço da primeira mulher negra a dirigir um conselho de cultura na história das políticas culturais em Pernambuco, a Professora, Yalorixá, negra, Tereza França de Oyá que se destacou no trabalho por sua paciência e capacidade de diálogo.

Palavras-chave: Política Cultural; Conselho de Cultura; Racismo; Participação negra; Racismo Institucional

RESUMEN

Presento ahora el resultado de un trabajo alimentado por el deseo de dialogar sobre la participación de los negros y líderes en las políticas culturales. Fuerza popular, articulación política, discurso. Una disertación permeada por experiencias en la Gestión de políticas culturales y el activismo negro. Este trabajo de conclusión para obtener el título de maestría en Estado, Gobierno y Políticas Públicas en FLACSO está organizado en tres capítulos, en el primero trabajo el desafío personal de realizar un estudio sobre políticas culturales en un contexto de reinicio póst-pandemia del Covid-19. Al mismo tiempo que pongo como motor del proceso mis experiencias como gestor y debates previstos sobre la constitución de políticas públicas para la cultura afrobrasileña, como controlador del proceso. Continuo el trabajo dialogando con estudiosos actuales que dedican su inserción en el mundo académico a comprender procesos de institución social y traigo al trabajo al profesor Albino Rubín con su debate sobre la discontinuidad de las políticas culturales, con autores de nuestro tiempo en un diálogo meramente sobre la inclusión de los negros a través de la cultura y esfuerzo de los líderes por ocupar espacios y poder en las políticas culturales. Traigo el Consejo Nacional de Política Cultural, su colegiado de cultura afrobrasileña y la vinculación de la consolidación de las políticas estructurantes de la cultura en Pernambuco con su adhesión al Sistema Nacional de Cultura. Alzizo el papel de los líderes negros en la construcción de políticas culturales y el perfil de los consejeros del Consejo Estatal de Política Cultural, destacando nombres influyentes en la dinámica del consejo y sus logros. Al dialogar sobre el trabajo de los líderes negros en el consejo, la obra presenta el perfil de varios líderes y se centra en el discurso y el esfuerzo de la primera mujer negra en dirigir un consejo de cultura en la historia de las políticas culturales en Pernambuco, la Profesora, Yalorixá, negra, Tereza França de Oyá que se destacó en el trabajo por su paciencia y capacidad de diálogo.

Palabras clave: Política Cultural; Consejo de Cultura; Racismo; Participación negra;

Racismo Institucional.

INTRODUÇÃO

Quando voltei a estudar, em 2019, e ingressei como aluno da pós-graduação em Gestão e Políticas Culturais na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), minha primeira expectativa era ter um título, um reconhecimento acadêmico para, digamos, validar meu conhecimento sobre políticas culturais obtido na lida, na luta, na garra. Como nunca fui desses estudantes aplicados, eu achava que o mundo acadêmico não me pertencia. Posteriormente, no decorrer do curso, com os professores que se mostraram não apenas acadêmicos mais experientes nos desafios das políticas culturais em governos locais e nacionais, com leituras, debates, envolvimento com estudantes, muitos parecidos comigo no que se refere ao vivido na implementação de políticas culturais, minha “chave” rodou.

Descobri no cotidiano do curso, nos grupos de trabalho e nas relações experimentadas até nos intervalos que “o bicho” apresentado para mim, o espanto e o pedestal colocado aos cursos de pós-graduação faziam parte de uma perspectiva de elitização das universidades, da perspectiva do distanciamento das populações negras, pobres e periférica do mundo acadêmico e que um curso de pós-graduação é um espaço para todos, pelo menos deveria ser. Foi possível observar por dentro que os processos de conhecimento acadêmico podem ser acessados por todos que desejarem, na medida em que sejam aprovados nos processos seletivos (elitistas e excludentes). É claro que existe um processo histórico de seleção que privilegia quem tem acesso à informação e pertencem a um mundo do conhecimento eurocêntrico.

Na primeira pós-graduação na UFRB estudei o processo de construção do colegiado setorial de cultura afro-brasileiro que tive a oportunidade em coordenar junto com outros parceiros da luta pelos direitos culturais da população negra. Empolgado com o resultado do trabalho que me rendeu capacidade analítica e crítica sobre a política cultural brasileira e a inserção de lideranças negras em sua construção, pensei um projeto de mestrado que pudesse dar continuidade ao que eu havia iniciado com os estudos sobre gestão e política cultural.

Na UFRB trabalhei com a participação negra na construção do Plano Nacional para a Cultura Afro-Brasileira, dialogando sobre a participação de lideranças negras na efetivação do Plano Nacional de Cultura, que tem, entre suas 53 metas, uma que determina que: “100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural com colegiados instalados e planos setoriais elaborados” (SPC/MIN, 2013, p. 129). O trabalho permitiu avançar na compreensão das políticas públicas geral e específica no que se refere ao papel da cultura para o enfrentamento ao racismo e a decisiva participação de lideranças negras para a implementação

de políticas culturais de recorte racial com conquistas que conhecemos hoje, como a criação da Fundação Cultural Palmares, a Lei nº 10.639/2003 que institui o ensino de história e cultura afro-brasileira nos currículos brasileiros, a proteção das culturas afro-brasileiras e dos territórios quilombolas na Constituição brasileira e o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 2010.

O mestrado então seria uma oportunidade para debater sobre o Conselho Nacional de Política Cultural, a descontinuidade das políticas de participação ocorrida devido ao golpe de 2016 contra a Presidenta Dilma Rousseff, que interditou a construção de um processo rico de aprofundamento da democracia participativa vivido no Brasil, quando os diversos conselhos foram destituídos e o Conselho Nacional de Política Cultural teve sua perspectiva transversal e representação diminuída. Um dos abalos na política de participação no campo da cultura foi a destituição dos 18 colegiados setoriais, entre eles o Colegiado Setorial de Culturas Afro-brasileiras.

No entanto, a conjuntura política e pessoal em que eu estava inserido no meu estado de origem, Pernambuco, me levou a um olhar mais local e a um entendimento de que o momento poderia lançar um olhar sobre a participação social negra, a inserção dos negros na construção das políticas culturais em Pernambuco. A continuidade do trabalho acadêmico nesse sentido vai de encontro com uma perspectiva de relacionar o local (Pernambuco) com o âmbito nacional do desenvolvimento das políticas culturais, mas o foco continuaria a ser a participação negra. Assim, o trabalho apresentado nesta dissertação, na nova etapa acadêmica com o mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas na Flacso, continua sendo a dimensão do enfrentamento ao racismo por meio da política cultural e à participação de agentes culturais negros nos mecanismos de participação social.

O foco do trabalho que segue são as políticas culturais do Estado de Pernambuco, tratando das questões referentes à participação negra no Conselho Estadual de Políticas Culturais de Pernambuco, com o tema: Cultura e Racismo, Participação Negra na Construção das Políticas Culturais em Pernambuco (2012 a 2020).

O trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro trata da experiência pessoal, onde apresento os desafios de ser um trabalhador da cultura envolvido em um processo de discussão de políticas públicas no mundo acadêmico. O contexto da pandemia da Covid-19 para artistas, produtores e trabalhadores da cultura em geral, a luta e a articulação do setor cultural no enfrentamento à situação de empobrecimento do setor cultural, já que o setor foi o primeiro a parar, e a expectativa seria de que fosse o último setor produtivo da sociedade a voltar suas atividades devido a sua característica de reunir pessoas, aglomeração em eventos etc. Esse capítulo nomeei “Um desafio pessoal, uma tarefa política”.

O trabalho faz uma reflexão sobre a invisibilidade de lideranças negras na construção das políticas culturais no Brasil, dialoga com a contradição existente no Brasil que reconhece a força e a influência da cultura negra, das tradições afro-brasileiras e da arte negra no cotidiano da população brasileira, ao tempo em que aspectos do racismo se revelam por meio da cultura. No trabalho, busco dialogar sobre o momento da pesquisa e escrita da dissertação, realizada num período de mudanças pessoais e profissionais, ao tempo em que o país passa pela retomada do período pandêmico com paralização das atividades culturais, muitas perdas de vidas e dificuldade financeira vivida pelo setor cultural.

Além do mais, o trabalho é influenciado por uma característica de ativista negro que trago na minha história, ao mesmo tempo que traz uma reflexão sobre as políticas culturais que se referenciam no conceito de cidadania cultural. No trabalho, eu me defino como fruto de uma luta, do ativismo cultural e de um conjunto de militantes da luta contra o racismo e os apresento como referências positivas para minha trajetória pessoal, acadêmica e política. Nesse sentido, vamos ver Lélia Gonzáles e Abdias do Nascimento sendo referenciados e falando durante o trabalho.

Ao falar de políticas culturais e de participação negra, o trabalho vai trazer as contribuições do Movimento Negro Unificado (MNU), dos blocos afro e das entidades reconhecidas como pioneiras na luta contra o racismo para refletir sobre a intervenção política e o debate sobre inclusão sociorracial por meio da cultura e das políticas culturais.

O segundo capítulo, que denominei “Um conselho para Pernambuco”, abordo o rico processo de construção vivido para termos em Pernambuco um conselho de cultura que corresponda à nova perspectiva brasileira, iniciada em 2003, de aprofundamento da democracia, participação social e cidadania. Discuto a criação do Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco (CEPC/PE), o debate promovido no âmbito estadual para a construção de um modelo de conselho com paridade de participação entre governo e sociedade e amplitude na participação com segmentos diversos e a valorização da diversidade cultural, étnica e racial necessárias a um conselho de característica popular e democrática. Nesse sentido, reflete a adesão do Estado de Pernambuco ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), que, aliás, foi o último estado da Federação a aderir ao SNC.

No terceiro capítulo, foco nos indivíduos que me chamaram a atenção dentro do CEPC/PE, pessoas que trabalham com afinco em favor do aprofundamento da democracia, muitas delas negras, de periferia, ávidas a participar de todo esse processo novo com a retomada no Ministério da Cultura (Minc). Também foram fortes as histórias de vida de conselheiros.

Escolho falar um pouco dessas pessoas, referências negras no CNPC/PE, mostro

possível panorama negro do conselho e permeio toda minha reflexão a partir de entrevistas de referências históricas e foco na primeira presidente do CEPC/PE, a senhora Tereza França de Oyá, que tive a oportunidade de entrevistar e participar de mesa debatedora com ela. A partir de Tereza e as mulheres do conselho, trago a reflexão sobre a força das mulheres conselheiras junto aos debates e encaminhamentos do Minc.

Este é um trabalho realizado num momento de mudanças, e por elas é influenciado. Iniciei o trabalho de forma independente, passei pela direção da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) e concluo a dissertação após assumir uma tarefa no Ministério da Cultura como diretor do Sistema Nacional de Cultura. Nesse sentido, tensões pessoais e políticas estiveram presentes no trabalho, que, aliás, só foi possível concluir graças a uma rede de apoio emocional e de incentivo que tenho o privilégio de ter através de amigos e familiares. Se o leitor ou leitora se identificar com o trabalho, se emocionar ou até sentir a segurança de usá-lo como referência, os agradecimentos vão para todos e todas que me cercam.

1 UM DESAFIO PESSOAL, UMA TAREFA DA POLÍTICA

Desafios postos devem ser encarados – é assim que vejo, foi assim que aprendi ao longo de minha trajetória. Era maio de 2022, em pleno processo de pesquisa para a conclusão do mestrado na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), quando me chegou um convite desafiador. Eu, já vacinado (contra a Covid-19), tinha a expectativa de retomada de projetos culturais, de ações presenciais, de projetos mais ousados. O processo de retomada seguia lento, já que os avanços da vacinação e de programas públicos de saúde para barrar o avanço da pandemia da Covid-19 no Brasil também seguiam lentos.

Nesse momento de retomada em que se iniciava a flexibilização do uso de máscaras, dos trabalhos remotos, dos eventos públicos, chegou a mim um convite para compor o quadro dirigente da Fundarpe, sob coordenação da Secretaria Estadual de Cultura (Secult). Talvez não fosse o melhor período para assumir uma gestão cultural, tendo em vista ser o último ano do segundo mandato do Governador Paulo Câmara (PSB), e os mais críticos à gestão cultural do então governador apontavam falhas e desgastes na política cultural pernambucana.

Além do mais, o período de retomada, com o fim do isolamento social provocado pela pandemia, foi um momento de muita expectativa para os trabalhadores da cultura, uma vez que as consequências da paralisação e dos protocolos de distanciamento social mexeram significativamente com a qualidade de vida dos artistas, brincantes, produtores e trabalhadores da cultura em geral.

Os setores cultural e de economia criativa foram os primeiros a paralisar suas atividades e os mais prejudicados. O prejuízo do setor levou o conjunto dos trabalhadores da cultura a situações de fome e insegurança. A pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre percepção dos impactos da Covid-19 nos setores criativos e culturais no Brasil aponta o que o setor já denunciava: que o impacto do isolamento social em áreas que perderam suas receitas foi grande e que setores como o de artes cênicas foram dos mais afetados com perda total de suas receitas em 2020.

No entanto, o setor cultural foi fundamental para promoção do bem-estar de uma população afetada pelas perdas de milhares de vidas, pelo isolamento e pela insegurança causada pela proliferação da doença. Criativo, o setor cultural animou a população com sua música e com as artes produzidas pelo audiovisual brasileiro.

O isolamento social no Brasil, as medidas de uso de máscara e a emergência cultural foram frutos de disputas políticas e contaram com a oposição do próprio governo federal, que

figurou como governo negacionista. Uma grave disputa política e ideológica aconteceu durante o período difícil de paralização do setor cultural que só foi possível devido a uma exigência pública do denominado *lockdown*, ou seja, uma medida do poder pública de bloqueio total das atividades devido ao risco de contágio da população, uma vez que a Covid-19 tem alto grau de transmissão pelo ar.

A orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS) de manter distanciamento social e paralização das atividades consideradas não essenciais ocorreu em março de 2020, com base na disseminação rápida da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. Mesmo com medidas severas de isolamento social, campanhas de conscientização, uso de máscaras, vacina e cuidados diversos, o Brasil perdeu muitas vidas, inclusive de artistas e trabalhadores culturais de áreas diversas.

No que se refere ao período de pandemia, é sabido que, ao constatar a necessidade de uma paralisação de ações presenciais em setores considerados não essenciais, foi o setor cultural e de eventos o primeiro a “fechar suas portas”. Seções de cinema, espetáculos teatrais, seminários, lançamentos de publicações, *shows* e festas em geral deixaram de acontecer. Seria hora de cuidar da saúde pública, e nesse sentido o esforço deveria ser coletivo. Uma das principais estratégias que figurou esforço coletivo foi o distanciamento social, que tinha como consequência a paralização de diversas atividades.

O setor cultural, do ponto de vista econômico, foi de fato o primeiro a ser prejudicado e seria o último setor produtivo da sociedade a retomar suas atividades e se recuperar. No período mais crítico da pandemia da Covid-19 no Brasil, a cultura precisou encontrar mecanismos para se manter, colocar sua criatividade a prova. Trabalhar isolado, produzir de casa ou em casa seria então um caminho e um desafio. O recurso tecnológico das *lives* e eventos virtuais diversos foi importante. Além do aspecto econômico, foi também fundamental para manter vivas as relações sociais e afetivas, o escoamento da produção cultural, em especial na música, embora não fosse capaz de substituir atividades presenciais.

Tal recurso tecnológico e todas as iniciativas do setor do audiovisual também foram fundamentais para o conjunto da população, que teve na cultura uma espécie de alento das dores causadas pelo período de sofrimento vivido na pandemia e da falta de ações eficazes para barrar a quantidade de vidas perdidas. As orientações da OMS e os debates promovidos pela sociedade e pelo Parlamento brasileiro encontraram resistência no próprio governo brasileiro, que durante todo o período minimizou a crise sanitária e negou a eficácia das orientações de isolamento social, do uso de máscara e de vacinação. No Brasil, foram aproximadamente setecentos mil

vítimas fatais da Covid-19¹.

Preocupados com a realidade de falta de recursos financeiros, desemprego e empobrecimento dos trabalhadores da cultura, o setor cultural promoveu uma das maiores mobilizações políticas de sua existência em prol de um socorro à classe artística e aos trabalhadores da cultura em geral. Articulados em torno do socorro ao setor, movimentos sociais, associações e coletivos como a Rede Nacional de Pontos de Cultura (Cultura Viva), o Fórum Nacional de Secretários de Cultura dos Estados, o Fórum de Secretários de Cultura de Capitais e Municípios Associados, a Mídia Ninja, o Fórum Nacional de Performance Negra, os coletivos de cultura do Partido dos Trabalhadores e parlamentares de esquerda, entre outros, formaram um bloco forte para mostrar o quanto seria decisiva uma lei emergencial para a cultura.

Além dos coletivos constituídos e articulados junto ao Congresso Nacional, artistas de referência se mobilizaram em torno do tema da emergência cultural e foram capazes de se posicionar em suas redes, se posicionar de forma solidária com os demais artistas, emprestar suas imagens à causa coletiva. Gilberto Gil, Caetano Veloso, Vera Fischer, Leticia Sabatela, Leticia Spiler, Babu Santana, Gregório Duvivier, Amir Haddad, Chico Simões, Dona Martinha do Coco e GOG são alguns dos nomes encontrados na vasta lista de personalidades do setor cultural preocupados com a coletividade.

Incursões no Congresso, debates, negociações e audiências públicas foram necessárias para a aprovação da emergência cultural e das leis Aldir Blanc (LAB) e Paulo Gustavo (LPG), criadas no âmbito do Congresso Nacional para socorrer o setor cultural, sofreram resistência do governo federal e vetos, mas foram aprovadas com ampla maioria no Legislativo.

No período pandêmico em que iniciei meu trabalho de pesquisa, o setor cultural se mobilizava para vencer a cruel realidade em que parte significativa dos artistas estava sem condições de desenvolver seus trabalhos, sem possibilidades de buscar renda, sem opções de sobrevivência. Toda a cadeia produtiva da cultura estava prejudicada². Atores, atrizes, cantores, mestres repentistas, percussionistas, técnicos de som, iluminadores, costureiras, artesãos, bilheteiros, produtores, diretores, bailarinos, pipoqueiros e tantos outros que fazem a cadeia

¹ Dado do Ministério da Saúde disponíveis em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>. Acesso em: 20 jul. 2023.

² Dados divulgados pelos meios de comunicação apontam a situação de insegurança alimentar da população, e o setor cultural está entre eles. Nota do Ipea alerta para a realidade do setor cultural e afirma o quanto o setor foi afetado pela pandemia. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220127_cc_54_nota_7_cultura.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

produtiva da cultura tiveram seus trabalhos interrompidos, sem público, sem clientes e sem espaços para escoar sua produção cultural. Essa cadeia produtiva, responsável por parte do Produto Int(erno) Bruto do país viveu seus piores momentos, ao mesmo tempo em que teve na articulação social e política a capacidade de dar a “volta por cima”.

Numa perspectiva de buscar melhorias imediatas, inúmeras formas de articulação foram desenvolvidas para atender as necessidades básicas de trabalhadores da cultura e artistas. Toda forma de solidariedade foi acionada, vaquinhas virtuais, arrecadação e distribuição de cestas de alimentos, entre outras iniciativas individual e coletivas. De forma mais ampla e estrutural, o debate sobre solidariedade e socorro aos trabalhadores da cultura foi ainda mais promissor, ganhou corpo. A articulação de artistas e produtores culturais promoveu amplo debate sobre a instabilidade e dificuldade do setor e apontou possibilidade de auxílio com ações emergenciais ao promover no Parlamento brasileiro a aprovação da lei emergencial que ganhou o nome do artista Aldir Blanc, uma das primeiras vítimas da pandemia que assolou o mundo.

O Projeto de Lei Emergencial da Cultura – Lei Aldir Blanc (PL nº 1075/2020) – entrou na pauta do Congresso Nacional em maio de 2020. O projeto propunha apoio emergencial à cadeia produtiva da cultura por meio do recurso do Fundo Nacional de Cultura (FNC). O PL nº 1075/2020, de autoria da Deputada Federal Benedita da Silva (PT/RJ), foi subscrito por diversos deputados e deputadas de partidos diversos e teve a relatoria da também Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ). Aprovado por unanimidade, o projeto foi bem articulado e a aprovação foi precedida por uma grande mobilização, por diversos debates e audiências públicas. A articulação para a aprovação da lei foi capaz de unir grupos diversos em estados e municípios do país.

Assim, observamos que a conjuntura política em que esse trabalho de mestrado iniciava era um momento de luta e enfrentamento aos desafios postos ao setor cultural pela pandemia, ao tempo em que se observava o começo do fim de paralizações, distanciamento social e uso de máscaras como ação de prevenção e enfrentamento à Covid-19.

Nesse contexto de enfrentamento de crise sanitária e de mudanças políticas, faz-se necessário compreender o momento histórico em que se insere o início do trabalho acadêmico. O desenvolvimento do trabalho é, sem sobra de dúvida, parte do compromisso pessoal e político com as políticas culturais e sua relação com o enfrentamento de outras “mazelas” sociais como racismo, machismo e homofobia.

Assim como outros ativistas políticos, meu processo de envolvimento com a pesquisa acadêmica partiu de desejos pessoais para melhorias profissionais e também de interesses em contribuir com respostas à flagrante presença do racismo nas diversas dimensões da vida de

nossa população negra. E nesse contexto, a inserção no mundo acadêmico se deu em meio a outras atividades igualmente importantes, assumidas a partir de uma trajetória pessoal e política que é necessário compreender.

Nesse sentido, é importante iniciar deixando evidenciado que meu envolvimento com a política cultural do governo do Estado de Pernambuco se deu na condição de filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e dirigente da Secretaria Estadual de Cultura do PT de Pernambuco. Atuando no coletivo nacional de cultura do PT, aceitei o convite citado neste texto para compor os quadros comissionados da Secretaria Estadual de Cultura, na diretoria da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe). Compor tal coordenação, além de ser um compromisso profissional como gestor cultural, foi parte do compromisso assumido pelo PT de Pernambuco com a direção do Partido Socialista Brasileiro (PSB) de Pernambuco para apoiar a permanência do partido no governo estadual. Sobre isso, posteriormente voltarei a falar.

Como sou daqueles ativistas políticos que considera a história e as referências políticas algo fundamental para compreender de onde estamos falando, de que lugar e território e como atuo também no território do afeto, posso afirmar com muito carinho as referências que me levam a uma atuação focada na dimensão do enfrentamento ao racismo e na busca da promoção da igualdade racial como princípio, por isso falar de onde venho é tarefa que faço com satisfação.

Sou ativista político focado na cultura e influenciado por organizações negras como o MNU, por organizações culturais como o Afoxé Alafin³ Oyó de Olinda e, nesse contexto de luta antirracista, por lideranças e intelectuais brasileiras como Luiza Bairos, Edson Cardoso, Marta Rosa Queirós, Mônica Oliveira, Piedade Marques, Regina Adami⁴, só para citar alguns

³ O Afoxé Alafin Oyó é uma das organizações da cultura negra que mais influenciou a militância negra Pernambucana, tendo surgido em 1988 de uma ala do carnaval do Afoxé Povo de Odé. Na década de 1990, o grupo fazia encontros de formação, produzia um jornal que era bem distribuído no estado e realizava festivais de música com temas afeitos à luta contra o racismo e à divulgação das histórias de pessoas de referência da cultura negra. A partir do Afoxé Alafin foi criada a União dos Afoxés de Pernambuco.

⁴ Luiza Bairos, socióloga e professora, foi coordenadora nacional do MNU. Atuou na luta e organização das mulheres negras brasileiras, foi consultora do PNUD no programa que instituiu no Brasil o programa de Combate ao Racismo Institucional, foi Secretária de Igualdade Racial do Governo da Bahia, foi ministra da Igualdade Racial no governo Dilma, tendo falecido em 2016. Monica Oliveira, jornalista e educadora, é uma das coordenadoras da rede de mulheres negras de Pernambuco, compôs a coordenação nacional do MNU, atuou como assessora no programa de combate ao racismo institucional e foi diretora de ações afirmativas no Ministério da Igualdade Racial no primeiro governo Dilma. Marta Rosa Queirós, historiadora e professora da UFRB, foi coordenadora estadual do MNU Pernambuco, foi presidenta do afoxé Alafin Oyó em Olinda/PE. Edson Cardoso, professor, jornalista, fundador e coordenador do IROHIN, foi dirigente do MNU, foi idealizador da Marcha dos 300 anos de Zumbi em 2005. Piedade Marques, professora, filósofa, coordenadora da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, articuladora da Rede de Mulheres Negras do Nordeste e do projeto Eu Voto em Negra. Regina Adami foi coordenadora nacional do MNU, uma das articuladoras da Rede de Mulheres Negras, coordenou a Marcha das Mulheres Negras em 2014, assessora

dos companheiros e companheiras de jornada. Além de companheiros da jornada brasileira contra o racismo, todos temos em comum o fato de termos nos encontrado no MNU e em ambientes de trabalho profissional, no setor cultural ou em projetos sociais. Herdeiros do pensamento de Lélia González⁵ e de Abdias⁶ do Nascimento, ativistas do movimento negro aprenderam a fazer análise da dimensão do racismo em conexão com o sexismo e a lançar um olhar sobre a força da cultura negra como movimento de resistência e promoção da pessoa negra no Brasil.

Tais referências políticas e intelectuais inspiraram minha trajetória e promoveram em mim um modelo de atuação profissional e política recheada de compromissos radicais com o combate ao racismo e de inclusão de pessoas negras na sociedade excludente. Ainda, seguindo os princípios do movimento negro brasileiro, impulsionaram o compromisso incansável com a igualdade de direitos e com um projeto político para o Brasil que tenha base na história e na luta da população negra. Assim, me constituo como pessoa, ativista político, gestor cultural e agora pesquisador.

Como em Lélia e Abdias, minha trajetória política e minha inserção na cultura têm sua fonte nos olhares cruzados sobre o fazer cultural dos negros e nos movimentos contra toda forma de discriminação e exclusão. Lélia González, em seus escritos e em sua atuação feminista e antirracista, já nos aponta essa conexão:

A militância política do Movimento Negro Unificado era um fator determinante de nossa compreensão da questão racial. Por outro lado, a experiência vivida enquanto membro do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo nos permitiu percepção de várias facetas que se constituíam em elementos muito importantes para a concretização deste trabalho. (GONZÁLES, 2022, p. 77)

parlamentar no Ministério das Mulheres.

⁵ Lélia González cunhou conceitos que balizam a atuação da militância aguerrida do MNU dos anos 1990 e impulsionou a luta e a organização que considera as dimensões de gênero e raça como indissociáveis, apresentando a conexão entre luta política dos negros e dimensão transformadora da cultura negra no processo de emancipação dessa população. Foi Lélia quem nos apresentou os conceitos “amefricanidade” e “pretoguês”, como forma de identificar a intervenção decisiva da população negra na cultura das Américas e na língua portuguesa falada no Brasil.

⁶ Abdias do Nascimento, ator, político, escritor e criador do Teatro Experimental do Negro (TEM), cunhou o conceito de “quilombismo”, que se relaciona com um modo de fazer e se comprometer com a resistência negra, a luta política em torno de uma sociedade justa com base nas histórias de vida e na organização da população negra, como os quilombos brasileiros. Com sua atuação política na cultura e no Parlamento, Abdias apresentou um mundo possível de ser acessado pela população negra, os espaços de poder.

Minha atuação no MNU foi decisiva para o entendimento e o caminho escolhido para uma atuação política, tanto do ponto de vista da relação com os movimentos sociais quanto partidário e cultural. No MNU, atuei de 1990 a 2000, período em que tive a oportunidade de compor a coordenação estadual de Pernambuco, de compor grupos de trabalho no âmbito nacional e de conhecer lutas importantes como a luta das comunidades quilombolas do Brasil.

Vindo de um envolvimento com movimentos sociais e culturais desde a adolescência, participando da direção de associação de bairro, de coletivos populares de atenção à criança e ao adolescente em situação de rua, trabalhei como educador social em projetos comunitários. No curso de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), fui o primeiro presidente do Diretório Acadêmico, na década de 1990.

Ao ter acesso a informações mais gerais, aprendi nesse processo que a militância política em uma instituição de caráter nacional e nas fileiras do MNU favorece e favoreceu nos anos 1990 oportunidades de ampliação de conhecimento da dimensão nacional e internacional da luta contra o racismo. O MNU, a meu ver, é a principal instituição do movimento negro brasileiro. Esteve presente de forma decisiva nos momentos mais importantes das conquistas dos negros do século XX e XXI. O movimento tanto esteve presente como influenciou os atos públicos da retomada democrática pós-ditadura militar brasileira, no processo de discussão para a Constituição brasileira que está em vigor, na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, nas conferências nacionais de promoção da igualdade racial, na instituição de organismos brasileiros de políticas públicas de enfrentamento ao racismo, de promoção da igualdade racial e emancipação negra e, finalmente, na proposição de políticas e na análise racial do Brasil hoje respaldadas por diversos estudiosos e ativistas modernos.

Sendo uma de nossas inspirações, bem como de parte da nova geração de ativistas negros, ativistas políticos ou estudiosos do tema, também influenciado pela produção literária e de luta negra brasileira, o Professor Sílvio Almeida apresenta uma reflexão que nos ajuda a compreender o papel do histórico de militantes negros na instituição de políticas de enfrentamento ao racismo no Brasil ao citar que:

Embora a resistência contra o racismo tenha raízes mais antigas, foi no século XX que os movimentos sociais assumiram um decisivo protagonismo político. [...] o certo é que a experiência intelectual dos movimentos sociais serviu para inspirar práticas políticas e pedagógicas inovadoras que cercam firmemente os fundamentos do racismo. (ALMEIDA, 2019, p. 187)

A reflexão de Almeida (2019) aplica-se perfeitamente à militância aguerrida do MNU em que fui “cunhado” e nos leva a nos conectarmos com a instituição do movimento social

negro brasileiro como o MNU, que, decisivamente, influenciou a atuação das últimas gerações de ativistas negros no Brasil e em, podemos dizer, todos os avanços no pensamento brasileiro que se refere à derrota do Mito da Democracia Racial Brasileira e nas políticas públicas de enfrentamento ao racismo existentes desde a Constituição de 1988, a constitucionalidade das cotas raciais e a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIRPR) em 2003⁷.

Como o objeto do trabalho aqui iniciado tem lócus no Estado de Pernambuco, na região Nordeste, vale a pena ressaltar que: resquícios da concepção ideológica sobre tal mito em Pernambuco seguem existindo, sobretudo por ser o estado natal do precursor da ideia de uma relação cordial entre homens e mulheres negras no processo de formação da identidade nacional brasileira. O reconhecimento da criação intelectual branca do Mito da Democracia Racial Brasileira, atualmente, vai além do construído pelo movimento negro brasileiro como conceito criado para explicar a negação das desigualdades raciais histórica brasileiras.

O conceito disseminado se contrapõe à lógica perversa, mentirosa e negacionista de que no Brasil existe uma convivência pacífica entre os grupos raciais, mesmo quando o país vivia sob um sistema de escravidão que ceifou vidas, promoveu genocídios e colocou populações de indígenas e africanos em condições sub-humanas e degradantes.

A afirmação de que no Brasil se vive sob uma democracia racial foi propagada por intelectuais brancos como Gilberto Freire e afirmada pela sociedade e pela academia durante muitos anos. Tais afirmações foram enfrentadas por intelectuais e ativistas negros, a exemplo de Suely Carneiro e Abdias do Nascimento, a partir de dados da realidade de desigualdades e conflitos raciais evidentes no Brasil que permitiram uma análise mais aprofundada das condições em que vive a sociedade brasileira e, sobretudo, a população negra, que sempre se colocou como protagonista nas lutas por reparações históricas às atrocidades causadas pelo colonialismo, pela escravidão e por negacionismos da realidade.

O movimento negro, nesse sentido, foi capaz de impulsionar os debates, enfrentar e desconstruir narrativas que não ajudam a emancipação da população negra, como é o caso do Mito da Democracia Racial Brasileira. Tal mito, durante muitas décadas, colocou o Brasil na

⁷ A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIRPR) foi a segunda instituição da República responsável pela implementação de políticas públicas de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial no Brasil. Vinculada à Presidência da República, tinha *status* de ministério. Atualmente, o governo brasileiro mudou o *status* da política ao criar, em 2023, o Ministério da Igualdade Racial (MIR). A tradição é que as pastas de políticas para esse tema sejam assumidas por lideranças vinculadas ao movimento negro brasileiro. Por ali passaram: a Professora Matilde Ribeiro, os militantes Edson Santos, Eloy Ferreira e Martivs das Chagas, a socióloga e ativista Luiza Bairos, a Professora Nilma Lino Gomes e, na atualidade, assume a pasta a ativista política Aniele Franco.

condição de paraíso racial em comparação com outros países e com as políticas de segregação instituídas pelos governos dos Estados Unidos da América e da África do Sul, com o regime do *Apartheid*, por exemplo. Esse pensamento que minimiza e nega o racismo brasileiro influencia a forma de pensar da maioria da população brasileira, em especial, na forma como a população negra se relaciona com a sociedade e consigo.

Para Lélia Gonzáles (2020), nossa população é influenciada pela cultura e ideologia do colonizador. Segundo a autora, no texto *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da população nacional*, “o grupo branco dominante extrai uma mais valia psicológica, cultural e ideológico do branqueamento articulado com o Mito da Democracia Racial Brasileiro, cabe ressaltar como tais efeitos se concretizam nos comportamentos imediatos dos negros” (GONZÁLES, 2020, p. 25). É no movimento negro brasileiro e a partir dele que compreendemos que o racismo é estrutural e sistêmico e como tal deve ser combatido a partir de projetos políticos que interfiram na base da pirâmide social.

Influenciado pelo pensamento da primeira geração de militantes do movimento negro, vale destacar que, ao me formar nas fileiras do MNU como militante filiado, me envolvi em diversos debates, estudos e participei de modelos de organização que me permitiram um aprendizado sobre participação social, intervenção em favor de políticas públicas de enfrentamento ao racismo, em que somos impulsionados a ter um papel diferente na sociedade, qual seja, o de levar o tema do enfrentamento ao racismo em todas as áreas da vida.

O movimento impacta a vida e nos leva a atuar com foco na dimensão racial no trabalho, escola, universidade, religião, família. Nesse sentido, não é pouco dizer que sou dessa geração influenciada pelo método e pela concepção de luta do movimento negro brasileiro. Em passeatas, seminários, encontros, debates e articulações comunitárias em defesa de reparação histórica pelas atrocidades causadas pelo racismo e suas consequências na vida da população, o movimento negro brasileiro me deu “régua e compasso”.⁸

Meu caminho pelo mundo eu mesmo traço

A Bahia já me deu régua e compasso

Quem sabe de mim sou eu

Aquele abraço!

⁸ Parafraseio o cantor e compositor Gilberto Gil na canção “Aquele Abraço”, composta dois anos após meu nascimento (1969), em plena ditadura militar. As canções de Gil, Chico Buarque, Caetano e outros influenciaram minha geração e a militância que relaciona cultura e resistência política a todas as formas de autoritarismo e exclusão.

1.1 Nem só de militância política

Envolvido em movimentos sociais e culturais desde a infância, nos últimos anos tenho me dedicado profissionalmente à política cultural. Minha trajetória pessoal permitiu uma convivência em ambiente das manifestações culturais pernambucanas, notadamente os ciclos culturais carnavalescos e juninos, e nos estudos sobre a cultura local. Essas oportunidades de vida tornaram a cultura uma prioridade em minha atuação. Desde cedo atuo na área, quer seja como brincante em manifestações culturais como blocos e clubes de frevo, afoxé, quadrilha junina, quer seja atuando como educador, produtor cultural, pesquisador ou gestor cultural. Para além do pertencimento pessoal como pessoa negra de periferia com vínculo com as tradições culturais de matriz africana, em minha atuação como jovem educador em projetos sociais que tinham a formação cultural como ferramenta de inclusão social e profissional, pude lançar um olhar mais apurado sobre a realidade da população negra e, em especial, da juventude negra ao ter uma atuação focada na inclusão.

Meu perfil profissional e político de gestor cultural e ativista da causa negra ganha contornos mais amplos, principalmente após ter passado pela experiência de trabalhar na Secretaria de Cultura do Recife e na Fundação de Cultura do Recife como assessor técnico, gestor de cultura afro-brasileira, gestor de equipamento cultural, coordenador de programação de carnaval, mas também como diretor de igualdade racial em gestões municipais em que estiveram à frente lideranças políticas do campo popular e de esquerda, como foi na Prefeitura do Recife. Tal perfil me permitiu uma experiência única na implementação de políticas públicas com foco no enfrentamento ao racismo na cidade, numa atuação focada em debater políticas de enfrentamento ao racismo ao participar da coordenação do projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) que criou o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI)⁹ na Prefeitura do Recife, que tinha conexão com a Prefeitura de Salvador e com o Ministério da Saúde.

No entanto, minha atuação no Estado de Pernambuco só ganhou destaque ao coordenar um projeto cultural de visibilidade mundial com o saudoso percussionista Naná Vasconcelos e os maracatus nação de baque virado do Estado de Pernambuco, quando montamos e realizamos

⁹ O PCRI foi coordenado pela socióloga Luiza Bairros, tem sua primeira experiência na prefeitura do Recife, de Salvador e no Ministério da Saúde, à época consultora do Pnud. Sua estratégia de atuação no poder público foi fundamental em processos de formação e capacitação dos trabalhadores do setor público em prover uma ação de enfrentamento ao racismo no cotidiano do setor público. O PCR na cidade do Recife realizou campanhas para a implementação do quesito cor nos formulários públicos, apoiou a criação da Diretoria da Igualdade Racial, promoveu formação para gestores e agentes públicos no que se refere a estruturação de programas municipais de enfrentamento ao racismo.

por doze anos o espetáculo da abertura do carnaval da cidade do Recife. Centenários, os grupos ou nações de maracatu são referências históricas de manifestação cultural negra, complexa e disseminada no seio da população. Os maracatus adensam em sua expressão um estilo de música, de dança, de vestimenta e de forma de organização em cortejo para apresentar sua arte. O projeto só se encerrou com o falecimento de Naná Vasconcelos em 2015.

Como gestor cultural preocupado com a dimensão do enfrentamento ao racismo via cultura, tive a oportunidade de compor o quadro de gestores da Fundação Cultural Palmares no Ministério da Cultura do Brasil, onde trabalhei como diretor de Fomento à Cultura Afro-Brasileira e de atuar no conselho nacional de política cultural para organizar o debate e a elaboração do plano nacional para a cultura afro-brasileira. Nesse período, o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC/PE), tinha em sua estrutura os colegiados setoriais, entre os quais existia o colegiado de cultura afro-brasileira que coordenei como representante da Fundação Cultural Palmares.

Em Pernambuco, após 2016, ano do golpe contra a democracia¹⁰ brasileira que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, me dediquei a estudar políticas culturais. Cursei uma Especialização em Gestão e Políticas Culturais na UFRB, onde trabalhei com a participação negra na construção do Plano Nacional para a Cultura Afro-Brasileira, dialogando sobre a participação de lideranças negras na efetivação do Plano Nacional de Cultura (PNC), tal plano tem entre suas 53 metas sugeridas, uma que determina “100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural com colegiados instalados e planos setoriais elaborados” (SPC/MIN, 2013, p. 129).

O trabalho me permitiu compreender o quanto foi decisiva a participação de lideranças negras para a implementação de políticas culturais de recorte racial. Além de poder reconhecer o protagonismo de lideranças de povos tradicionais de matriz africana no debate sobre enfrentamento ao racismo, racismo institucional e as contradições sobre o tema no âmbito do Ministério da Cultura e do Conselho Nacional de Política Cultural.

O pós-golpe de 2016 foi tempo de atuar de forma militante na luta em defesa da cultura e inclusão racial, tendo em vista o desmonte das políticas públicas em geral e das políticas de participação social. A participação social é um pilar importante da democracia e como tal, tem papel decisivo na melhoria da qualidade de vida da população. No período que compreende os mandatos do presidente Lula e da Presidenta Dilma, o Brasil experimentou a realização e

¹⁰Em 2016 o congresso brasileiro votou pela aprovação de um processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, eleita democraticamente pela população, foi julgada e condenada a perder o mandato por uma suposta pedalada fiscal e crime de responsabilidade.

ampliação de mecanismos diversos de participação social. Conferências de diversos temas, conselhos de participação política, câmaras e colegiados setoriais, entre outras formas de participação.

Com o golpe de 2016, as conferências e conselhos de participação foram desmontados e desmobilizados. Nesse contexto de participação política, contribuí com debate sobre política cultural ao acompanhar como membro convidado, no Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo, órgão colegiado formado por detentores do Bem (o frevo), pesquisadores e gestores públicos. Passei a compor também o conselho editorial do Canal Pensar Africanamente, atuei em projetos de memória do frevo e no conselho do Fundo Baobá para a equidade racial no Brasil.

Filiado desde 1990 ao Partido dos Trabalhadores (PT), fui eleito secretário Estadual de Cultura do Partido em 2021 onde tive oportunidade de acompanhar mandatos parlamentares debatendo o tema da política cultural. Já em 2022, o partido passa a compor a Frente Popular de Pernambuco formada pelo Partido Socialista Brasileiro, o PSB, pelo Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, e estabelece uma parceria para compor o governo do estado governado pelo PSB e PCdoB. Nesse novo contexto, o PT é convidado a assumir a Secretaria Estadual de Cultura e com isso fui convidado a participar do governo estadual como dirigente. Normalmente, as negociações para compor os governos, passam por um diálogo político, de perfil profissional e sobretudo por interesses eleitorais local e nacional.

Vale aqui apresentar o quadro político de Pernambuco, em que o PSB está à frente do governo estadual há 16 anos e a frente da capital pernambucana, Recife, há 10 anos. Anteriormente (2001-2012), o PT governou Recife e na ocasião, a política cultural foi das mais bem avaliadas. Os últimos anos da relação entre os partidos, agora realinhados, foram de disputa.

A volta do PT à chamada Frente Popular de Pernambuco, deve-se a negociações eleitorais de caráter nacional, no contexto da articulação entre os partidos políticos no campo democrático e popular para a eleição de Luís Inácio Lula da Silva a Presidente do Brasil. As consequências dessas negociações nacionais mexem com “tabuleiros” do jogo político-eleitoral dos estados e municípios em todo o Brasil. Em Pernambuco, entre as várias consequências, podemos destacar a composição de uma chapa majoritária para concorrer ao governo estadual e senado, e um retorno do PT à composição do governo estadual.

Dito isso, posso afirmar que minha presença nesse contexto está relacionada com o fato de ser dirigente partidário da área da cultura, com experiência e formação significativa na área. Assim, considera-se improvável que o partido componha a direção da política cultural do estado sem a presença da militância partidária vinculada à cultura. Considerando as articulações

políticas e a apresentação de um currículo acadêmico e profissional adequado a função, passo a ocupar um lugar de destaque na política estadual de cultura ao assumir a vice-presidência da Fundarpe.

As negociações partidárias também levaram a escolha do partido e do governador para ocupar a cadeira de Secretário de Estado da Cultura, dentro dos quadros do PT. O dirigente escolhido para compor o governo e estar à frente da Secretaria de Estado da Cultura do Governo de Pernambuco foi de um dos dirigentes históricos do PT, militante do movimento social com proximidade política com o governador atual.

Observo que essas escolhas políticas não partem apenas do atendimento aos interesses diretos e opiniões do setor em tela, partem de diálogos que consideram a capacidade de gestão, de articulação política por dentro e por fora do governo para além do tema, no nosso caso, o tema da política cultural. Notadamente, a participação efetiva no jogo político-eleitoral e nas relações pessoais com os mandatários de poder político no estado.

No que se refere as outras dimensões da escolha de cargos dirigentes de governos como a dimensão racial das escolhas, afirmo que dificilmente, uma composição política levaria em consideração a inclusão racial de pessoas negras, as dimensões de gênero, para ampliar o número de mulheres em lugar de comando ou diversidade sexual para escolhas de cargos públicos, sobretudo em ano eleitoral e em Pernambuco, onde ainda há uma persistente relação com o já “falido” mito da democracia racial brasileira. Seria redundante, mas podemos afirmar que as escolhas políticas também tem critérios raciais no que se refere a permanência de pessoas brancas em espaços de poder.

Pode-se dizer que especificamente, meu perfil de produtor cultural de periferia vinculado ao tema da cultura popular e afro-brasileira, não seria um perfil adequado ao principal cargo da esfera pública da cultura de Pernambuco. É “natural” que no meu perfil, negro, vinculado as lutas contra o racismo, sem vínculos com famílias tradicionais de escritores, historiadores ou arquitetos pernambucanos, e sim de carnavalescos e gente de candomblé, não seja considerado para uma atuação em primeira linha. O “natural” é uma posição de coadjuvante, de assistência, e os debates foram levando a uma posição de dirigente de primeira ordem, que me colocou na condição de vice.

Vale fazer aqui um parêntese para falar que na história recente da política cultural pernambucana as escolhas para gestores de cultura passaram por negociações políticas e por gestos simbólicos que vão além do compromisso com a consolidação de uma política cultural inclusiva e democrática ou com a consolidação do Plano e do Sistema Nacional de Cultura. Os últimos secretários de cultura de Pernambuco têm perfil de classe média alta, associados a

famílias tradicionais brancas do estado como Gilberto Freire Neto, o neto do escritor referência na manutenção do mito da democracia racial brasileira e considerado referência de intelectualidade pernambucana.

No quadro atual, imediatamente após a escolha do militante petista para secretário de estado da Cultura de Pernambuco, fui convidado a estar junto com ele para construir essa nova fase de inserção do PT na coordenação das políticas culturais do estado. Porém, o convite a estar junto não foi acompanhado de imediato de uma definição de qual seria minha posição ou função no governo. Para o segmento cultural, havia uma certeza no setor cultural de que não poderia o secretário de cultura do PT de Pernambuco, no caso, eu, ficar fora dessa tarefa política tão importante. Posição da qual também comungo.

1.2 Dialogar para não perder o foco

Foi um processo de diálogo. Reuni-me no grupo político e na secretaria estadual de cultura do PT em Pernambuco, e aceitei de pronto o desafio de compor a direção da Fundarpe. No dia da nomeação do secretário estadual de Cultura, em maio de 2022, eu já estava a seu lado, buscando compreender as articulações políticas, participando de reuniões de cúpula, lendo as documentações, organizando reuniões de transição. As conversas de corredor na Fundação eram muitas, uns festejavam, outros se mantinham desconfiados ao me ver por ali, e outros me abordavam com mil perguntas, uma vez que sou figura conhecida no meio cultural e muitos dos gestores de cultura eram parceiros de jornada.

Naquele momento, para superar os espantos, foi fundamental ter a consciência do papel do racismo nas relações de poder, nos micro poderes¹¹ e se manter observador dos processos de inserção da população negra em lugares de poder e liderança. Desse ponto de vista, aquele não era o meu lugar uma vez que a sociedade racista brasileira determina com muito requinte o “lugar do negro” na sociedade.

De alguma forma blindado por uma análise racial da sociedade, nenhum olhar estranho me tombaria, ao contrário me provocaria a analisar tal espaço de poder e olhares “estranhos”, a partir da leitura de intelectuais negros como Sílvio Almeida, que ao definir racismo como *processo* em que privilegio e subalternidade se distribuem entre as raças, me permite perceber o racismo no contexto das relações sociais. No caso, para nós os negros, estaria reservado o lugar de subalternidade. Portanto, “normal” seria o branco assumir posição de destaque.

¹¹As disputas políticas são repletas de micropoderes, conceito apresentado a nós pelo filósofo Michel Foucault em *Microfísica do Poder* e outras publicações.

Ainda assim, sob os olhares atentos da estrutura racista em voga, seria possível compreender que a definição de meu papel específico na direção das políticas culturais estava passando por, pelo menos dois níveis de interesse: de um lado, o interesse do setor cultural em se ver representados na direção do órgão em tela, a Fundarpe, braço operacional da Secult, responsável pelas políticas de preservação do patrimônio cultural e do fomento a cultura no estado. De outro lado, apresentar um nome de referência curricular que referende as escolhas e parceria política eleitoral do governo, afastando o interesse do setor político-partidário em colocar em lugar de direção da política cultural algum pré-candidato, postulante a prefeito ou vereador na próxima eleição, portanto, havia uma disputa pelo cargo, ou pelos cargos.

O momento eleitoral, pedia um aceno no governo ao setor cultural, em especial a cultura popular e tradicional, ainda que no final do mandato. Embora os acordos eleitorais tenham sido a principal motivação para as mudanças no comando da pasta da cultura, havia também por parte de setores do governo a preocupação com descontinuidades, ao afastar dirigentes da Secult ou Fundarpe num período de forte discussão da política, e em meio a projetos estratégicos em andamento. Desse ponto de vista, se fez importante considerar que há no Brasil uma tradição de descontinuidades nas políticas públicas, em especial no setor cultural essa é uma realidade que gestores e trabalhadores da cultura têm enfrentado ao longo dos últimos anos, onde a estruturação das políticas para o setor cultural tem sido um desafio.

Para Rubim (2011), persistem nas políticas culturais três tristes tradições: a ausência, o autoritarismo e as descontinuidades. Nesse sentido, ainda que haja uma política cultural e projetos culturais fortes e de referência positiva no âmbito das políticas públicas, tais tradições interferem de forma a identificarmos que cultura, via de regra, não figura como prioridade na ação governamental. Nesse sentido, para a atuar na esfera pública no campo da cultura, se faz necessário reconhecer que “o campo da cultura foi tradicionalmente desconsiderado pelos governos nacionais no Brasil. Em muitos períodos ele esteve ausente das preocupações dos governantes” (RUBIM, 2011, p. 1).

Tais tradições observadas também refletem o limite do debate dos temas de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial que alguém com meu perfil provocou na estrutura e relações de poder da secretaria de cultura de Pernambuco.

1.3 Um outro olhar

Observa-se que escolhas políticas, mesmo em governos democráticos, não levam em consideração a dimensão da inclusão racial ou da diversidade racial e de gêneros necessários

para a diversidade das relações sociais e representatividade na esfera pública, sobretudo no que se refere a lugar de direção. Via de regra, considera-se esses dois itens, que pra nós são fundamentais e estratégico para a mudança das estruturas sexistas e racistas na sociedade e em espaços de poder, como itens de segunda ou terceira categoria, sem importância estratégica no desenvolvimento das políticas públicas.

Nesse sentido, as definições e escolhas de quadros políticos para compor o quadro dirigente de instituições, passam por outras ordens de prioridade. O futuro eleitoral, a relação com parlamentares considerados fortes, as relações familiares de classe média branca. A definição do meu local a compor os quadros dirigentes da política cultural só se deu depois de muita negociação, e um mês após uma atuação extraoficial como uma espécie de assessor e chefe de gabinete do secretário de cultura, quando fui nomeado vice-presidente da instituição, a Fundarpe retroativo a data do início dos trabalhos.

Para o lugar da presidência da instituição, foi definida uma solução, digamos caseira, onde o vice-presidente da instituição, técnico de finanças e do jurídico, que já ocupava a presidência interinamente, foi efetivado no cargo. O presidente, também um homem negro, é servidor público de carreira sem vínculo com a luta contra o racismo, movimento cultural ou movimentos de participação e emancipação social. Sua atuação na cultura se deu pela sua capacidade técnica de lidar com problemas financeiros vividos pela instituição anos antes.

O setor cultural, embora tenha larga experiência em dialogar com o poder público para dar soluções as suas especificidades na hora de contratar, é sempre considerado um setor incapaz de cumprir regras de contratação. Minha nomeação como vice-presidente da instituição foi celebrada por muitos e anunciada nos meios de comunicação apresentando meu currículo e minha experiência como justificativa para assumir ao cargo. Pelo setor cultural, recebi elogios, votos de aplausos e desejos de sucesso. Mesmo sabendo da possível brevidade de minha presença como gestor, maio a dezembro, o setor cultural avaliou como acertada a nomeação. De minha parte, sabia que estava emprestando minha imagem para o momento eleitoral.

A função de vice-presidente da Fundarpe me colocou em posição de destaque no cenário cultural local, no entanto me tirou o potencial de intervenção social e política em projetos culturais que eu vinha trabalhando como a coordenação do site que trata da memória das famílias vinculadas ao carnaval de Recife e a consultoria a programação do Museu Afro de Pernambuco (Muafro). Do ponto de vista do andamento do trabalho de pesquisa que tenho desenvolvido sobre políticas culturais, a preocupação foi imediata com meus interesses em debater a participação de lideranças negras na construção das políticas culturais no Brasil, poderia ficar em último plano, uma vez que o trabalho de gestor se diferencia do trabalho de

pesquisador das políticas culturais e das relações raciais que priorizo.

Assumo então, uma posição diferenciada no processo de investigação e pesquisa acadêmica, assumindo um papel de dirigente da instituição a qual tenho estudado, a Secult e seu conselho estadual de participação social. No entanto, minha expectativa em lançar um olhar sobre a participação negra nas políticas públicas em Pernambuco também poderia se ampliar, cabendo a mim o esforço de não sair do foco da pesquisa, compreender como o racismo tem se revelado em processos de construção das políticas culturais e o esforço da participação de agentes culturais negros na construção de políticas culturais amplas que seja mais uma ferramenta de enfrentamento ao racismo e inclusão sociorracial.

O trabalho em tela que já tem a perspectiva de dar um passo a mais na compreensão das políticas públicas no Brasil, agora toma outro rumo com o fato de eu, pesquisador “falar” não apenas do lugar de um gestor estudante negro vinculado ao tema das políticas culturais e sua perspectiva de enfrentamento ao racismo, agora falando do lugar de gestor do órgão estadual de cultura, meu objeto de pesquisa. Tal lugar me permite um olhar diferenciado ao meu objeto de pesquisa que é discutir a dimensão do enfrentamento ao racismo por meio da política cultural, a participação de agentes culturais negros nos mecanismos de participação social, com o foco nas políticas culturais do Estado de Pernambuco, tratando das questões referente a participação no conselho estadual de políticas culturais de Pernambuco. Como gestor, assumo o lugar de membro suplente no Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC/PE) e do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (CEPPC), representando o poder público. O olhar mudou!

Desse lugar, ou de outro, é preciso compreender que para dialogar sobre política cultural, é necessário compreender a dinâmica e a engenharia da política de participação social no campo da cultura em Pernambuco. A estrutura de conselhos, a existência de processos de discussão ampla e a construção do Plano Estadual de Cultura construído a partir dos debates e das conferências estaduais no pós-Sistema Nacional de Cultura (SNC). Para o ex-secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, João Riber Peixe, o sistema figura como uma esperança de mudanças na forma como as políticas culturais são estabelecidas e levadas a cabo na política cultural brasileira.

O SNC passou a ser a grande esperança de mudança, com a substituição do modelo tradicional de gestão onde a cultura sempre foi tratada de forma pontual e assistemática por um modelo estruturado de estruturado de forma sistemática, planejada e participativa, especialmente por se tratar de um modelo de gestão que assegura uma ampla participação social nos três níveis de governo, a sociedade passou a ter um papel central no processo de sua

construção, pressionando governos e legislativos de todo o país. (PEIXE, 2016, p. 222).

Ao chamar a atenção sobre a força da participação social na construção das políticas, o autor e ex-secretário me remete às observações sobre o lugar da participação negra nos processos amplos proposto pelo novo modelo de construção de políticas culturais. A partir disso, é possível lançar um olhar sobre a invisibilidade da contribuição negra que observo nesses primeiros momentos de pesquisador e gestor cultural em Pernambuco.

No que se refere a inserção do estado no Sistema Nacional de Cultura (SNC), a estrutura governamental que compõe o sistema estadual de cultura é formada por três conselhos de participação social. O Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC), o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco (CEPPC) e o Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco (CCAVP). Um órgão de elaboração e coordenação da política cultural, a Secretaria de Cultura (Secult), braço operacional da política cultural e do patrimônio, a Fundarpe, e um fundo estadual de cultura (Funcultura)¹².

No que se refere a participação social, é uma estrutura complexa de política cultural, tendo em vista a existência de três conselhos, órgãos de coordenação de política e fundação focada no patrimônio. O meu foco para o trabalho acadêmico é o CEPC por ser o conselho que envolve o conjunto dos segmentos culturais, onde sua criação vincula-se a adesão¹³ do Estado de Pernambuco ao Sistema Nacional de Cultura¹⁴.

Embora eu venha de experiências em gestão cultural, venha do envolvimento específico como gestor, em mecanismo de participação, desenvolver um trabalho de pesquisa e atuar como gestor no mesmo sistema de política pesquisado, é algo bem desafiador.

Nessa nova fase, em que venho atuando como produtor cultural, ativista político do setor, e pesquisador da área me causou insegurança, cheguei a pensar em dar um tempo do trabalho de pesquisa, talvez realizar o trancamento do mestrado. Observei nesse processo que,

¹² O Funcultura, aporta anualmente em média 40 milhões de reais em editais de fomento a cultura e tem um conselho consultivo que garante a participação da sociedade a partir de representações de coletivos de cultura.

¹³ A adesão de Pernambuco é fruto de um conjunto de debates e pressão da sociedade civil organizada, sendo o estado o último da Federação a aderir ao sistema em 2012, a adesão pressupunha a criação de conselho de política cultural com participação social ampla, o que havia resistência do governo local uma vez que já havia a tradição no estado de um conselho de cultura voltado ao debate de patrimônio e escolhido por, digamos, notório saber, pelo próprio governo.

¹⁴ O SNC é uma prerrogativa constitucional, sua criação alterou o artigo 216 da constituição brasileira, (216-A) em 2012, constitui uma vitória a consolidação das políticas públicas de cultura com caráter de estado. O SNC é formado por diversos componente, entre eles os conselhos de políticas culturais. A estruturação do SNC e sua consolidação como sistema público de cultura pressupõe a adesão dos estados e municípios através de uma plataforma onde os entes federados assinam um termo de cooperação com o MINC e inserem os documentos de suas leis de Plano, fundo, órgão e sistema de cultura. Uma das responsabilidades dos entes federados ao aderir ao Sistema é a criação de um conselho de política cultural de caráter democrático, paritário e participativo.

ao assumir o lugar de dirigente governamental, o ativista político, aqui o ativista político e cultural, qualquer que seja ele, passa a falar de outro lugar.

Nesse sentido, a atuação como pesquisador e ao mesmo tempo de dirigente da instituição a qual estive pesquisando, de um lado me colocaria num lugar de privilégio, de outro poderia atrapalhar a atuação de pesquisador, uma vez que como gestor, você é levado a fazer uma defesa da instituição. Digamos que nessa posição de pesquisador passo a olhar a instituição e o objeto de pesquisa, de dentro para fora, quase desisti.

Não dá para omitir que de alguma forma passo a ter outro olhar sobre meu objeto de pesquisa, em lugar de privilégio e num esforço grande de não interferir no debate principal, a interferência de lideranças negras no processo de construção da política cultural, a composição racial do conselho Estadual de Política Cultural e suas intervenções no debate sobre política cultural, cujo tema foi definido como Cultura e Racismo: a Participação Negra na Construção de Políticas Culturais em Pernambuco.

Passados alguns meses do lugar de gestor, iniciei o trabalho na Fundarpe em maio de 2022, foi possível observar a participação negra na construção das políticas e observá-la por dentro o CEPC, ao acompanhar as reuniões na qualidade de vice-presidente da instituição, na categoria de suplente, tive a prerrogativa de substituir o presidente Severino Pessoa, conselheiro titular do CEPC.

Sobre a presença negra, em primeiro lugar no que se refere a composição do conselho, observando o fenótipo dos participantes. É possível afirmar que no que se refere a composição dos membros que representam a sociedade civil são de maioria negros. Destes, o presidente do conselho, a representação dos segmentos do artesanato, cultura popular, audiovisual, literatura, fotografia, música, uma representação regional são pessoas negras. Tal método de observação a partir das características dos conselheiros, foi necessária, uma vez que o formulário de inscrição para participar dos conselhos e suas fichas cadastrais não constam o quesito raça/cor onde poderia encontrar a autodeclaração de cada conselheiro e conselheira.

Uma vez que meu trabalho estaria pautado no período anterior ao vivido como membro suplente do conselho, identificar os dados anteriores no que se refere as características e a composição racial do conselho no período desejado para a investigação do trabalho se caracteriza fundamental. No entanto, havia uma impossibilidade de identificar os negros que compunham o conselho na primeira gestão do CEPC, uma vez que não há dados de raça cor nos arquivos pesquisados do conselho. Restava construir outros métodos para chegar a informação de quem e quantos eram os negros no CEPC em seu primeiro mandato.

Sem a informação oficial da composição racial do CEPC, me indaguei sobre a

responsabilidade em identificar as pessoas e seu pertencimento racial. A princípio, tal falta de informação figurou como um prejuízo ao trabalho acadêmico, no entanto, pode observar que tal falha na identificação do perfil dos participantes do conselho é algo a ser observado e indicador de falta de compromisso com o tema do enfrentamento ao racismo e a igualdade de oportunidade. Uma vez que é sabido que as políticas públicas precisam de dados da realidade, um dos dados relevantes na atualidade é o componente racial e a inclusão de diversos perfis da sociedade nos organismos e nas políticas.

O movimento social negro é a organização social que tem defendido, ao longo de sua história e organização, o preenchimento voluntário de autodeclaração ou pertencimento racial nos formulários públicos. No entanto, no caso dos conselhos de participação em Pernambuco, tal item de preenchimento não faz parte das fichas cadastrais, provocando uma subnotificação do componente raça/cor, hoje considerado uma ferramenta importante na instituição de políticas públicas para a diversidade racial e étnica, assim como para o enfrentamento necessário ao racismo.

Nos primeiros momentos de participação no conselho, foi possível observar que a representação de pessoas negras na composição atual do CEPC não garante um debate específico sobre o papel da cultura no enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial. Os segmentos aos quais os conselheiros são representantes não se inserem nos debates de inclusão racial, fazem uma discussão aparentemente categorizada, voltada para problemas específicos dos segmentos e categorias profissionais que formam a cadeia produtiva da cultura, sua força e representação política, e a defesa de seus projetos e ações culturais.

Embora tenha presenciado apresentações de conselheiros com afirmação de sua condição como pessoa negra, o debate de fortalecimento das políticas culturais com viés de enfrentamento ao racismo segue sem força ou porta-voz nessa gestão que pude acompanhar de perto do CEPC. Talvez, tal postura se deva a demanda de inserção e atendimento dos trabalhadores da cultura, de segmentos culturais nas políticas de fomento a cultura, levando representantes da sociedade a atuarem como categoria.

Com o envolvimento no CEPC, mesmo que na qualidade de suplente, foi possível observar ainda os entraves para o fortalecimento da participação social de temas caros ao enfrentamento ao racismo como são as políticas culturais para as culturas populares e para os povos tradicionais de matriz africana, quilombolas e originários (indígenas). Um agravante no contexto da diversidade racial e étnica do CEPC é a ausência de uma representação de povos indígenas.

Também foi possível observar de perto as poucas iniciativas de ações afirmativas e de

inclusão sócio raciais nos mecanismos de acesso ao recurso público levado a cabo pela representação do governo no conselho e timidamente por duas ou três representantes da sociedade civil. No entanto, há muito ainda o que caminhar nessa gestão do conselho. A visível instabilidade política da Secretaria de Cultura de Pernambuco, vivendo um processo de transição de dirigentes no último semestre do último ano de gestão, também causava instabilidade no conselho, na participação social e seus temas transversais como os temas de racismo e igualdade de gênero.

No primeiro mês de atuação como vice-presidente da Fundarpe fui acionado por membros da sociedade civil que compunha o CEPC para colaborar na organização de um seminário de formação de conselheiros, a perspectiva do seminário foi o dialogar sobre o tema do SNC. Tal aproximação reafirmou a necessidade de lançar um olhar, digamos, racial da atuação, composição, estrutura da representatividade e conteúdos dialogados na gestão do conselho.

Com uma pesquisa em curso e uma atuação em gestão cultural alicerçada em conceitos de racismo estrutural e racismo institucional, minhas observações primeiras e minha perplexidade se voltaram para a ausência dos debates sobre povos e comunidades tradicionais, em especial indígenas, quilombolas, matriz africana, ciganos. E a flagrante ausência dessas representações e suas lideranças entre os conselheiros estaduais.

Instituição como a Secult e a Fundarpe não poderiam prescindir de uma relação política com segmentos vinculados a povos e comunidades tradicionais, uma vez que já há uma tradição de envolvimento de tais segmentos populacionais em processos de participação. Aguçou-me o interesse em descobrir o motivo desse que seria o apagamento dos povos tradicionais no Conselho e fui provocando a representação da sociedade civil sobre o assunto.

Vale ressaltar que a composição do conselho privilegiando segmentos culturais e categorias profissionais, coloca as culturas de segmentos populacionais inseridas na categoria de cultura popular, um conceito que segundo Lélia Gonzáles, diminui a força da cultura negra. Para Gonzáles (ANO), quando elabora sobre a categoria política cultural de amefricanidade, ao observar as similaridades de falares, costumes e manifestações de negros na América Latina, os aspectos como o caráter tonal das línguas faladas na América e a pouca exploração da influência negra na formação histórico-cultural do continente, observa a música as danças e o sistema de crença. A autora afirma que “tudo isso é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento e realçado por classificações eurocêntricas do tipo *cultura popular*, *folclore nacional*, etc. que minimizam a importância da contribuição negra” (GONZÁLES, ANO, p. 128).

Tal reflexão se aplica perfeitamente ao modelo de composição vivenciada no CEPC ao

definir a representação na cadeira que representa a cultura popular em três vagas. As representações são denominadas de: Cultura Popular de Matriz Indígena, Cultura Popular de Matriz Africana e Cultura Popular e Matriz Ibérica. A divisão da cultura popular em três áreas aparentemente representa as expressões culturais de povos tradicionais, no entanto, produz uma confusão entre os segmentos populacionais que não se veem em tais categorias, uma vez que no âmbito dos debates sobre povos e comunidades tradicionais¹⁵, a categoria cultura popular não se insere.

Foi possível observar que tal divisão provocou a ausência de representação política e do debate sobre as culturas dos povos tradicionais e sua evidente contribuição a cultura local como nos casos dos quilombolas e dos terreiros de matriz africana, portanto das matrizes negras na construção das políticas culturais. Também não há representação de povos indígenas na gestão atual do Conselho de Política Cultural de Pernambuco. A primeira impressão que fica, e nós podemos dialogar melhor sobre o assunto no decorrer do trabalho, é que a composição do conselho evitou a inserção de povos tradicionais, promovendo uma invisibilidade das tradições culturais dos povos e sua representação na construção das políticas culturais em Pernambuco.

Outro aspecto importante desse primeiro contato da pesquisa sobre a participação negra na construção das políticas culturais em Pernambuco, é a forma como foram construídos os relatos das reuniões descritas nas doze atas de reuniões do pleno do conselho estadual de políticas culturais que tive acesso e busquei analisar. Meu acesso as atas de reuniões se deram a partir de solicitação a secretaria executiva do conselho, formada por servidores da Secult, tais servidores, são responsáveis pela manutenção da casa do conselho, a organização estrutural das reuniões, as correspondências e distribuição de informes e documentos produzidos e encaminhados ao conselho. Me chamou a atenção, atas em que o item do regimento interno do conselho, que se referia os primeiros encontros da primeira gestão eleita democraticamente. Em nenhuma das atas, aspectos do debate sobre o regimento foram apresentados nem o texto dialogado figura como anexo a as atas.

Observo que as atas são documentos com padrão específico. A primeira página das atas, quase todas, havia um texto único nominando cada conselheiro presente e os coordenadores da mesa de debate com destaque.

Em uma das atas analisadas foi possível identificar informes sobre projetos e editais do

¹⁵ O Decreto nº 6040/2007, que institui a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), define o conceito de PCT como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição”.

fundo estadual de cultura e os informes referentes a incorporação de pontuação diferenciada para projetos de mulheres e negros por parte do Secretário Estadual de cultura, podemos presumir que havia uma cobrança da sociedade sobre os temas das ações afirmativas na política cultural e o governo naquela reunião estaria apresentando em seus informes, a devolutiva a sociedade. Tal suposição poderá ser evidenciada com o acesso as atas gravadas e posteriormente nesse trabalho com a contribuição de lideranças negras entrevistadas.

A terceira observação que podemos mencionar nesse primeiro momento com as doze atas analisadas no primeiro momento do contato com a pesquisa é a citação da presença de lideranças reconhecidas do “mundo” da cultura afro-brasileira em Pernambuco em comissões criadas pelo conselho. No entanto, as observações ou discurso de tais lideranças não aparecem oficialmente em nenhuma das atas analisadas, mesmo tendo a citação de seus nomes. Observo que, tal invisibilidade política nos registros históricos do conselho, figura elemento importante para a compreensão do lugar da participação das pessoas negras, seus protagonismos e inserção nos debates sobre políticas culturais, no entanto se faz necessário que tais intervenções constem nos registros, para que não haja o temido apagamento da história da população negra e sua força na construção de políticas públicas e emancipação social negra.

As primeiras impressões, atuando por dentro dos órgãos que compõe o sistema de cultura, no que se refere a participação negra na construção das políticas culturais em Pernambuco, me permite indagar sobre invisibilidade negra, sobre a necessidade de ampliar o olhar e o entendimento político sobre as influências de concepções racistas presentes na política de participação social, na política cultural pernambucana. Podemos supor que a invisibilidade de grupos sociais em especial, povos negros e indígenas, no CEPC tem um componente racista que chega a prejudicar a construção de uma política cultural diversa.

2 UM CONSELHO PARA PERNAMBUCO

Como sinalizei no capítulo anterior, minha experiência em políticas culturais e os estudos acadêmicos permite afirmar que tradicionalmente as políticas públicas sofrem de descontinuidades, com as políticas culturais não é diferente, podendo ainda serem mais frágeis devido a concepções de políticas culturais de caráter sazonal e eventual. Políticas constituídas sem a perspectiva de estado. Sobre sazonalidade das políticas, estudiosos e dirigentes de políticas culturais sempre se mostraram preocupados. Marilena Chauí, uma das estudiosas mais influentes no que se refere a cultura e políticas públicas, quando atuou como secretária de Cultura do Município de São Paulo, enfrentou as contradições de sazonalidade e descontinuidade das políticas culturais com articulação intersetorial e com participação social.

Chauí empreendeu um conceito de cidadania cultural, que acabou por permear toda sua ação no governo e impulsionar o debate sobre o tema no país. O conceito tem influenciado as políticas para a cultura nas últimas décadas. Tal conceito vincula-se ao direito à cultura na forma mais ampla ao compreender o papel da sociedade civil em processos decisórios. É dela também a reflexão e crítica a setores da própria esquerda brasileira em espaços de poder e decisão sobre a forma como tais setores concebem a cultura, muitas vezes utilitarista.

Desse ponto de vista, o caráter democrático da construção da política cultural pressupõe a efetivação de mecanismos de participação e controle social com envolvimento direto dos fazedores de cultura, dos agentes culturais públicos ou privados. Entre os diversos mecanismos de participação da sociedade para intervenção na política pública, estão os conselhos de participação social, as conferências e os fóruns de participação, para citar alguns. A efetivação dos mecanismos de participação ganha concretude com a instituição de políticas públicas estruturadoras e em sistemas de políticas públicas que definem a forma de envolvimento da sociedade civil e dos diversos entes que fazem o estado, tanto em decisões das políticas como na execução delas.

Assim, no Brasil, desde a constituição de 1988, mecanismos sistêmicos de aplicação e execução de políticas com divisão de responsabilidades e papéis dos entes federados, tem se fortalecido. Áreas como Saúde, Educação, Assistência, Segurança Pública são exemplos de atuação sistêmica com responsabilidades visíveis no que se refere à efetivação de políticas, a aplicação de recursos e atendimento à população. Num sistema, estados, municípios e união tem suas missões estabelecidas e pactuadas.

Exemplos a serem seguidos pelas demais políticas públicas, as áreas de educação, saúde

e assistência se fortaleceram a partir dos sistemas que identificamos em nosso cotidiano. Notadamente a existência do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e o Sistema Educacional Brasileiro (SEB) garantem a estruturação e concretude das políticas e sua capilaridade nos estados e municípios.

Na estrutura de tais sistemas, além da divisão de responsabilidades entre a União, os estados e os municípios, existem também a garantia de uso e distribuição de recursos através dos fundos específicos que definem o repasse de recursos e os percentuais de cada ente na aplicação das políticas. Também é uma fortaleza nos sistemas, os mecanismos de participação e controle da sociedade através dos conselhos de participação e das conferências, ambos, mecanismos que são dispensados ou negligenciados em governos de características autoritárias. Tais sistemas públicos fazem parte do legado do processo amplo de intervenção da sociedade brasileira para a Constituição do Brasil em vigor (promulgada em 1988), onde foram debatidos com ampla participação social e garantem respeitabilidade e avanços nas políticas atuais.

Sobre essa perspectiva de política estruturadora com sistemas específicos e participação ampla, no campo da cultura, os agentes públicos e lideranças da sociedade civil envolvidas nos debates sobre a instituição de políticas culturais, empreenderam um esforço junto a sociedade e ao parlamento brasileiro para a criação de um sistema público próprio. O SNC, que citei anteriormente.

Caracterizado como uma das vitórias do setor cultural, o SNC foi aprovado como Proposta de Emenda à Constituição, PEC nº 70, e acrescenta ao art. 216 A¹⁶ as definições de seus objetivos de promover o pleno exercício dos direitos culturais e humanos da população brasileira. O SNC reafirma o Plano Nacional de Cultura, suas metas e diretrizes. Também traz pro centro dos debates nacionais do campo da cultura, os conceitos de cidadania cultural, participação social e diversidade das expressões culturais e ainda reafirma no âmbito da legislação federal o caráter sistêmico que deve ter a política pública de cultura. Tais debates, contribuem para combater o caráter elitista, eurocêntrico e acadêmico da aplicação e desenvolvimento das políticas públicas culturais no Brasil.

A criação do SNC em 2012 efetiva o desejo e a luta coletiva de setores mais avançados da cultura para a instituição de políticas culturais de caráter estruturador, tendo em vista a dura realidade de política sazonal e folclórica na cultura. O debate desenvolvido para a criação do

¹⁶ Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012).

SNC traz para a cena política outro debate sobre a atuação do poder público no campo da cultura e de seu papel no desenvolvimento social e econômico. Um sistema que tem entre seus principais compromissos a integração das três esferas de poder no campo da cultura, fortalecendo os laços entre administrações municipais, estaduais e federal. Para tal efetivação preconiza-se o envolvimento de toda a sociedade e o convencimento dos poderes municipal e estadual a aderir tal sistema, mudando suas práticas históricas de atuação cultural limitada as festas de padroeiras, aniversário da cidade ou carnaval.

Uma das prerrogativas para a consolidação do SNC é a garantia de pelo menos três mecanismos importantes de gestão da cultura no Brasil, o denominado CPF da cultura – Conselho de Cultura, Plano de Cultura e Fundo de Cultura –, organizados em diálogo com a sociedade e aprovados como lei na esfera pública referente. São recomendados com componentes de um sistema local e nacional de cultura, a existência de um órgão de condução e gerenciamento da política cultural, ministério, secretaria, fundação ou similar. Um fundo setorial específico para a cultura, como temos O FNC, portanto um fundo municipal ou estadual, e um conselho de participação, como o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC/PE), de caráter democrático e paritário, com participação de homens e mulheres da sociedade civil e de representação do governo. Replicar essa estrutura nos estados e município é fundamental.

Mesmo sem a aprovação da proposta de emenda constitucional, o Brasil desde 2003 vinha trabalhando na implementação de tais mecanismos, fortalecendo sua relação com a sociedade civil, realizando conferências, fóruns e encontros. Organizando seu Conselho Nacional de Políticas Culturais e iniciando um trabalho de mobilização para que o conjunto dos governos estaduais pudessem aderir ao SNC. É nesse contexto de participação política nacional que as estruturas de mecanismos de participação social figuram como uma ferramenta fundamental para adesão de órgãos públicos ao SNC e a uma atuação governamental dialogada com a sociedade e outros órgãos e instâncias de governo.

Tal caminho traçado pela política cultural do Brasil das últimas décadas, podemos afirmar, se intensifica em 2003 no primeiro governo do presidente Lula, pode-se referendar em práticas anteriores, em experiências brasileiras na construção das políticas culturais. É fato que no Brasil, desde a criação dos primeiros órgãos de cultura, as políticas de participação social sempre estiveram lá. O exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) criado em 1937, a instituição pública de cultura mais antiga do Brasil. Um órgão reconhecido nacional e internacionalmente, é até os dias atuais legitimado como instituição por um conselho com representação da sociedade, que tem prerrogativa em debater as políticas de

valorização, salvaguarda e proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Diferente do caminho percorrido na atualidade para as políticas de participação social na cultura, o modelo tradicional, como o conselho do Iphan, e a maioria dos conselhos de cultura do Brasil até 2003, o conselho na área da cultura não incluía processos democráticos como eleição de seus membros ou a inscrição de categorias e segmentos culturais, aberta a sociedade. Tradicionalmente, os conselhos de cultura no Brasil são lugares de fortalecimento dos currículos de restauradores, historiadores, escritores, artistas. Tais modelos de participação estiveram vinculados a áreas de conhecimento a prestígio político e familiares, romper com tais tradições tem sido um desafio para o setor cultural, em especial para as novas gerações de profissionais da cultura e do patrimônio cultural.

A política cultural e a participação da sociedade civil durante décadas de gestão cultural no Brasil teve foco no patrimônio cultural. Patrimônio de caráter material, o patrimônio construído, chamado “patrimônio de pedra e cal.” Mesmo nesse modelo de política cultural focada no patrimônio construído, o caráter de participação esteve presente. Espalham-se pelo Brasil experiências de conselhos de preservação do patrimônio cultural, sendo o primeiro criado na década de trinta. Tais experiências de conselhos são marcadas por um processo de participação considerado elitistas, onde conselheiros e conselheiras se envolvem e assumem uma cadeira de representação a partir de sua área profissional, sua relação política e seu prestígio social.

A ampliação do debate sobre política cultural no Brasil, impulsionado pelos processos democráticos pós ditadura militar (1984/85) também levam a uma ampliação dos modelos de participação social onde processos eleitorais para eleição de conselheiros são incorporados. Após o rico processo de participação social vivido pelos movimentos sociais para a efetivação da Constituição Brasileira de 1988, o Brasil experimentou um caminho de avanços na participação social na construção de políticas públicas propostas pelo Estado. No campo da cultura, podemos afirmar que a efetiva participação social tem seu marco na realização das conferências municipais, territoriais, estaduais e nacionais. A primeira Conferência Nacional de Cultura ocorreu em 2005 e reuniu cerca de duas mil pessoas, entre convidados, delegados da sociedade civil eleitos em seus territórios e gestores de estados e municípios. O debate fundamental foi sobre a criação de um sistema nacional de cultura, com o objetivo de articular os papéis e as ações entre os entes que compõem a República Federativa do Brasil.

Com as conferências, o Ministério da Cultura buscou efetivar políticas culturais de Estado, impulsionando estados e municípios a atuarem de forma articulada, promovendo um novo debate sobre políticas culturais no Brasil e tendo a população como sujeitos ativos da

política:

[...] desta maneira, a expressão políticas públicas de cultura requer, para ser utilizada de modo rigoroso, que tais políticas contemplam duas dimensões ativas do público: como sujeito atuante no debate democrático e como participante dos processos deliberativos das políticas. (RUBIM, 2016, p. 19-20)

Os processos de construção da política cultural no Brasil, a partir de 2003, impactaram na participação social dos representantes da cultura afro-brasileira, refletindo nos conselhos, câmaras setoriais, colegiados temáticos e fóruns de participação. A escritora Cidinha da Silva (2014) afirma que, além dos espaços de participação promovidos pelo governo federal, os avanços da luta antirracista no Brasil também foram decisivos para a inserção dos negros e negras na construção da política cultural. A autora pontua que a III Conferência Nacional de Cultura, em 2014, contou com 295 delegados e delegadas que se declaram como negros e negras. Ela identifica a presença de atores negros oriundos do núcleo duro do debate racial, mas novos no cenário da conferência, bem como do cenário artístico-cultural. E destaca que “o discurso político-cultural desses sujeitos novos, mostrou-se articulado a demandas históricas do Movimento Negro” (SILVA, 2014, p. 35). As representações quilombolas e de povos tradicionais de matriz africana, também tiveram presença significativa nas conferências. Essa participação impactou tanto as formulações do Plano Nacional de Cultura Afro-brasileira, quanto o surgimento dos editais afirmativos implementados pelo MINC em 2012.

Além das conferências, outro espaço de participação social estruturante foi o Conselho Nacional de Políticas Culturais, constituído em agosto de 2005. Embora a instituição de um conselho de cultura não seja uma novidade no país, o Conselho Nacional de Políticas Culturais instituído na gestão no primeiro governo do presidente Lula, em 2005, inaugura em sua forma e concepção um novo modelo de política e de participação ao romper como os antigos conselhos de notáveis. Segundo Lia Calabre (2007), existem diferentes experiências anteriores de Conselhos, a exemplo do Conselho Nacional de Cultura de 1938. O primeiro Conselho que tratou de Políticas Culturais, o Conselho Nacional de Cultura, seria responsável pelo balanço das atividades públicas e privadas, sendo formado por representantes governamentais.

Em 1961, o governo brasileiro criou um novo conselho, agora ligado ao gabinete do então presidente, Jânio Quadros, com representação do Estado e da sociedade civil. Com a renúncia de Jânio, o conselho é reformulado e posteriormente passa a se denominar Conselho Federal de Cultura (1966), articulando a criação de conselhos nos estados da federação. Todas essas experiências não consideraram a diversidade cultural brasileira. O Conselho Nacional de

Políticas Culturais, instituído em 2005, é amplo, envolvendo na sua composição representantes do poder público e da sociedade civil; inclui segmentos das culturas populares, dos povos tradicionais, instituições públicas e segmentos artísticos. As conferências, o Conselho, mas também a própria estruturação do Ministério da Cultura, na gestão de Gilberto Gil, proporcionou condições para a participação social de segmentos excluídos

Uma das experiências fundamentais para se compreender o avanço da participação social no Brasil está na concepção de cidadania cultural construída a partir da experiência de uma das intelectuais mais importantes do campo da cultura, a Professora Marilena Chauí, que em sua atuação como secretária de cultura da cidade de São Paulo buscou ampliar a participação do setor da cultura. Saído do lugar comum do patrimônio e do conselho de “notáveis” escolhidos a partir de seu lugar de prestígio social. Outro aspecto importante da história da construção das políticas culturais é o envolvimento do setor cultural, dos movimentos sociais e cidadão comuns para uma intervenção qualificada no texto da nova constituição brasileira no início de 1988.

2.1 É estruturante e sistêmico

A participação de agentes negros da sociedade civil é uma realidade na construção das políticas públicas no Brasil, em processos de construção de políticas culturais também. Tal participação histórica se dá no âmbito dos estados e município e no âmbito do Ministério da Cultura. No entanto, há uma crítica em que aponta que tal participação não garante ampliação do orçamento para a arte e cultura negras, para a emancipação da população negra ou para que os recursos das políticas culturais cheguem a produção cultural afro-brasileira ou ampliado a quantidade de pessoas negras em espaços de decisão. Essa realidade justifica-se pela persistente situação de pobreza e exclusão em que vivem homens e mulheres negras, fruto de uma sociedade estruturada em bases racistas.

O racismo estrutural, junto com o racismo institucional, que pressupõe a existência de uma sociedade em que os conflitos raciais são parte das ações de instituições, sustenta que o racismo não é apenas uma ação isolada, individual; ele se revela por meio das pessoas e das instituições. No setor cultural, essa é uma realidade que se revela a cada disputa de espaço, referência, recursos, patrocínio e espaços de poder. “Ele” estrutura as relações e o lugar que as lideranças (e pessoas em geral) negras ocupam.

Se é possível falar de racismo institucional, significa que a imposição de

regras e padrões racistas por parte de instituições, é de alguma maneira vinculada a ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânico. (ALMEIDA, 2019, p. 47)

Conclui o autor que, se há instituições cujo padrão redundante em privilégios a grupos raciais, em detrimento de outros é porque o racismo é parte da ordem social. Não é criado pela instituição, ela o reproduz (ALMEIDA, 2019). A prática se repete nas instituições públicas, reproduzindo a estrutura social com seus inúmeros conflitos e contradições de gênero, de raça e classe social, interferindo na sua atuação repetindo padrões de normalidade que coloca em situação de desvantagens pessoas por causa de sua cor ou raça, por exemplo. O movimento social negro brasileiro, ao observar o quanto o racismo se manifesta nas instituições, buscou questionar e enfrentar os problemas de desigualdade racial, apontando possibilidades de políticas públicas específicas para a população negra no Brasil. No campo da implementação de políticas públicas de cultura, o racismo tem seu lugar no baixo orçamento dedicado às expressões culturais populares e tradicionais, na pouca visibilidade para a arte e a cultura negra, no planejamento e na falta de prioridade às manifestações. As manifestações culturais negras, salvo algumas exceções, são vistas nos ciclos festivos como carnaval, nas festas específicas ou aberturas de shows, o que resulta no empobrecimento dos artistas negros e populares.

Assim, com a compreensão de como o racismo historicamente tem definido o lugar dos negros e de sua cultura, os movimentos sociais e lideranças negras se mantiveram em luta, com atuação decisiva nas poucas conquistas de políticas para o segmento negro no Brasil. O Estatuto da Igualdade Racial incorpora a dimensão da cultura como estratégica para o enfrentamento ao racismo, embora isto seja insuficiente. Revela a importância da instituição de políticas voltadas ao patrimônio cultural negro e pontua as sociedades negras, as manifestações coletivas e manifestações como a capoeira e o samba, que figuram na história brasileira como manifestações culturais, antes perseguidas e proibidas pelo Estado, numa flagrante prática de racismo institucional na cultura.

O campo das políticas culturais, também vítima e praticante do racismo. Se faz necessária a ampliação do debate sobre participação negra na construção de tais políticas e como essa participação tem de um lado influenciado na instituição de políticas públicas de Estado para a cultura e de outro, tem sido pouco eficaz na inserção de pessoas negras em espaços de poder e decisão de tais políticas. Lideranças negras são identificadas como

fundamentais em seus territórios culturais, em seus grupos, agremiações. No gerenciamento de projetos culturais exitosos na ponta da cadeia produtiva da cultura, na base da manutenção de tradições culturais fundamentais para a cultura e a identidade nacional.

No entanto, tais agentes não estão identificados como aqueles e aquelas capazes de comandar os rumos das políticas públicas de cultura. São vistos como fundamentais para a mobilização da festa e do entretenimento, não na coordenação, no centro do poder e da visibilidade da produção cultural e da política cultural. Do ponto de vista da descentralização da instituição de políticas culturais e sua participação social no Brasil, estados e municípios seguiram o mesmo caminho, buscando ampliar de forma significativa a participação, realizando conferências, criando conselhos e fóruns de cultura. Enfim, ampliando a participação da sociedade.

[...] extensão dos conselhos nacionais e das conferências nacionais. A realização de um conjunto de conferências – prática que já existia desde 2003, mas que estava limitada a algumas áreas da política participativa entre as quais a assistência social – constituiu uma das marcas do governo Lula. (AVRITZER, 2016, p. 55)

A perspectiva de um governo popular pressupõe a ampliação da democracia, e nos anos dois mil, no setor cultura, ela se concretizou com o fortalecimento dos mecanismos de participação social e popular. Nessa mesma perspectiva de ampliação da democracia estão os programas e as políticas voltadas para a diversidade das expressões culturais, os programas estratégicos de enfrentamento ao racismo e pela promoção da igualdade racial, numa perspectiva em que não há democracia consolidada se existe desigualdades e racismo.

O campo das políticas culturais é talvez o campo de maior mudança no que se refere a participação e democracia. Com o surgimento de um “novo MINC” em 2003, mudou a configuração da participação e controle social das políticas públicas de cultura no Brasil. Tal prática, estimulou estados e municípios a criarem suas políticas locais e seus mecanismos de participação, valorizou a diversidade e os segmentos culturais antes negligenciados pelo poder público a exemplo dos povos tradicionais de matriz africana, povos indígenas e da cultura LGBT com a criação da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (SID). Nesse sentido a presença de agentes culturais negros é evidenciada e o debate sobre inclusão e enfrentamento ao racismo por meio da cultura toma corpo.

Ao tempo em que se constituía uma nova prática na instituição de políticas culturais, o Brasil também experimentava a ampliação de sua democracia em outras áreas. Destaca-se para efeito desse debate de participação social, a inserção de segmentos da população negra com a

criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), órgão de transversalidade das políticas de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial que influenciou novas práticas democráticas e de inclusão.

Em Pernambuco, tal debate vinha se delineando devido aos governos populares instituídos desde o ano 2000. A capital pernambucana, Recife, e sua vizinha Olinda implementaram mecanismos de participação e controle social das políticas públicas culturais. O início do século em Pernambuco foi marcado por um trabalho de envolvimento social com bases em conceitos fundamentais de direito a cultura, cidadania cultural e radicalização da democracia. Notadamente os governos do Recife, tendo a frente o sindicalista, negro João Paulo de Lima e Silva (PT), e de Olinda com Luciana Santos (PCdoB), que governaram as cidades entre 2000 e 2008, empreenderam um esforço de participação social com realização de conferências bianuais e com fóruns do orçamento participativo que de alguma forma produziram grandes mudanças na compreensão sobre participação social. Tal mudança afetou de forma significativa o setor cultural, a produção e o desejo de envolvimento da sociedade civil em participar das gestões de cultura das cidades. Embora nas cidades já existissem mecanismos de execução de políticas culturais, nos anos dois mil em governos considerados populares, foram criadas as Secretarias Municipais de Cultura, realizadas conferências e criados os novos conselhos de cultura. Agora os conselhos estabeleceram modelos de participação social mais amplos, com eleições abertas a sociedade, mudando a configuração da participação social no campo da cultura.

Nos anos dois mil se encerram as fazes de conselhos de cultura formado por pessoas “notáveis”, pessoas de “nomes” da referência intelectual e acadêmica, para um conselho em que os representantes da sociedade se filiam a o modelo de representação de categorias artísticas e profissionais da cultura como músicos, artistas populares, mestres das culturas tradicionais, profissionais de diversas áreas do setor.

Os novos conselheiros de cultura dos anos dois mil em Pernambuco se associam as novas formas de inserção do setor cultural no debate e monitoramento das políticas públicas para a área. Recife, se caracteriza pioneira no modelo de participação social na cultura e em sua configuração governamental seguindo um modelo defendido para a efetivação de um Sistema Municipal de cultura.

No Recife em 2001 é criada a Secretaria Municipal de Cultura, confirma-se a Fundação de Cultura como braço operacional da política cultural municipal, é criado o Fundo Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Política Cultural. O chamado CPF da Cultura – Conselho, Plano e Fundo de Cultura – dá o desenho da política municipal e consolida um modelo de

sistema que contribui para o debate nacional de criação do Sistema Nacional de Cultura, cujo debate ganha corpo com a primeira eleição do Presidente Lula em 2003. Dez anos depois do processo de criação do sistema de cultura em Recife, o governo estadual adere ao SNC, sendo o último estado da Federação a cumprir as regras para participar do sistema nacional de cultura, onde uma de suas prerrogativas estavam vinculadas a participação social e democrática no campo da cultura.

Após pressão do setor cultural, a notícia de adesão do governo estadual ao sistema nacional de cultura é celebrada pela denominada militância da cultura. A expectativa do setor cultural na efetivação de uma política cultural integrada, num modelo sistêmico de política pública de cultura era bastante significativa, uma vez que lideranças culturais pernambucanas vinham participando do processo no âmbito nacional e a experiência de Recife em Olinda em prover uma política cultural participativa havia ganhado a simpatia do segmento.

[...] a ação, que é uma iniciativa do Ministério da Cultura, a forma de uma série de Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) e Projetos de Leis (PL), foi aprovada em 2012 e faz parte do Plano de Negócio Nacional (PNL). O Sistema estabelece diretrizes de incentivo a cultura, promovendo-a de maneira descentralizada. (JORNAL DO COMÉRCIO, 2013)

A prática de participação social ampliada a partir de 2000 em Recife e Olinda, e no Brasil com a criação do Ministério da Cultura em 2003, levou o setor cultura pernambucanos, notadamente, artistas populares, produtores culturais e conselheiros municipais a impulsionarem o governo estadual a construir um novo modelo de participação social na cultura. No Recife, por exemplo, além do Conselho Municipal de Política Cultural, também havia o Fórum do Orçamento Participativo da Cultura, com encontro periódicos e uma inserção na agenda da política cultural significativa.

O governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB) assinou, na manhã desta sexta feira (22), a adesão do estado ao Sistema Nacional de Cultura. A solenidade aconteceu na sede provisória do governo em Olinda. Questionado sobre a demora em aderir ao projeto, já que foi o último estado do país a fazê-lo, Campos afirmou que Pernambuco se encontra dentro do prazo e aproveitou para alfinetar o governo federal. (JORNAL DO COMÉRCIO, 2013)

Embora as ações e políticas culturais de Pernambuco figurasse como motivo de orgulho para parte da população e em especial para o setor cultural, devido a programas importantes de interiorização como o programa Pernambuco Nação Cultural que entre outras ações produziu festivais em diversas regiões do Estados e construiu parcerias com governos municipais de

idades do interior de Pernambuco, e a existência do Fundo Estadual de Cultura, o Funcultura¹⁷, que aporta anualmente em média quarenta milhões de reais, e em 2017, com a publicação da nova Lei do Sistema de Incentivo à Cultura – Lei Estadual nº 16.113/2017 –, passou por reformulações que objetivaram promover a modernização e maior capacidade de atendimento às necessidades dos fazedores de cultura que acessam o Fundo.

Ainda assim, no que se refere a participação social, o nível de insatisfação do setor impulsionou uma melhor estruturação dos mecanismos de participação social como conselhos e conferências. Até 2013 o Conselho Estadual de Cultura tinha foco no patrimônio e sua composição de representação social considerada “técnica”. Apesar da resistência do poder público estadual em romper com o modelo, apesar da crítica do próprio governador do estado ao SNC, foi inevitável realizar mudanças para que a política estadual de cultura cumprisse as exigências a adesão ao SNC, sendo o último estado da Federação a aderi-lo.

“A gente quer aderir, mas a gente quer que o mecanismo seja melhor. A melhor forma de ser ouvido é justamente retardando essa adesão pra dizer que Pernambuco tem feito sua parte. Proporcionalmente, nós temos o maior fundo de cultura do Brasil. Se a união usasse a mesma proporção para alimentar o fundo nacional, teria mais do dobro do recurso orçado este ano”, afirmou Campos. (JORNAL DO COMÉRCIO, 2013)

As avaliações do governo estadual eram de ordem financeira e do avanço nas políticas de financiamento a cultura, a provocação do governador de então tem sendo na medida em que, ao tempo em que é necessário um sistema local de cultura e uma adesão ao SNC, é também necessário que um dos componentes mais estruturadores do Sistema Nacional, o fundo, possa fortalecer as políticas culturais e dar exemplo aos entes federados com uma boa prática de utilização do Fundo Nacional de Cultura. A sociedade civil, por sua vez, estava empenhada em alinhar as ações e políticas estaduais de cultura ao modelo democrático de participação social iniciado em 2003, aparentemente, sem tomar conhecimento dos debates sobre o necessário aporte de recursos fundo a fundo (nacional e estadual) como forma de ampliar a capacidade de gestão da política pública da cultura.

Mobilizava a sociedade civil da cultura a adesão ao SNC que pressupunha uma mudança significativa na política estadual de participação em Pernambuco. A partir de então, o poder

¹⁷ O Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura) é o principal mecanismo de incentivo à cultura no Estado de Pernambuco, sendo considerado um dos maiores Fundos de Cultura do Brasil. Criado em 2002, por meio da Lei Estadual nº 12.310/2002 (Dispõe sobre o Sistema de Incentivo à Cultura - SIC), o Funcultura fomenta projetos culturais através de aporte direto de recursos do poder público estadual, atualmente o orçamento anual é de R\$ 32 milhões de reais.

público deveria criar um conselho estadual de política cultural com composição ampla, representativa de segmentos culturais, realizar conferência de cultura e eleições abertas e democráticas para o referido conselho. Até 2013 os conselheiros de cultura de Pernambuco eram indicados e nomeados pelo governador. Sua composição, refletia os interesses do governo em manter o status quo de escritores, arquitetos e profissionais liberais com vínculo na cultura, ao tempo em que mantinha uma relação elitista e digamos, oligarca com a pauta da cultura

Ao aderir o SNC, o governo optou por criar o Conselho de Política Cultural e proceder a escolha de seus membros por meio de processo eleitoral, mas ao mesmo tempo, manter a existência de um Conselho Estadual de Cultura, o transformando em Conselho de Patrimônio, que gradativamente, do ponto de vista eleitoral, faria sua transição democrática com eleições e maior envolvimento de setores populares, notadamente, a inclusão de setores do patrimônio imaterial pernambucano.

Posteriormente, com a necessidade de adaptação as prerrogativas nacionais e ao crescimento do setor do audiovisual em Pernambuco, surgiria outro conselho, o Conselho Estadual do Audiovisual. Agora, ao invés de um conselho de Políticas Culturais e suas câmaras setoriais de Audiovisual e Patrimônio, o estado passa a ter três conselhos de cultura. Mas qual a diferença entre os três conselhos?

O primeiro conselho é o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, criado em 2014 (Lei nº 15.430/2014, regulamentada pelo Decreto nº 41778/2015), pelo seu foco em patrimônio, sua ralação com segmentos já associados a segmentos profissionais tradicionais do segmento cultural figura como substituto do antigo conselho estadual de cultura, o denominado pejorativamente de conselho de notáveis.

O CEPPC é formado por representantes do setor do patrimônio cultural material e imaterial eleitos como representantes de seus segmentos, por membros honorários (notório saber), convidados pelo governo. Diferente dos outros dois conselhos, a participação no Conselho do Patrimônio é remunerada, a cada sessão os membros do conselho recebem o valor entre R\$ 300,00 (trezentos) e R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta), podendo haver até 6 (seis) sessões por mês. Justifica-se a remuneração por considerar ser um conselho de caráter “ técnico e processual”. Todavia, é de conhecimento público que tal conselho herda a prática de hierarquização da cultura e o conceito técnico, ao substituir o conselho anterior, Conselho Estadual de Cultura, garantindo remuneração, ainda que pequena, para o valor e potencial de sua atuação.

O tema da remuneração para participação nos conselhos é recorrente, chegando a entrar na pauta do poder legislativo estadual que debateu o tema e segundo a ata do CEPPC.

A partir das audiências públicas ocorrida na referida casa legislativa e outros entendimentos construídos durante a tramitação dos projetos no âmbito do legislativo, resultaram no entendimento de que só o CEPPC seria remunerado, uma vez que o mesmo tem uma atuação de caráter técnico e processual, exigindo de seus membros relatorias em processos de tombamentos de bens materiais, bem como em registro do patrimônio vivo, e em outros tipos de salvaguarda do patrimônio cultural. (CEPC, ata de 24 de agosto de 2016)

A remuneração para participação no CEPC volta a pauta em outras reuniões, uma vez que segmentos populares e tradicionais tem dificuldades financeiras em participar de reuniões devido a seus territórios tradicionais e locais de moradia serem, em geral, de difícil acesso, necessitando de apoio financeiro para transporte e alimentação.

Embora haja um esforço por parte dos novos conselheiros de patrimônio em desenvolver uma prática cultural dialógica e um debate que priorize as culturas populares e tradicionais, o Conselho de Patrimônio ainda guarda sua semelhança com o antigo conselho de notáveis, com reuniões na Academia Pernambucana de Letras, com pareceres técnicos, com a prerrogativa de reconhecer monumentos e manifestações culturais pernambucanas concedendo títulos de patrimônio, tombamentos e homenagens no âmbito estadual.

Os conselheiros de patrimônio são eleitos por seus segmentos, no entanto há uma relação de 5 (cinco) conselheiros convidados, denominados de notório saber.

O segundo conselho é o Conselho Estadual de Política Cultural, nosso objeto de pesquisa. O CEPC é um conselho de caráter popular, criado para cumprir as exigências da adesão do Estado de Pernambuco ao SNC e seguiu um modelo de participação social com eleições diretas e representação por segmento.

O CEPC tem composição paritária entre representações da sociedade civil e do governo, num total de 40 participantes. Os setores da sociedade civil representados no conselho são: artesanato, audiovisual, cultura popular (de matriz africana, de matriz ibérica, de matriz indígena), teatro e opera, circo, dança, artes visuais, música, literatura, designer e moda, gastronomia, arquitetura e urbanismo, produtores culturais, pontos de cultura, representações regionais do Agreste, Sertão, Zona da Mata pernambucanos. Chama a tenção, o fato da composição do conselho ter cadeira representando o setor do audiovisual, uma vez que existe o conselho de audiovisual no estado, e a cadeira de arquitetura e urbanismo que também é parte do debate desenvolvido pelo conselho de patrimônio de Pernambuco numa perspectiva técnica.

No entanto, compreende-se que os setores representados no conselho de políticas culturais devem organizar suas câmaras, fóruns ou colegiados setoriais para aprofundar o debate

sobre seus temas e aproximar suas bases aos debates desenvolvidos no conselho. No que se refere as cadeiras de Audiovisual e Patrimônio e Arquitetura, há sim uma duplicidade de funções entre o CEPC e o CPPC, embora a respeitabilidade histórica conquistada pelo antigo conselho coloque em situação inferior o conselho de políticas culturais e dificulte sua relação com outros órgãos do poder público nos municípios e no próprio governo estadual.

No que se refere a presença negra nos conselhos, mesmo sem os dados da composição racial, me arvore aqui a iniciar uma avaliação. Ocorre que até o momento desse trabalho, os formulários de inscrição para participação nos conselhos estaduais em Pernambuco não constam o quesito raça/cor, fundamental para compreender a composição e a participação de pessoas de grupos raciais e étnicos diferentes. Mas é possível, construindo diálogos com participantes do conselho e identificando documentos, observar aspectos fundamentais para a presença de pessoas negras no conselho. A garantia de cadeiras específicas para representação de regiões do estado e a cadeira que representa os grupos e instituições da sociedade que fazem parte do programa dos pontos de cultura são alguns, uma vez que a capilaridade atingida pelos pontos de cultura em Pernambuco amplia a participação de pessoas e instituições negras.

Ainda no contexto da ampliação da participação popular e negra no conselho, a prerrogativa de cada representante de segmento com assento no conselho ter a responsabilidade em organizar o seu fórum setorial referente dinamiza o conselho de políticas culturais e amplia sua capacidade de diálogo com a sociedade. Tal metodologia se assemelha a forma de organização do Conselho Nacional de Políticas Culturais que tem colegiados setoriais com responsabilidade de articular suas áreas, construir planos setoriais e monitorar as políticas. No entanto, é curioso observar que alguns temas representados no CEPC têm conselho próprio. Temas como audiovisual e patrimônio poderiam ser representados no CEPC e ali criar seu fórum específico, não necessitando de outro conselho de representação social para o setor.

Com ampla participação social, o CEPC, via Secretaria Estadual de Cultura, articula a participação de outras instituições do estado, numa compreensão do papel estratégico da cultura e sua transversalidade na política pública. Assim, por parte do poder público, o conselho tem representação da Fundarpe, das secretarias de Educação, Mulheres, Cultura, Esporte e Lazer, Casa Civil, Desenvolvimento Social Criança e Juventude, Desenvolvimento Econômico, Companhia Editora de Pernambuco, Universidade de Pernambuco, Empresa Pernambucana de Comunicação, Prefeitura de Olinda, Prefeitura do Recife, Representantes de prefeituras das regiões da zona da mata, do agreste e do sertão, e uma representação de movimentos sociais, comunitários, juventude, estudantil e direitos urbanos.

Podemos destacar que a abrangência e diversidade de representações da sociedade civil

e do governo na composição do CEPC de Pernambuco faz dele um órgão com potencial para o desenvolvimento de políticas culturais de caráter sistêmico e de estado, uma vez que instituições estratégicas no desenvolvimento das políticas culturais, segmentos culturais diversos e trabalhadores da cultura são representados no conselho.

O terceiro conselho é o Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco, criado em junho de 2014 (Lei nº 15.3007/2014) para ampliar a participação do setor do audiovisual nas decisões e políticas para o setor. Sua composição reflete a inserção e o interesse do setor do áudio visual em dialogar sobre o acesso aos recursos da cultura e intervir de forma decisiva nos rumos dos projetos e iniciativas do poder público estadual. O setor mostra sua força com a criação da lei estadual que além de criar o conselho, disciplina a promoção, o fomento e o incentivo ao audiovisual em Pernambuco, estado considerado um dos maiores polos de cinema do País. A legislação aprovada para criação do CAV, acaba por “esvaziar” a cadeira que representa o audiovisual do Conselho Estadual de Políticas Culturais, uma vez que os debates sobre políticas para o setor têm o privilégio em ter um conselho próprio, o que facilita a ampliação das conquistas e melhorias para o setor do audiovisual em Pernambuco.

O Conselho Consultivo do Audiovisual em Pernambuco é vinculado à Secretaria Estadual de Cultura, tem composição paritária formada por 18 membros efetivos e igual número de suplentes. Segundo seu decreto de criação “os membros da sociedade civil serão eleitos pelas entidades representativas do segmento cultural”. E os membros que representam o governo indicados por seus órgãos estaduais, nomeados pelo governador.

É a partir dos debates realizados no conselho do audiovisual que vem a primeira experiência pernambucana em ações afirmativas para produtores negros, seguindo a esteira do debate nacional promovido pelo Ministério da Cultura em parceria com a Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que foram voltados para as áreas da arte e da cultura negras, especificamente no audiovisual, na literatura e nos pontos de cultura (pontos de leitura negros). A amplitude social e ideológica, e a capilaridade nas regiões brasileiras que teve os editais provocou debate nacional e até o embargo proposto por um juiz do Estado do Maranhão, que foi enfrentado pelo MINC.

Exceto o conselho de audiovisual, os demais conselhos estaduais têm presença significativa de pessoas negras. Tal presença é constatada a partir de observações no decorrer da pesquisa, uma vez que os formulários de inscrição dos conselhos estaduais de cultura em Pernambuco não constam o quesito cor, portanto a/há uma omissão da estrutura do conselho no que se refere a identificação das pessoas negras. Lideranças e técnicos da cultura empenhados em contribuir com a construção e consolidação das políticas culturais em Pernambuco.

Foi possível observar, a partir do acompanhamento das reuniões do conselho a preocupação de conselheiros em afirmarem sua condição de pessoa negra e a influência do movimento negro em sua atuação. As cadeiras de Música, Artesanato, Cultura Popular, Dança, audiovisual tem sido representado por pessoas negras nas últimas direções do CEPC.

O CEPC, conselho de maior representação negra, é onde o tema das culturas afro-brasileiras está inserido. No entanto a inserção do tema não privilegia o debate sobre o desenvolvimento de políticas públicas de fortalecimento e valorização dessa cultura.

No conselho, cultura afro-brasileira está inserido como subtema na cadeira de cultura popular que é dividida em Cultura Popular de Matriz Africana, Cultura Popular de Matriz Indígena e Cultura Popular de Matriz Ibérica. Tal divisão de assentos esvazia o debate sobre a força de culturas negras e indígenas em Pernambuco, traz pro campo da cultura popular todos os aspectos das tradições culturais de povos tradicionais.

Tal divisão, considerada “didática” tira da cena do debate de política cultural o conceito de povos tradicionais já avançado no Brasil desde a criação da Fundação Cultural Palmares (1988) e da criação e atuação da secretaria nacional de identidade e diversidade cultural do MINC em 2003, do programa dos pontos de cultura onde foram incluídos os povos tradicionais de matriz africana, indígenas, ciganos e quilombolas no debate de inclusão social por meio da cultura.

O conceito de povos e comunidades tradicionais criado a partir do Decreto nº 6040/2007 que define a política nacional de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais e define o conceito de povos e comunidades tradicionais, tem sido aplicado no Brasil em políticas públicas de diversos níveis e tem facilitado o entendimento do poder público sobre inclusão sociorracial, assim como tem impulsionado no campo das políticas culturais, as ações específicas para tais povos e expressões culturais. O conceito debatido e afirmado no Decreto nº 6.040/2007 figura como um argumento para a inclusão de povos tradicionais de matriz africana como sujeitos de políticas públicas, ampliando a concepção de matriz africana, que no âmbito da política pública de cultura assume o lugar de continuo civilizatório e cultural dos negros no Brasil.

Em Pernambuco, a reestruturação do conselho de política cultural cria cadeiras para a matriz africana, no entanto vai na contramão do debate nacional protagonizado pela sociedade através da forte inserção de povos e comunidades tradicionais de matriz africana no Conselho Nacional de Políticas Culturais e no Colegiado Setorial de Cultura Afro-Brasileira, assim como dá concretude ao Decreto nº 6.040/2007. Questiona-se um assento para a matriz africana no conselho que vincula o tema e o segmento a cultura popular e não as tradições culturais negras no Brasil e a força que tem o conceito de povo tradicional.

Embora os debates mais profundos e significativos para as culturas populares e tradicionais,

para a participação negra e sua intervenção não estejam registrados nas atas do conselho, o debate sobre a composição do conselho e suas contradições é algo real, e a negociação das pessoas negras também. Ao se inserir num conselho que do ponto de vista da luta pelo reconhecimento das tradições culturais negras ia na contramão do debate construído, lideranças negras vinculadas as culturas populares e tradicionais se mostram capazes de negociar seu espaço de representação em defesa da causa do enfrentamento ao racismo por meio da política cultural.

Tereza França (ANO), representante de Cultura Popular de Matriz Africana, a segunda presidenta do Conselho Estadual de Política Cultural e a primeira mulher negra a assumir esse lugar, afirma que foi preciso colocar do lado o aspecto folclórico que remonta a concepção de uma representação (uma cadeira) com a nomenclatura de cultura popular para poder se manter articulando e monitorando as políticas públicas para seu segmento. Observo que a decisão do conselho estadual de criar três cadeiras do segmento de cultura popular, dividindo-as em três matrizes remonta a um entendimento folclorizado das expressões culturais, do legado e produção de conhecimento dos povos e comunidades tradicionais, em especial os indígenas e negros. O espaço para representação das culturas afro-brasileiras no CEPC está em uma subdivisão da cadeira de cultura popular, ficando assim definido: um representante de Cultura Popular de matriz ibérica, um representante de cultura popular de matriz indígena e um representante de cultura popular de matriz africana.

Tal divisão localizou as tradições de matriz africana na categoria cultura popular. Como não há esse debate acumulado na sociedade, mesmo as pessoas que se inscreveram para tal representação não compreenderam tal conceito aplicado. Do ponto de vista da população negra, que são aproximadamente 60% dos que vivem em Pernambuco (contando negros e pardos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), a escolha do CEPC em localizar cultura afro-brasileira como representação da cultura popular, ou de parte dela, figura como limitador da dimensão da matriz africana, do conceito ampliado de povo e seu legado. E finalmente, uma armadilha do racismo na cultura. Tal definição de espaço de participação social invisibiliza a presença da população negra e suas culturas, notadamente as comunidades tradicionais de matriz africana e as comunidades quilombolas pernambucanas não se veem representadas pela categoria cultura popular de matriz africana ou cultura popular de matriz indígena definida pelo conselho.

A presença de lideranças negras no conselho provocou debates importantes para a consolidação de políticas de participação social na cultura, contribuiu para a validação das políticas culturais e sua inserção no âmbito do SNC da cultura, no entanto, o esforço de lideranças negras não gerou políticas afirmativas capazes de colocar as culturas negras em lugar de merecido destaque em Pernambuco. Identifica-se poucos avanços no que se refere as políticas culturais para a população negra e para os povos e comunidades tradicionais.

Embora não exista um programa de ações afirmativas nas políticas culturais de Pernambuco, podemos destacar o avanço ocorrido no âmbito dos editais do Funcultura que inseriu critérios de avaliação priorizando pessoas negras a partir de 2016, fruto do debate da sociedade e do diálogo no CEPC, confirmada pelo representante da Secretaria Estadual de Cultura na décima reunião ordinária do conselho. Com as cadeiras de cultura popular e seus matizes, o conselho faz uma escolha por trazer para a participação no conselho de políticas culturais as expressões da cultura popular artística, desconsiderando toda uma complexidade das culturas, legado e conhecimentos produzidos nessas comunidades tradicionais as quais influenciam a produção cultural pernambucana, na música, na dança, no artesanato, na culinária, nas línguas e costumes cotidianos.

Eu poderia aqui fazer um parêntese e também acessar questionamentos referentes ao trato com os povos indígenas no conselho e sua cadeira de cultura popular de matriz indígena, que assim como as tradições de matriz africana e a contribuição negra pra cultura também foi apagada pela prerrogativa da cultura popular de matriz indígena ou africana para representar as expressões desses povos na política cultural uma vez que está em Pernambuco a cidade com maior população indígena do nordeste (cidade de Pesqueira). No entanto vamos nos concentrar em tratar do lugar de pessoas negras que empreendem um esforço para se inserirem nos debates sobre políticas culturais e para inserir a dimensão do enfrentamento ao racismo no campo da implementação de políticas culturais em Pernambuco.

É desse lugar que podemos compreender como a armadilha do racismo coloca em situação de subalternidade pessoas e expressões negras. Em Pernambuco, mais que em outros estados da Federação, essa prática está associada àquilo que o movimento social negro vem trabalhando há muito tempo, que é a desconstrução do mito da democracia racial brasileira, que Luiza Bairros (1996) denomina de mito mais caro aos processos de dominação no Brasil. Observe que Pernambuco é o estado que ainda fortalece a partir de suas oligarquias ou do pensamento das oligarquias pernambucanas, perpetuam as ideias do sociólogo Gilberto Freire no que se refere ao lugar e a forma de observar a população negra e sua contribuição para a cultura.

É exatamente influência freireana pernambucana ou presente na intelectualidade pernambucana que determina muitas vezes esse olhar sobre a cultura negra limitando-a a cultura popular, não que a cultura popular não seja importante, mas no que se refere a população negra é válido observar ou ter um olhar crítico sobre a dimensão do racismo colocado quando vai se tratar de tradições culturais negras, suas expressões culturais e representatividade política.

É nesse sentido, o de enfrentar as formas como o racismo se revela na cultura que lideranças negras ou lideranças influenciadas pelo movimento negro buscaram atuar no conselho estadual de políticas culturais. Esse novo conselho de participação social, formado a partir da adesão do Estado

de Pernambuco ao SNC, que preconiza uma participação social mais ampla e popular que os conselhos anteriores de “notáveis”. É de fato o lugar apropriado para o debate de implementação de políticas culturais que possam atender aos interesses de segmentos populacionais historicamente colocados em situação de exclusão e subalternidade como são as populações negras e indígenas no Brasil.

Para compreender a participação negra na construção das políticas culturais em Pernambuco, para localizar o esforço de lideranças negras em se inserir nos espaços de decisão para que possam contribuir com a emancipação e inclusão social dos negros, foi necessário trilhar o caminho do diálogo e da observação participante. Ao longo desse processo de pesquisa, tive a oportunidade de dialogar com algumas pessoas, conselheiros da sociedade civil e conselheiros negros representantes do próprio governo. Pude observar o quanto, lideranças negras empreendem um esforço de participação para defenderem suas pautas.

A força da representação negra no CEPC esteve na força pessoal dos participantes e nos setores que representam. Nos últimos tempos em Pernambuco, desde o início do século 21, surgiram coletivos e associações culturais negras surgiram com força, fortaleceram a dimensão da participação e o protagonismo de suas lideranças no debate de políticas culturais. Coletivos vinculados ao coco de roda, suas vertentes e variações; associações dos afoxés, dos maracatus¹⁸ de baque solto e maracatus de baque virado, os coletivos de performance negra com artistas e produtores negros. Grupos e coletivo que de alguma forma tem sua representação no conselho a partir de seu segmento ou categoria profissional das artes, mas que não tem um investimento nesse lugar, naturalmente porque a escolha do conselho localiza a participação da cultura negra apenas na dimensão da cultura popular.

Essas lideranças que participam do conselho ou participaram ao logo da construção dele nos últimos tempos trouxeram debates significativos para a construção da política cultural e influenciaram nos editais públicos, na construção de políticas via debates promovidos pelo poder público e as conferências municipais e estaduais de cultura, interviram para a construção de projetos e programas mesmo incomodadas com essa definição de cultura popular com matizes e compreendendo que essa lógica de cultura popular com três matrizes traz de alguma forma alguma inferioridade as tradições culturais, essas lideranças não abriram mão de ocuparem os espaços fazendo o debate.

¹⁸ Os maracatus são manifestações culturais negras, genuinamente pernambucanas, elas são de duas ordens: Maracatus Nação ou de Baque Virado, urbano que se caracterizam pela presença de instrumentos percussivos marcantes como as alfaias ou bombos e Maracatus Rural ou de Baque Solto, que são originários de zonas canavieiras e são marcantes a presença do personagem caboclos de lança e na sua música a força do canto do mestre e dos instrumentos de sopro.

Embora eu tenha escolhido desenvolver o trabalho a partir da observação no conselho, da leitura de documentos e de entrevistas, o desenvolvimento do trabalho me levou a escolher entrevistar apenas uma liderança. Não para poupar tempo, mas pela riqueza de conteúdo apresentado pelas lideranças com suas intervenções.

Apesar disso, foi possível nesse processo de observação, identificar lideranças importantes no processo de debate de implementação de políticas públicas para a cultura afro-brasileira mesmo que as cadeiras (ou assentos como conselheiros) não permitissem o aprofundamento da política essas lideranças estavam ali, defendendo seu segmento, articulando apoios para suas bases e seus grupos, defendendo seus territórios tradicionais, buscando recursos para apoiar suas iniciativas culturais. Foi possível também fortalecer programas importantes que impactam em suas atuações nos territórios como foi a defesa dos pontos de cultura, inclusive criando e articulando o coletivo dos pontos de cultura de matriz africana. Cabe aqui mencionar a importância do programa nacional dos pontos de cultura, o programa do Ministério da Cultura de maior capilaridade nos estados e municípios que foi capaz de, nas palavras do ex-ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil “fazer um do-in antropológico”, ou seja massagear os territórios culturais nos quatro cantos do Brasil. O programa aportou recursos e articulação social e política para grupos culturais diversos.

Nesse processo vivenciado na pesquisa foi possível reafirmar a importância de lideranças negras fundamentais para o debate de políticas públicas em Pernambuco a exemplo de Cleonice, representante do ponto de cultura cabras de lampião da cidade de Serra Talhada no sertão Pernambucano. De Bete de Oxum, vinculada às tradições culturais do coco (coco de roda, de umbigada), as tradições dos afoxés porque ela vem dessa vivência e há uma tradição das pessoas que vivem no entorno do centro histórico de Olinda, as comunidades pobres e negras, em participar de diversas manifestações culturais populares. No envolvimento com coco, afoxé, ciranda e o processo que ela construiu de continuidade de um grupo de coco, que é o Coco da Umbigada. O seu grupo e seu terreiro que se relaciona com a história de sua família como acontece com diversas lideranças culturais negras.

Assim como lideranças mais jovens no processo de participação, mas também influenciadas pelo discurso do movimento negro como Gabi Apolônio, Conselheira do segmento da música, originária da comunidade negra do Bode no Bairro do Pina, Recife, musicista de formação e produtora cultural do setor do samba. Fabiano Santos dirige o afoxé Alafin Oyó, presidente da União dos Afoxés de Pernambuco que tem uma relação estreita com grupos culturais tradicionais e buscou acompanhar de perto o conselho durante seus debates sobre matriz africana e pontos de cultura, fortalecendo a comissão estadual dos pontos de cultura na sua conexão com o CEPC. Só para citar algumas lideranças que acompanham o conselho de políticas e exercem influência nas decisões

políticas.

Além dessas figuras, existem outras pessoas identificadas com a cultura negra a partir de outras linguagens. A partir do artesanato, da dança afro e da performance como é o caso de Janaina – da cidade de Igarassu e Ana Paula Santana que vem de um esforço histórico em estar acompanhando o desenvolvimento do conselho de participação social negra numa expectativa de inserção da dança afro-brasileira, da performance negra no debate do conselho. Para citar alguns exemplos de inserção da área da dança, da performance negra no debate do conselho. Para citara alguns exemplos de esforço e inserção de lideranças no debate de políticas culturais em três campos: as culturas tradicionais do coco, da ciranda, as culturas mais contemporâneas do afoxé e a performance negra a partir dos bales afro e das ongs negras como é o caso do Daruê Malungo em que Ana Paula Santana esteve vinculada, são formas de inserção de uma população e suas lideranças que insiste me colocar no seio da política pública de cultura a sua compreensão de mundo e sua perspectiva de enfrentamento ao racismo e inserção social via cultura. A inserção de pessoas negras em espaços de poder é pauta recorrente na luta da população negra por inclusão, na luta do movimento negro brasileiro. No campo da política cultural essa luta não pode ser negligenciada, ao contrário, ela precisa ser reconhecida.

Uma de minhas inspirações para dialogar sobre a intervenção de pessoas negras na construção de políticas públicas é Abdias do Nascimento. Abdias que foi ator, diretor, professor, deputado, senador, artista plástico, deixou um legado para a luta dos negros e história da população negra brasileira. Em seus discursos, Abdias exaltava o que chamou da “gente negra” e foi firme na consolidação do conceito de afro-brasileiros e de cultura afro-brasileira. Elevando a contribuição negro africana as culturas e reconhecendo o legado civilizatório da população negra no Brasil e no mundo. Com personagens de nossa história como Lélia Gonzáles e Abdias do Nascimento, nos inspiramos a lutar pela inserção e respeito a cultura afro-brasileira e pelo protagonismo dos negros na história e na política. Abdias e Lélia são implacáveis no questionamento sobre a necessidade dos negros se inserirem em espaços de poder e influenciar nas decisões nacionais.

É certo que o racismo estrutural interfere na forma como as políticas públicas de cultura são organizadas. Lideranças e intelectuais negros envolvidos com a cultura são identificados como fundamentais na produção cultural “popular”, como essenciais nos territórios de tradição e produção cultural, mas seus pensamentos, sua intelectualidade e experiência socio cultura comunitária não os leva aos espaços de comando e decisão no campo da política cultural. Mesmo que o campo da cultura brasileira seja espaço majoritariamente negro, os produtores negros não são identificados como aqueles e aquelas capazes de estarem em espaços de comando e suas expressões culturais estão sempre em lugar de subalternidade.

Um olhar mesmo que superficial sobre a história recente do movimento negro brasileiro nos leva a compreender o quanto o movimento apostou na cultura para promover a inserção social dessa população, promover conhecimento e preservação da memória. Como através da cultura o movimento exercitou suas formas de organização política e de intervenção na vida social brasileira e como para a população negra e suas lideranças cultura esteve na centralidade de suas vidas e debate político. Mas o poder político brasileiro, mesmo no campo da cultura ainda não enxerga essa força.

Desde o Teatro Experimental do Negro com Abdias, Solano Trindade, Aroldo Costa, Rute de Souza entre outros, as agremiações carnavalescas de frevo, samba e samba reggae que lideranças negras brasileiras apresentam formas de organização e reivindicam espaços em lugares de decisão. E nesse sentido a intervenção dos negros no campo das políticas culturais tem sido uma estratégia forte. No entanto, tal perspectiva de inserção em espaços de poder via cultura é recheado de esforço individual e coletivo. Não poderia ser diferente em Pernambuco, onde o racismo persiste em colocar em segundo plano a contribuição de pessoas negra na construção das políticas públicas de cultura e em seus avanços.

Pessoas negras e seus potenciais de lideranças seguem invisibilizadas, no entanto, a luta e articulação de tais lideranças forjam construções e narrativas que as levam a lugares de referencia política e de um justo aproveitamento dos poucos espaços que lhes são concedidos na estrutura de uma sociedade reconhecidamente racista e excludente. No Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco, nas comissões e realizações de conferências, pessoas negras encontram formas de contribuir com os debates e no meio cultural terem reconhecimento. Muitas dessas lideranças eu reconheço e observo que o setor cultural, os gestores, a militância da cultura e da luta contra o racismo as reconhece. O que, ao meu ver, é uma vitória da luta negra em Pernambuco.

3 Brava Gente Brasileira, a representação negra na cultura

A partir de agora, tendo situado os leitores acerca de minha trajetória e relação com esse campo, e também tendo trazido no capítulo anterior o contexto da pesquisa, nesse capítulo estaremos voltados sobretudo para o diálogo com a cultura pernambucana e as figuras que são centrais para a política cultural, os conselheiros de cultura. Em especial, os conselheiros e conselheiras negras que tive acesso durante esse processo, no contexto da pesquisa, destaco os discursos e as impressões sobre política cultural da Professora Tereza França, que eu vou de vez em quando chamar de Tereza de Oyá. A primeira mulher negra que se tem notícia a presidir um Conselho de Cultura em Pernambuco. Como quase todos os conselheiros e conselheiras de cultura, com alguma proximidade com as culturas populares, mesmo que indiretamente, Tereza de Oyá é influenciada pelo orgulho pernambucano sobre sua diversidade cultural. Natural de Recife, Pernambuco, a presidenta carrega em sua forma de se relacionar com a política cultural a influência de quem conviveu com as manifestações culturais negras e populares desde criança.

Tereza é professora na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), desde cedo ligada à educação física. Chega ao conselho como representação das tradições de matriz africana. Seu perfil dialógico a faz ser a primeira mulher negra a presidir um conselho de cultura em Pernambuco. Pode-se dizer que a professora Tereza França é um dos exemplos de ativismo político no campo da cultura que buscam se referenciar em seu território e seu vínculo histórico com a vivência cultural característico de lideranças do setor cultural em Pernambuco. Direito a cultura e lugar de fala são conceitos que se entrelaçam na atuação de lideranças negras vinculadas ao debate de política cultural no estado.

É nesse sentido que quero iniciar essa reflexão sobre a participação de lideranças negras na construção das políticas culturais em Pernambuco, saudando todos aqueles e aquelas que empreendem um esforço em colaborar com mecanismos de participação social no campo da cultura. A todas as manifestações culturais pernambucanas, quase todas negras, e ao movimento de resistência social, política e cultural que representam as manifestações culturais populares num estado castigado por uma realidade de pobreza e exclusão histórica e que sua população encontrou na cultura uma forma de sobrevivência social, econômica e psicológica, uma vez que a cultura e as identidades culturais contribuem para o bem-estar dessa população.

Minhas saudações vão em especial para essa “gente negra”, aqui parafraseando Abdias do Nascimento, lideranças que a despeito das armadilhas e da violência do racismo a brasileira, sempre se colocaram à disposição para processos participativos. Uma gente de coragem, muitos

deles abnegados participando e intervindo em movimentos sociais comunitários e sindicais, demonstrando uma identificação e responsabilidade com processos coletivos e solidários. Tal identificação tem uma relação com histórias anteriores de resistência a escravidão e a subserviência vivenciada pela população negra no Brasil. De outro lado, são também parte das culturas tradicionais trazidos pela ancestralidade africana, por uma cosmovisão centrada na circularidade das relações entre as pessoas e suas comunidades.

Então, essa história de participação social negra está conectada com o que vem antes de nós, de resistência histórica, movimentos individuais e coletivos de luta por liberdade e igualdade de direitos. Sem sombra de dúvida, não vem de agora, da redemocratização brasileira dos anos de 1900, locus do debate de participação social, dos avanços da Constituição Brasileira de 1988, ou dos últimos anos de governos democráticos que trouxeram possibilidades de ampliação da democracia participativa com conselhos de direitos, de participação social nos vários campos da política pública. O investimento da população negra em participação social é ancestral e histórico. Vejamos as ousadias de homens e mulheres negras ao longo de nossa história.

São incontáveis os exemplos de intervenção negra na política, e o movimento negro brasileiro foi protagonista ao impulsionar uma participação social negra focada nos interesses de inclusão da população negra num movimento por reparações históricas. O reconhecimento de personagens negros de nossa história brasileira para além dos líderes das diversas guerras de quilombos, tem sido resgatado pela presença negra na academia e pelo esforço do movimento em buscar contar uma história dos vencidos, a partir de um olhar afro centrado. É nesse contexto que foram resgatadas histórias como as heroínas de Tejucupapo, mulheres negras que foram capazes de construir estratégias para expulsão dos holandeses do território de Tejucupapo na zona da mata pernambucana; o líder João Candido, da Revolta da Chibata, ocorrida no Rio de Janeiro; os heróis João de Deus, Lucas Dantas, Manuel Faustino e Luiz Gonzaga, líderes mortos na revolta dos búzios. Só para citar alguns dos nomes de lideranças negras ao longo da história brasileira que buscaram intervir na política e tiveram papel fundamental em processos de liberdade e independência brasileiras.

Atualmente, outros resgates históricos estão sendo possíveis, fruto de um movimento negro brasileiro capaz de questionar a histórica oficial e apresentar uma perspectiva de revisão histórica. A estratégia do movimento social em trazer nomes esquecidos pela historiografia oficial, tem provocado mudanças em governos do século XX. No início do ano de 2023, o Estado do Piauí, através dos movimentos sociais e do governo estadual, resgatou-se o nome e a história de uma mulher que ousou em intervenção na política, na participação em seu tempo.

com isso, trouxe para os holofotes da história social brasileira, uma mulher negra chamada Esperança Garcia, reconhecida como a primeira advogada brasileira. A homenagem a Esperança Garcia ganhou busto, obra artística no Estado do Piauí. Ela que foi reconhecida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Brasil) em 2022 como a primeira advogada brasileira, não o foi por ter cursado direito na Universidade, o reconhecimento vem de sua ousadia em preparar uma carta ao governador de seu tempo, documento que se caracterizou como um dos primeiros documentos jurídicos do Brasil.

Histórias como a de Esperança Garcia, tem sido resgatada e revisitada por uma nova geração de historiadores e historiadoras negras brasileiras que provocam mudança nas narrativas da história e nos auxilia a compreender a força da participação social, da intervenção coletiva e individual de pessoas negras para sua emancipação, além de figurar contribuição significativa nos destinos do país. Tais exemplos de lideranças e ousadia de lideranças negras impedem a tentativas de apagamento da contribuição negra na história brasileira.

Nota-se ainda que no contexto da intervenção da população negra na vida social e política do país, e na participação social nos últimos séculos, lideranças negras demarcaram espaço e posição nas lutas sociais. Sim, houve um destaque dessa participação na construção da sociedade brasileira e uma influência na formação das novas gerações. Esses seres políticos foram construindo um movimento negro brasileiro como movimentos de reparação histórica, movimentos e articulações coletivas, de imprensa negra que disputou as narrativas brasileiras sobre inserção da população negra na sociedade brasileira, no mercado de trabalho, no acesso à educação e as políticas sociais e de moradia. Só para citar uma dimensão dessa influência a partir de um mecanismo de comunicação que foi forte no início do século passado.

Nesse sentido, o Brasil constituiu um movimento social negro que tem diversas características. Um movimento negro educador, como traz Nilma Lino Gomes, capaz de fazer revisão histórica, de mudar costumes e formas de desconstruir o racismo no cotidiano com reafirmação da negritude e suas referências sociais e políticas próprias, um movimento negro acadêmico, que se reflete nos novos conteúdos históricos, na ampliação de negros na universidade e nas elaborações de política públicas diversas, um movimento de intelectuais e de setores da educação que interfere e foram capazes de alterar processos educacionais como a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) com a inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira de 2003, a conhecida Lei nº 10.639/2003, torna obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira. Um movimento digamos que “clássico” que foi capaz de fazer um debate amplo de reparação histórica. E um movimento cultural negro, que reconhecemos desde a criação dos primeiros maracatus datados de mais de 200 anos, passando

pela capoeira, congadas e a força do samba. E como diria Nilma Lino Gomes, um movimento negro educador.

Ao politizar raça, o movimento negro desvela sua construção no contexto das relações de poder rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, culturas, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar de suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial brasileira. (GOMES, 2017, p. 11)

A autora traz para o centro do debate acadêmico a capacidade histórica dos negros em intervir nas decisões políticas revelada com o discurso e a prática pedagógica de um movimento negro capaz de pautar temas fundamentais para mudança dos rumos da história política brasileira. Nesse contexto educativo e didático do movimento negro brasileiro está a sua inserção no campo cultural.

E aqui, para efeito de nossa força na cultura, não poderíamos deixar de citar aquele que é considerado o primeiro samba brasileiro, de título Pelo Telefone (1916), cujos compositores são Donga (Ernesto dos Santos) e Peru (Mauro Almeida), que revela uma articulação política e uma resistência social coletiva a ações de repressão e criminalização da cultura e do morro no processo de formação da sociedade brasileira. “O chefe da polícia pelo telefone manda me avisar, que com alegria não se questione para se brinda” (trecho, refrão da canção Pelo Telefone).

De forma muito significativa, a intervenção da população e lideranças negras na construção de um movimento social brasileiro, na construção e na característica do movimento cultural brasileiro, deve-se a um movimento de pessoas negras na cultura e na arte. Tal movimentação negra na cultura não esteve e não está presente apenas nas rodas ou escolas de samba, embora o samba brasileiro, negro como é, figura como uma forte expressão da fala, do conhecimento, da arte e da história de amores e de resistência política da população negra. A manifestação negra de maior visibilidade.

Tais lideranças negras de nosso tempo, da década de 1970 para cá, foram capazes de criar condições de proteção articulação e organização dessa população negra através da música, das artes visuais, da dança e sobretudo de manifestações culturais populares, e através delas apresentarem e disseminarem seus discursos, reivindicações e visões de mundo. Resgataram as histórias das lutas negras, os heróis e heroínas das lutas libertárias brasileiras, além de divulgar uma forma de agir, pensar e organizar a comunidade, fazendo a disputa da hegemonia branca na cultura brasileira.

No Estado de Pernambuco, as manifestações de frevo e de maracatu, representam formas de resistência social e política por meio da cultura, duas manifestações culturais que ganharam notoriedade nacional e internacional, que no âmbito local simbolizam movimentos de resistência que atravessaram séculos. O frevo é uma manifestação complexa, sua fundação é reconhecida a partir da data em que a palavra frevo aparece pela primeira vez no jornal (jornal pequeno de Recife) em 9 de fevereiro 1907. Ao longo de sua existência, música, dança e manifestações diversas do frevo foram tomando forma. Entre as histórias mais conhecidas sobre o surgimento do frevo estão o acelerar das bandas de fanfarras nas ruas do Recife do início do século XX, e presença dos capoeiristas a sua frente dançando de forma mais rápida o gingado da capoeira. Fazendo surgir a música e a dança do frevo como conhecemos hoje.

A música do frevo normalmente é dividida em Frevo de Rua, onde há uma orquestra com instrumentos de sopros variados e uma percussão básica, nessa modalidade de frevo não há cantor, cantora ou coral. Essa é a modalidade de orquestra que acompanha os grupos nos arrastões de rua. A segunda modalidade é o Frevo Canção, é parecida musicalmente com a primeira, a diferença principal é que no frevo canção, temos uma letra, uma canção, tem um cantor ou cantora e sua apresentação está adaptada para os palcos. Podendo também serem desenvolvidas nas ruas com carros de som ou com o público cantando junto. A terceira modalidade é o Frevo de Bloco. Cantado por uma pessoa ou um coral, o frevo de bloco é mais tranquilo, lento, considerada uma categoria lírica do bloco, com saudosismos, poesias de amor ao carnaval e de exaltação à cultura, aos costumes e à paisagem local. As canções do frevo de bloco também carregam em suas histórias os desafios entre os grupos carnavalescos. A orquestra que toca o frevo de bloco é mais complexa, denominada Orquestra de Pau e Cordas, ali vai um conjunto de instrumentos de sopro como trompete, trombone de vara, flauta, um conjunto de instrumentos de corda onde tem violão, cavaquinho, banjo e até violino. Um conjunto de instrumentos percussivos como caixa, tarol, surdo e pandeiro.

Na dança, o frevo vem dos passos dos capoeiristas do Recife. O desenvolvimento do frevo como dança, está presente nas centenas de agremiações carnavalescas com seus bailados e coreografias. É no frenesi, acrobacias e gingado dos passistas de frevo que organizam centenas de grupos, companhias e balés. O frevo é um movimento de resistência social e comunitária, está presente como dança, orquestra ou agremiações carnavalescas em todas as cidades pernambucanas. Através do frevo e do maracatu, a população negra Pernambucana se organiza, através dessas manifestações foram capazes de atravessar tempos sombrios de repressão e ditadura.

É de conhecimento público que manifestações como frevo e maracatu foram capazes de

contribuir para a proteção dos cultos de tradições de matriz africana tanto nas décadas de trinta e quarenta do século passado com as políticas repressivas de característica fascista no Brasil, como no período que compreende a ditadura militar nas décadas de sessenta e setenta. O legado da resistência política a partir da cultura está presente na prática e no discurso de lideranças do movimento cultural pernambucano e é revelado nas falas de conselheiros de cultura como uma referência histórica de organização social e atuação política, negras. Tereza França localiza sua posição política e seu movimento em favor das culturas populares no CEPC, a partir de sua experiência pessoal no cotidiano de uma cidade em que as culturas populares figuram como compromisso familiar.

Porque eu bem pequena quatro, cinco anos eu participava de toda essa manifestação pernambucanas porque minha mãe e meu pai tinham muita participação direta nesses espaços, e aí quando eu completei oito anos, fui jogar, aí teve mais essa minha participação dentro do esporte, então nesse sentido, era o lugar fala muito mais com essa propriedade de quem vive, de quem olha e de quem escuta a cultura. (Tereza França, entrevista, 2022)

As tradições culturais preservadas por famílias negras, a vivência cultural e comunitária impulsionam participações políticas, discursos e compromissos de lideranças negras. Há ainda uma tradição e um orgulho pernambucano que são decisivos na atuação de lideranças do campo da participação nos debates em torno das políticas culturais. Mas como essas lideranças não estão isoladas de um contexto maior, digamos que regional e nacional, suas atuações seguem influenciadas pelas intervenções políticas de movimentos fundamentais para a emancipação e participação negra na política, o Movimento Negro Brasileiro e seu arco de influência. As lideranças envolvidas aqui nesse projeto, seus discursos e intervenções carregam o perfil de atuação de uma geração que enfrentou a ditadura militar (1964-1985), que buscou dialogar com o Estado e com a sociedade para a desconstrução do mito da democracia brasileira e trouxe o debate da responsabilidade do Estado brasileiro para o enfrentamento ao racismo e por reparação histórica.

Essa também é a geração que se envolveu no debate da redemocratização brasileira e de uma nova constituição de respondesse aos anseios de uma ampla democracia e participação da sociedade. Portanto, uma geração que influenciou e tem sua atuação influenciada por uma concepção de democracia preconizada no texto da constituição atual brasileira (1988). Nesse contexto, é importante trazer o surgimento do MNU em 1978, como principal lócus das propostas e do discurso sobre participação negra na luta política e nos mecanismos de participação social referendados pelos aspectos do direito a cultura e participação democrática

descritos na contribuição. O MNU historicamente contribui para a existência de outras formas mais explícitas de discurso e intervenção negra que passou a somar na atuação das lideranças políticas negras. Tais intervenções, no campo da cultura, é ressaltada com o surgimento de blocos afro na Bahia que passaram a figurar como principal impulsionador de um discurso de inclusão, participação e intervenção política de lideranças negras.

Ao citar a força do discurso negro através dos blocos afro e afoxés das décadas de 70/90 não quero colocar exclusividade dessas expressões como única forma de disputar narrativas e promover as reflexões sobre a luta da população negra. Mas pontuar o quanto foi decisivo para uma intervenção de lideranças negras nos debates políticos de inclusão social com a criação desses blocos. Os bloco Afro Muzenza, Afro Ilê Ayê e Olodum são apenas algumas das referências de discurso e afirmação negra por meio da cultura que a partir dos anos setenta demarcam um modelo de participação e intervenção do movimento negro na cultura. Os Blocos afro, em vários momentos se caracterizaram como um complemento a atuação do MNU e ajudaram no surgimento de outras organizações e forças políticas negras pós redemocratização. Toda essa força e influência de instituições negras no discurso de lideranças da atualidade, ressalta a importância de um movimento negro que é cultural desde sempre, e sabidamente constrói adaptações, novas estratégias de luta e intervenção na sociedade.

No entanto, podemos destacar o ano de 1974, como ano de potência para a inclusão social da população negra via cultura. Por ocasião da fundação do primeiro bloco afro do Brasil, o Ilê Ayê da Bahia, vimos nascer um movimento nacional de afirmação negra. É a partir daí que temos uma explosão de blocos afro no Brasil, o surgimento de outros diversos grupos de afoxé, ambos com forte influência de um movimento negro, digamos, clássicos como o MNU, que surge no Sudeste do Brasil, mas a essa altura toma forma de entidade de caráter nacional com seções na maioria dos estados brasileiros. Com os blocos afro e os afoxés se somando as históricas intervenções negras no fazer cultural, tivemos uma força coletiva decisiva para os debates sobre intervenção política, resgate histórico e autoestima da população negra brasileira, fundamentais para ampliação da participação social.

Podemos afirmar o quanto foi decisivo para disseminação do discurso e defesa da agenda do movimento negro, a criação e manutenção dos afoxés e dos blocos afro no Brasil. Tais coletivos negros e suas lideranças influenciaram a luta de outros homens e mulheres negras que, mesmo sem estarem no front desses debates e dessas lutam de movimento negro clássico, atuaram em seus ambientes de família, escola, religião, grupos culturais, trabalho e comunidade. Dentre as diversas áreas de atuação negra, campo da cultura tem sido lugar privilegiado para atuação, quer seja através de práticas de continuidade de povos e comunidades

tradicionais de matriz africana, os terreiros, quer sejam em manifestações culturais de tradições comunitárias e familiares da população negra a exemplo dos grupos de frevo e dos maracatus em Pernambuco.

É desse lugar de continuidades das tradições culturais comunitárias, afro religiosas e familiares que identifiquei a força da população negra e suas intervenções nas políticas culturais. E foi dessa reflexão, da influência do movimento negro e da perspectiva de manter viva suas tradições familiares e comunitárias que identifiquei as motivações de lideranças negras para participarem do Conselho Estadual de Política Culturais. Evidente que tal participação só foi possível graças a um debate nacional de criação de um sistema nacional de cultura, a partir de 2003, cuja adesão dos estados e municípios firmados em um acordo de cooperação federativa, definem compromisso de criação do denominado CPF da cultura. O Conselho de Política Cultural, o Plano Estadual ou Municipal de Cultura, transformado em lei, e o Fundo de Cultura. Três dos componentes do SNC, básicos para a estrutura de uma política pública que envolve a sociedade, como já dito anteriormente, e que nesse contexto da participação negra na construção das políticas culturais, se faz importante reafirmar.

Embora tenha sido o último estado da Federação a aderir ao sistema, em 2013, o Estado de Pernambuco cumpriu sua responsabilidade e criou um conselho que oportunizou a ampliação da participação social por meio da cultura. No entanto, manteve outros conselhos. O conselho de patrimônio cultural e criou o conselho do áudio visual. O arranjo institucional escolhido para a participação da sociedade na construção e monitoramento das políticas culturais em Pernambuco, mesmo com a criação do CEPC, que segue as orientações do SNC, segue um modelo hierárquico com dois segmentos/categorias da cultura com conselho próprio, diferenciado do conjunto de outros segmentos culturais representados no CEPC.

Mas, para efeito de nosso objeto de observação, a participação de pessoas negras e seus discursos nesse contexto de participação no campo da política cultural, observamos que é com a “abertura” do governo estadual em criar um conselho de cultura com ampliação da participação popular, a chamada paridade, que foi possível identificar nesse processo, pessoas negras oriundas de movimentos culturais negros como ONGs negras, terreiros de candomblé e afoxé. Lideranças diversas envolvidas no primeiro mandato do “novo” Conselho, agora de participação popular, o CEPC. e aqui destaco algumas dessas lideranças, entre elas Mãe Bete de Oxum, Fabiano Santos, Ana Paula Santana, Gabi Apolonio e Tereza França. Cada um em seu modo, lideranças negras do setor cultural pernambucano que buscaram formas de participar da vida política pernambucana e intervir em processos de elaboração, monitoramento e fiscalização das políticas culturais em Pernambuco.

Não é pouco lembrar que, do ponto de vista das prerrogativas preconizadas na criação do Sistema Nacional de Cultura, cujo Estado de Pernambuco é parte integrante, e tem no pacto entre os entes federados a criação de conselhos de participação social democráticos, paritários e eleitos democraticamente, o Estado de Pernambuco resistiu até 2012 a aderir ao SNC. Identificamos tal resistência no assinado no termo de adesão ao SNC que faria o estado romper com um modelo de participação, digamos, tradicional, rompendo com a lógica elitista de conselho de “notáveis”, escolhido pelo governador, sem processo eleitoral e com a chamada elite da cultura, numa flagrante compreensão de alta e baixa cultura. O perfil de um conselho de notáveis é de participação dos profissionais renomados da cultura como arquitetos de patrimônio, escritores, pessoas da academia, famílias tradicionais de referências históricas da elite, entre outros.

A nova concepção de conselho pressupõe uma composição ampla de conselheiros estaduais com representação das diversas categorias profissionais da cultura, mas também de segmentos da população e tradição cultural popular, negra, indígena, representativa dos costumes e formas do fazer cultural do estado. Os conselheiros de cultura, nessa nova concepção passam a ser eleitos pelos pares e tem ampla participação popular.

3.1 É nós...

Para falar desse tema da participação negra na construção das políticas culturais em Pernambuco, que vai formar esse novo perfil de conselheiros de cultura no estado, é imperativo contar um pouco dessas figuras emblemáticas, consideradas importantes para o movimento cultural negro de Pernambuco. A presença de pessoas negras vindas de lugares de referência popular vai romper com a concepção hierarquizada de cultura, vai revelar a força das tradições culturais populares em Pernambuco como referência de conhecimento e capacidade de intervenção na política pública e vai impulsionar uma democratização das decisões políticas e do recurso da cultura, uma vez que a orientação do SNC é de criar um conselho que possa ser consultivo e deliberativo dos aspectos mais amplos da política cultural.

A mudança no perfil dos conselheiros de cultura em Pernambuco, aponta para uma nova era em que se enfrenta a lógica eurocêntrica e privilegiada de pessoas e grupos políticos dominantes para o campo da cultura. As personalidades negras abaixo descritas, refletem um novo perfil de intervenção e uma esperança que as políticas culturais pernambucanas atendam a anseios de outras pessoas e grupos que se veem representadas por pessoas como estas que descrevemos aqui. Vejamos abaixo o perfil de cada uma dessas lideranças que destaco no

Conselho Estadual de Política Cultural:



Mãe Bete de Oxum, é Yalorixá do Terreiro Oxum Carê em Olinda, é mestra das tradições da brincadeira do coco de roda em Pernambuco e coordena um espaço cultural que também é um Ponto de Cultura denominado “Coco da Umbigada”. Ela é percussionista, artista popular que trabalhou com grandes mestras da cultura Pernambucana como Lia de Itamaracá e Dona Selam do Coco. Bete de Oxum recebeu do Ministério da Cultura em 2013 a ordem do mérito cultural, foi homenageada por diversas vezes devido ao seu trabalho de continuidade da tradição de coco trazida pela família de seu companheiro, Mestre Quinho, também é reconhecido por sua preocupação com a continuidade, tendo criado filhos na tradição cultural. A família ajuda a manter viva uma ação cultural na comunidade da Barreira na periferia do sitio histórico de Olinda. Reconhecida no âmbito estadual com o título de Patrimônio Vivo de Pernambuco, participou do Conselho Nacional de Política Cultural e do Colegiado Setorial de Cultura Afro-Brasileira onde foi peça fundamental para a construção do Plano Setorial para a Cultura Afro-Brasileira 2013-2015.

No Conselho Estadual de Políticas Culturais, Mãe Bete de Oxum se consagrou como liderança ao defender uma articulação dos pontos de cultura do estado e ao organizar ações coletivas com povos de matriz africana. Também, teve significativa intervenção para a popularização do CEPC, ao promover diálogos com o governo, articular projetos, manter relações de afeto com dirigentes, ao tempo em que enfrentou debates e conflitos de ideias sobre cultura popular, enfrentamento ao racismo por meio das políticas culturais e orçamento público para a cultura junto a dirigentes do poder público estadual.



Fabiano Santos é o atual presidente do Afoxé Alafin Oyó, presidente da União dos Afoxés de Pernambuco e uma das lideranças da recém-criada Associação Nacional dos Afoxés. Nascido em Olinda, filiado ao MNU, sua notoriedade no debate sobre políticas públicas para a cultura tem relação com sua atuação em sua juventude, quando se filia a pessoas fundamentais para a luta e cultura negra em Pernambuco como o saudoso Mestre Afonso do Maracatu Leão Coroado, a historiadora Marta Queiróz que foi presidenta do Afoxé Afin Oyó.

Embora o Afoxé Alafin Oyó já fosse reconhecido como o lócus da atuação da militância negra em Pernambuco, foi sob a direção de Fabiano Santos que o Afoxé Alafin se consolidou como Ponto de Cultura e como liderança entre os afoxés do estado. Sua atuação no Conselho Estadual de Política Cultural ganha força com a criação da comissão dos pontos de cultura e com os debates sobre matriz africana.



Ana Paula Santana é bailarina, sua atuação se confunde com a criação e manutenção do BACNARÈ – Balé de Cultura Negra de Recife. Paula vem de uma família de tradições culturais de matriz africana, irmãos e cunhadas criaram juntos a ONG de educação pela cultura denominada Daruê Malungo, que também é um grupo cultural com Maracatu, Capoeira, Bloco

Afro e Grupo de Dança. Um trabalho focado no apoio a famílias e crianças da zona norte, bairro de Chão de Estrelas, entre as cidades de Olinda e Recife. Paula está no conselho desde a década de 1980 quando participou como convidada.



Gabi Apolonio é musicista, professora de escola pública. Sua referência cultural vem da comunidade do Pina no Recife onde pode acompanhar a efervescência cultural de sua comunidade e participou durante anos dos desfiles de carnaval do Bloco Carnavalesco (de pau e corada) Banhistas do Pina, e foi desfilante e batuqueira do Maracatu Nação Porto Rico. Tendo sido produtora na área do samba e tendo pesquisa acadêmica sobre o samba em Pernambuco, Gabi Apolonio chega ao conselho como representante da área da música.



Cleonice (Serra Talhada) é coordenadora do Museu do Cangaço, na cidade de Serra Talhada, no sertão Pernambucano. Ativista social e política, Cleonice participa do Conselho Estadual desde o seu primeiro mandato como conselho de políticas culturais vinculados ao SNC. Já representou os pontos de cultura no CEPC e também a região do sertão, sendo uma das principais referências no debate de política cultural em Pernambuco.



Tereza França é professora da Universidade Federal de Pernambuco, desde cedo ligada à educação física. Chega ao conselho como representação das tradições de matriz africana. Seu perfil dialógico a faz ser a primeira mulher negra a presidir um conselho de cultura em Pernambuco.

Escolhi essas referências negras para refletirmos sobre esse perfil diverso, mas que dialoga com as características que identifiquei das lideranças negras envolvidas no debate de políticas culturais em Pernambuco: vinculadas a manifestações da cultura popular, as tradições culturais de matriz africana, e vem de família de tradições culturais e relações comunitárias, abnegadas, que insistem no tema da cultura negra em sua atuação e que estão a pelo menos vinte anos envolvidas no debate de políticas culturais. Esse perfil é uma bela fotografia de um compromisso com a cultura. Essas lideranças negras do CEPC, estiveram em posição de destaque em suas comunidades, mas suas atuações não lhes deram a devida visibilidade em Pernambuco. Títulos, prêmios e trabalhos prestados em favor da cultura pernambucana não lhes renderam espaços na mídia, lugar de poder político ou referência quando se fala em atuação artística e política pública em Pernambuco.

Elas são referência em suas áreas, no movimento social, e ali são reconhecidas, respeitadas e admiradas. O modelo racista que enfrentamos em Pernambuco e no setor cultural faz com que as famílias de nossas conselheiras e seus sobrenomes negros e de tradição cultural nunca aparecessem na lista das famílias que comandam as políticas culturais nos governos e suas secretarias de cultura.

Dentre as lideranças identificadas como fundamentais para o debate das políticas públicas culturais em Pernambuco, apesar das décadas de atuação, apenas a Yalorixá Bete de Oxum teve seu reconhecimento no âmbito nacional. Apesar da força e representatividade de cada uma dessas lideranças, há uma tentativa, ainda que silenciosa em apagar suas contribuições

e potência na instituição de políticas públicas de cultura. Os lugares de comando na cultura em Pernambuco, estado com aproximadamente 60% de população negra e uma marca forte de expressões culturais de ascendência negra, refletem o quanto no Brasil, o apagamento de lideranças negras na política cultural é algo real e concreto. As instituições públicas de cultura em Pernambuco são majoritariamente brancas e sem vínculo com as culturas populares e tradicionais negras ou indígenas.

Nesse sentido, quando Tereza França é eleita por unanimidade e passa a assumir esse lugar de Presidenta do Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco, estamos diante de uma ousadia e um avanço na participação negra na construção de políticas culturais no estado. Embora Pernambuco tenha conselho de cultura desde os anos sessenta, Tereza é a primeira mulher negra a assumir um conselho de cultura no Estado. Tal presença e eleição reflete o reconhecimento coletivo, de gestores de cultura e membros da sociedade civil no CEPC de que é hora de uma mulher do perfil de Tereza, professora negra, intelectual, de matriz africana, assumir esse lugar e colocar sua experiência e seu conhecimento herdado de um processo de continuidade e ancestralidade negra, a serviço das políticas de cultura.

A presença de Tereza França não é apenas estética, não está vinculada apenas ao seu fenótipo. Embora temos conhecimento que é preciso ter mudanças estéticas no perfil euro centrado dos lugares de comando, sobretudo pela característica do racismo brasileiro que se revela a partir, e principalmente, pelo fenótipo negro da sua população. Nesse contexto, vale o que dizem lideranças negras em uma espécie de dito popular no contexto do movimento negro, que diz “quer saber quem é negro no Brasil, pergunta a polícia”. Numa referência às características preferenciais das batidas policiais no Brasil.

Essa intervenção a partir de uma mulher negra no comando do conselho de cultura de Pernambuco tem relação com o rompimento de uma tradição branca de um conselho de notáveis, de governos focados nas relações e espaços de poder que referenciam famílias e histórias da população de descendentes de europeus e colonizadores. A negritude de Tereza de Oyá (Tereza França) dialoga com a perspectiva de rompimento com o modelo de oligarquias familiares persistentes no comando e aplicação das políticas públicas do Estado de Pernambuco e de seu privilégio branco originários dos engenhos pernambucanos, do poderio da cana de açúcar e dos bairros nobres da zona norte do Recife.

O perfil de diálogo praticado por mulheres negras como Tereza França, Mãe Bete, Gabi Apolônio e Paula Santana, para citar quatro, das tantas outras referências que representam outras lideranças negras que foram capazes de estabelecer uma relação com o poder constituído em Pernambuco por meio da política cultural no CNPC/PE. São perfis que nos animam, e faz

acreditar que conquistaremos em Pernambuco, uma articulação política e diálogo de um setor cultural que virá a reconhecer seu privilégio branco e virá a se responsabilizar com o rompimento de práticas históricas racistas como são os privilégios historicamente vivenciados e conhecidos do setor cultural.

Lideranças negras pernambucanas, oriundas de famílias de tradição carnavalescas, de cultura popular, vivenciam um movimento de diálogos permanente para que as políticas culturais sejam acessíveis, para que cheguem aqueles e aquelas que produzem a cultura na base, para que o orçamento público da cultura considere a força dessas tradições e como tais culturas populares, negras comunitárias são motor da vida para esses povos e conseqüentemente, tem papel importante em um processo de desenvolvimento social e econômico do estado: “eu enquanto mulher no terreiro, com essa identidade e já com a experiência de estar dentro dos seios do espaço cultural do terreiro, isso me motivou bastante a participar do conselho” (Tereza França de Oyá, 2022).

3.2 Mulherismos e amefricanidades

Mulheres como Tereza representam a força e articulação de pessoas, comunidades e suas famílias para a conquista de vida digna para a maioria por meio da cultura. Tereza França é uma das lideranças vinculadas aos debates de política cultural que conheci em minha trajetória de ativista político vinculado aos terreiros de candomblé em Pernambuco. A encontrei no candomblé, na Roça Oxum Oparpa\Oxóssi Iboalama, casa que é dirigida pelo Babalorixá Raminho de Oxóssi e que frequento há mais de vinte anos, que eu gosto de chamar de Tereza França de Oyá é representante de um processo de continuidade de outras mulheres ousadas da cultura pernambucana que intervieram na política para proteger sua comunidade cultural e sua tradição. Aqui podemos citar a carnavalesca Dona Badia e a Rainha de Maracatu Dona Santa, que influenciaram na política local para manter viva tradições culturais importantes do carnaval pernambucano.

Desse diálogo que vem sendo construído junto a lideranças desde meu trabalho de especialização na UFRB em 2019, onde tratei sobre o tema da construção das políticas para as culturas afro-brasileiras, o colegiado setorial de cultura afro-brasileira do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC/PE), e a intervenção de lideranças vinculadas as tradições de matriz africana construção das políticas. Desse processo em que refletimos sobre a pouca a representatividade negra em processos de construção de políticas culturais, notadamente a sub-representação negra em conselhos de participação, é importante pontuar o esforço e a boa

vontade de cidadãos e cidadãs negras para participarem dos debates de implementação das políticas públicas.

Posso afirmar que é de admirar o quanto em nosso campo das políticas culturais, onde os negros são protagonistas no fazer cultural, na arte, na criatividade e no fortalecimento da identidade nacional, esses agentes culturais não são as principais figuras em espaços de poder político, de comando ou de destaque no que se refere a espaços de decisão, salvo algumas exceções.

Na primeira gestão do conselho estadual de política cultural em Pernambuco, segundo Tereza França de Oyá, foi possível identificar cinco pessoas negras de um total de 22 representantes da sociedade civil. Seguindo o critério do fenótipo já que os formulários de inscrição nos conselhos não constam o quesito raça ou cor. Dentro dos critérios apostados por Tereza França, pude identificar outros personagens negros e negras no CEPC.

Em nosso meio cultural, intelectual e de digamos nos setores mais avançados do Brasil, é quase uma unanimidade o entendimento de que a cultura é fundamental para a vida das pessoas e que a cultura negra é a base da cultura local, o alicerce da cultura brasileira. Suas expressões culturais como a dança e a música brasileiras, tem a presença negra na forma de fazer e produzir, tem os costumes e os sotaques oriundos das tradições de matriz africana do ponto de vista sócio cultural e religioso.

Há sim o reconhecimento de que as identidades trazidas pelos povos africanos ao Brasil, figuram como base de expressões culturais e costumes brasileiros, sobretudo quando se fala em cultura popular. Tal referência africana é revelada nos costumes, nas festas, na produção artística e cultural, mas também na língua, num português falado no Brasil que Lélia Gonzáles denomina de “pretoguês”, numa referência às influências das línguas africanas trazidas por povos banto para o Brasil, no cotidiano das comunidades e na forma de falar do brasileiro (GONZÁLES, 2020).

No entanto, a presença negra na cultura, o “pretoguês” que a nós foi apresentado por intelectuais negros como Lélia Gonzáles e Ney Lopes, a arte consagrada de Mestre Didi, de Emanuel Araújo, a poesia de Solano Trindade, de Inaldete Pinheiro, de Cute, de Oliveira Silveira, os escritos de Conceição Evaristo e tantas outras, sofrem de preconceito linguístico, estético, histórico, de toda a sorte de adjetivações do racismo brasileiro, e acabam por revelar o óbvio, um racismo na cultura. Aliás, numa sociedade estruturada em bases racistas não poderia ser diferente na cultura. O óbvio debate de que o racismo se revela em todas as dimensões da vida, encontra na cultura a ilusão de que no ambiente cultural de liberdades, modernidades e criatividade, o racismo não se processa, não se cria. Mas isso não é verdade, o racismo se revela

também na cultura e nas contradições do campo cultural.

Para ilustrar os aspectos do racismo na cultura e em Pernambuco, lembramos Naná Vasconcelos, percussionista pernambucano, falecido em 2016 que foi vencedor de pelo menos oito Grammy da música internacional e reconhecido oito vezes melhor percussionista do mundo. Vasconcelos, até o ano de 2002, nunca havia tocado no carnaval de Recife, capital pernambucana, considerado um dos maiores carnavais do mundo, tendo sua programação oficial organizada e financiada pelo poder público local. O artista, quando iniciou seu trabalho musical no carnaval de Recife, tornou-se sua principal referência na mídia internacional ao desenvolver um trabalho junto aos músicos (batuqueiros) e mestres dos maracatus de baque virado de pernambucanos.

Ressalta-se que a presença de Naná Vasconcelos em um projeto sociocultural com os maracatus pernambucanos deve-se às estratégias do poder público municipal em fortalecer as tradições culturais locais, a política de visibilidade das culturas negras e populares em Pernambuco, que se constituiu como uma forma de construção de políticas afirmativas para a cultura negra no Recife, Pernambuco, nos anos dois mil. Sem a perspectiva de políticas de ações afirmativas na cultura, mesmo o maior percussionista do mundo não teria oportunidade de acessar o recurso público da cultura e desenvolver um trabalho cultural e artístico. Tal reflexão nos remete a necessidade de debater e enfrentar a forma como o racismo se revela no meio cultural. Sobre o tema, ao referir-se às culturas negras e populares e a forma como o racismo se manifesta no meio cultural, a historiadora Marta Queiroz aponta a ausência da cultura negra nos espaços de excelência como teatros, grandes palcos e lugares de visibilidade.

Aqui nos interessa fazer uma ponte com os espaços de referência política, de poder e de decisão, onde está evidente a sub-representação da população negra brasileira, e seu apagamento como intelectuais e lideranças do setor cultural. A pouca inserção das lideranças negras, de agentes culturais negros nos mecanismos de debates e decisão de políticas culturais. Nossa reflexão aponta para um entendimento de como essa presença e influência negra na cultura brasileira, não se reproduz quando se trata de espaços de comando. A arte e a cultura negras, são reconhecidamente referências nacionais, com luta e enfrentamento às agruras do racismo, conquistaram espaços e reconhecimentos importantes na cultura. Embora poucos alcancem os espaços de mídia, de excelência e mercado.

Lideranças negras influenciam no pensamento brasileiro, mas sua ausência nos espaços de poder, representação política e comando impedem o avanço da sociedade brasileira. Digo isso devido ao prejuízo de toda a sociedade ao dispensar talentos, ideias, formas de fazer e organizar, formas de coordenar e comandar processos políticos e sociais que poderiam

contribuir e ajudar o poder público com suas linguagens próprias, seus costumes e seus corpos marcados por uma herança de luta contra o modelo escravocrata que alicerçou as relações sociais no Brasil e que ainda atormenta mesmo aqueles e aquelas pessoas negras com mais acesso e dinheiro.

A pouca inserção negra na participação política geral e nos mecanismos de participação social constituídos como são os conselhos de políticas culturais, limita os avanços da democracia no Brasil, uma vez que, parcela significativa da população brasileira, em média 50% da população é negra, não estão representadas em espaços de poder e decisão. Na cultura, na construção das políticas culturais, segue o mesmo caminho. A média brasileira na representação política, ou a sub-representação. Não é uma questão apenas de presença estética, de cumprimento protocolar de uma cota de pessoas pretas. É uma questão política mais ampla, embora as atitudes estéticas fazem a diferença e interferem na política. Se declarar uma pessoa negra por exemplo é uma atitude política nesse contexto.

Eu mesma me declaro negra, é claro, por duas grandes questões: primeiro, porque eu trago nas minhas características um fenótipo negro. Olhando para mim se vê uma mulher negra. E eu me declaro nessa condição social de negra por isso e também por entender que mulher negra tem que ocupar um espaço político-social-educacional e ela só vai ocupar esse espaço à medida que ela realmente se autodeclarar como negra. (Tereza de Oyá, 2021)

E nesse sentido estamos falando de intervenção efetiva em que a autoafirmação negra se apresenta como condição fundamental, básica para uma atuação com força.

Embora a representação negra no CEPC não seja ínfima, há sim uma presença negra nos espaços de representação social como é o caso do Conselho de Pernambuco, a sub-representação negra nos espaços de decisão e gestão cultural é um fato, essa sub-representação está nos cargos de poder, nos espaços de direção.

É fundamental que essa presença negra também se traduza em presença em espaços de decisão e poder. O campo da política cultural brasileira, o campo estratégico da cultura precisa dos corpos e mentes negras, de seu legado, de sua forma de fazer. Os negros precisam ocupar espaços de poder e decisão para que a democracia se efetive.

3.3 Quase todos brancos

Ao observar as últimas fotografias do Fórum de Secretários de Cultura dos Estados, temos nítido o perfil branco dos espaços de coordenação das políticas culturais brasileiras. Do

universo de 27 gestores de cultura, visivelmente, fenotipicamente, identificamos quatro pessoas. Sem ligar para essa explícita desigualdade racial brasileira, refletida na representação negra no campo das políticas culturais, lideranças da cultura negra, seguem buscando espaço e negociando seu lugar a partir dos espaços de participação democrática.

A participação social tem relevante contribuição para a estruturação de políticas culturais, para sua capilaridade nos territórios periféricos e tradicionais, na inclusão social por meio da cultura e sobretudo no acompanhamento de uma política tão frágil como são as políticas culturais nos estados e municípios. No nosso campo de atuação, a política cultural é dos setores do poder público, talvez, o mais penalizado pelas tradições de descontinuidade nas políticas públicas. Portanto, a luta dessa gente negra é de admirar.

As descontinuidades das políticas culturais têm sido uma preocupação dos setores culturais e lideranças envolvidas na participação social e monitoramento de políticas. Essa descontinuidade tem motivos diversos, seja por mudanças governamentais devido a eleições regulares, ou a mudanças no curso de ações e programas de uma gestão pública, de substituição de setores de primeiro escalão ou qualquer outro nível de poder no setor que gerencia a cultura. A política cultural sofre por vários motivos, desde a compreensão sobre gestão cultural focada nos calendários festivos e com políticas sazonais, passando pela cultura do evento, até a real falta de compreensão da importância da cultura para o desenvolvimento social e econômico de uma cidade, estado ou país.

Observamos nesse contexto que em casos de problemas de orçamento público, a primeira área a cortar gastos é a cultura. Se para a política cultural geral, a dimensão da sazonalidade e da política eventual domina a compreensão sobre política cultural, no que se refere às culturas populares e tradicionais, as culturas afro-brasileiras, a situação ainda é mais complicada. Nesse sentido, pessoas e coletivos da sociedade civil vinculados ao tema da cultura, tem buscado um envolvimento com políticas públicas motivados por necessidades diversas. Ao observar o Conselho de Política Cultural em Pernambuco, identificamos participações por compromisso social coletivo, profissional, ou pelo prestígio em seu meio.

Ao dialogar sobre suas motivações para participar do conselho, a presidenta do Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco, Teresa França de Oyá, a primeira mulher negra a presidir um conselho de cultura em Pernambuco, pontua a falta de políticas para as culturas populares, para a população, expressando sua preocupação mais geral com a cultura e sua perspectiva de inclusão por meio das políticas públicas. Sua atuação parece ser pautada por uma inquietação em relação ao acesso de grupos culturais populares aos recursos públicos.

Eu via, antes de entrar no conselho, a posição de mestres e mestras ali na Noite dos Tambores Silenciosos, e via o sacrifício daquelas pessoas para botar o bloco na rua, como dizia a música. Naquela época eu achava que tinha alguma coisa faltando, e hoje eu tenho certeza, que é uma política pública séria e de qualidade para a população, para a cultura pernambucana, para a cultura nordestina e para a cultura brasileira. (REFERÊNCIA)

Apesar de nas últimas décadas observamos um avanço na instituição de políticas públicas de cultura com a adesão do governo do Estado de Pernambuco ao SNC, com o seu CPF da cultura atualizado, Conselho de Política Cultural, Plano Estadual de Cultura e Fundo Estadual de Cultura. Também por ter um órgão estadual de gestão da política cultural e um modelo de conselho que tem a participação social como prerrogativa. Apesar desses mecanismos de políticas públicas, é possível observar que pelo olhar de lideranças de cultura como a presidenta Teresa França, as expressões populares, a produção cultural produzida na base da sociedade, suas festas e eventos da tradição, permanecem com atenção insuficiente, carecendo de uma política cultural “séria”. Traduzo essa expectativa de seriedade em uma preocupação de estabelecimento de políticas de mais atenção ou foco nas culturas populares e tradicionais, em uma prioridade aqueles que mais precisam, setores historicamente excluídos e subalternizados pela concepção eurocêntrica de cultura e pela tentativa de apagamento das culturas e contribuições negras no pensamento, características e costumes nacionais.

Nesse contexto de reflexões para melhor compreender a intervenção de lideranças negras nas políticas culturais remonto aos investimentos e disseminação da importância de inclusão de pessoas negras em espaços de comando, tanto dialogado e reivindicado pelo movimento negro brasileiro na contemporaneidade e em tempos remotos. Essas reflexões me trazem a lembrança dos discursos do movimento traduzido e disseminado tanto em seus manifestos como em canções cantadas por blocos afro, grupos de afoxé e por militantes da luta contra o racismo em festas e atos públicos. Hinos que dizem muito do pensamento negro brasileiro como o hino do MNU e sua expectativa em ocupar espaços de poder político, “E se poder é bom, negro também quer o poder” ou as canções de autores pernambucanos como Lepê Correia, ou Zumbi Bahia que viveu em Pernambuco e foi fundamental para o fortalecimento dos grupos afro em Recife e Olinda.

*Irmão, Irmão
assuma sua raça
assuma sua cor,
essa beleza negra olorum quem criou,*

vem pro quilombo axé dançar em nagô

13 de maio não é dia de negro...

(trecho da música *13 de maio não é dia de negro*, autor Zumbi Bahia – Recife, 1988)

Dentre as estratégias do movimento negro brasileiro para que a população negra esteja inserida na luta por espaços de comando e poder, não estão apenas os discursos políticos, os manifestos, os atos públicos e encontros. É estratégico também para essa luta por lugar e oportunidades nas articulações em torno do poder político no Brasil e em Pernambuco especificamente, as estratégias via setor cultura, na música e nas artes em geral. As estratégias negras de enfrentamento ao racismo e espaços de poder, estão também em músicas de compositores e artistas negros diversos, tais canções sempre foram utilizadas como ferramenta para a luta por emancipação negra.

Mesmo que o artista em questão, o músico, compositor de protestos não tivessem envolvidos com a luta cotidiana, digamos, política e de articulação protagonizada pelo movimento negro, digamos, clássico, ainda assim, sua produção figura como uma ferramenta eficaz da luta dos negros. Isso revela a força e a importância da cultura para a democracia e a emancipação política da população negra.

No contexto do papel político da arte e da cultura negra, inspiração de nossa militância negra na política, estão as produções de grupos de cultura afro-brasileira que se denominam, um setor do movimento negro brasileiro, o movimento cultural negro, que em Pernambuco nas últimas décadas são protagonizados pelos afoxés e blocos afro-pernambucanos. Embora os blocos e grupos culturais afro, a militância negra brasileira são estimuladas a luta por canções de blocos como o Ilê Ayê da Bahia.

não há vitória quando a luta não é justa

Não há, não há,

Sempre foram injustos conosco

Se poder é bom eu quero

Abdias tem poder

Se poder é bom eu quero

Rei Pelé também é poder

Se o poder é bom eu quero

O Ilê Aiyê tem poder

Se o poder é bom eu quero

Vovô também tem poder

Canções do bloco afro Ilê Ayê da Bahia figura como expressão da mística no movimento negro Brasileiro. Tal influencia refere-se a uma aliança histórica entre os grupos afro e o “Movimento Negro clássico” (como diria Cidinha da Silva), mas tal aliança não se restringe a Bahia. No Estado do Maranhão, por exemplo, blocos como o Akomabu, e no Estado de Pernambuco, o Afoxé Alafin Oyó e o Afoxé Ara Odé, são referências importantes no discurso de afirmação negra por meio dos grupos culturais.

Além dos ativistas do movimento, lideranças negras envolvidas no Conselho de Políticas Culturais de Pernambuco, são também influenciadas por tais estímulos artísticos e culturais, e impulsionadas por uma compreensão do valor da cultura afro-pernambucana, assim como pela sensibilidade e vivência direta e cotidiana. Lideranças negras têm, nesse sentido, lugar de fala no que se refere às dificuldades vividas pelo conjunto dos grupos culturais populares em Pernambuco. Recurso financeiro, estrutura de sede, empobrecimento de suas comunidades, figuram como problemas recorrentes para o desenvolvimento do trabalho e produto cultural desenvolvido por tais grupos negros e populares.

Ao longo da história de luta e organização negra brasileira, a cultura esteve sempre presente, o debate e a intervenção na política cultural também. Desde as intervenções e negociações para melhoria das condições para a produção das festas populares como carnaval, festas de santo, de padroeiros, aos diálogos para se manter viva tradições culturais mesmo em tempos de regime de opressão ocorridos no Brasil nas décadas de trinta com o então presidente Vargas, aos mais de vinte anos de ditadura militar brasileira. Em ambos os regimes, a população negra vinculada ao setor cultural, precisou negociar suas atividades e a manutenção de suas tradições. E com isso mantiveram vivas as suas organizações carnavalescas, seus clubes sociais e suas festas de terreiros de candomblé.

Em Pernambuco, na repressão aos candomblés nas décadas de 30/40 do início do século XX, as organizações populares negras criaram mecanismos de negociação e resistência através de agremiações carnavalescas diversas, clubes e blocos de frevo, maracatus. As festas de final de semana em sedes de agremiações carnavalescas, além de lugar de entretenimento dessa população em seus territórios, foram e são mecanismos importantes para manter viva tradições culturais, organização social e comunitária.

Outro aspecto importante da resistência cultural é o uso das festas e noites dançantes, onde essa população mantinha viva, tradições de cultos de matriz africana em Pernambuco, como candomblé e umbanda. A experiência das agremiações carnavalescas para se manter viva

tradições de matriz africana é um aspecto a ser observado entre os métodos de resistência negra em Pernambuco. Noites dançantes, batuques de maracatu e festas de padroeiras, foram meios para se processar a vida social entre a população negra e para proteger o culto aos orixás, por exemplo.

Além do aspecto da festa, essa população e suas organizações também foram capazes de negociar legislações que garantiram apoio as suas manifestações e ainda a autorização para realizar seus cultos aos orixás.

No contexto das negociações e intervenções da população negra nas políticas culturais, se faz necessário uma ponte do vivido na política no âmbito nacional e sua influência nos estados brasileiros e na atuação dessa militância. Foram inúmeras as formas de negociações e intervenções da participação negra no processo da constituinte de 1988 e no centenário da abolição celebrado pelo governo brasileiro e celebrado em protesto pelo movimento negro. Lélia Gonzáles, dirigente do MNU de então, foi uma das participantes da comissão do negro para a constituinte de 1988. A escritora Inaldete Pinheiro em Recife, participou de diversas comissões e se destacou ao dialogar com o poder público local, em nome do movimento negro, sobre o papel da educação pública no enfrentamento ao racismo.

As inúmeras histórias de intervenção da população negra e da militância negra na construção de políticas públicas, demonstram um compromisso coletivo de tais lideranças e grupos. A tradição de diálogo do movimento negro com o poder público esteve muito associada a educação e a saúde. No entanto, o debate sobre política cultural no meio da militância negra sempre esteve presente e com o processo de redemocratização, constituinte brasileira e posteriormente com a ampliação dos debates sobre política cultural promovido nos anos dois mil essa militância passa a se envolver no debate, ainda que, ao meu ver, insuficiente.

No âmbito nacional, a participação negra na construção das políticas culturais é evidenciada com a criação da Fundação Cultural Palmares em 1988 e pela definição constitucional de proteção das culturas afro-brasileiras no art. 215 da Constituição do Brasil, ambos são fruto de um debate intenso da comunidade negra e seu poder de negociação no parlamento e no executivo. Em Pernambuco, no que se refere a fase em que estamos nos debruçando, pós criação de um conselho de participação social na cultura. A presença negra segue insuficiente. No entanto, várias experiências e perfis de líderes que têm intervenção negra na política cultural nos chama a atenção.

Entre as histórias de lideranças negras que fazem o CEPC, me chamou atenção uma Tereza França, professora universitária, representante na cadeira de Cultura Popular de Matriz Africana de 2016 a 2018 e de 2018 a 2020, primeira mulher negra presidenta de um conselho

estadual de cultura.

Eu morava na Rua Frei Cassimiro e lá Alcides Teixeira (Vereador) colocava um palanque de carnaval. A minha casa ficava na esquina, em Santo Amaro, e do muro lá na minha casa até o palanque não daria cinco metros, superpróximo, e a minha mãe tinha um ateliê na Rio Branco, ali naquela rua onde é o banco do Brasil hoje, do outro lado, a casa era uma herança da minha vó portuguesa e minha vó montou um ateliê ali e por opção. E isso ela sempre dizia, por opção, a clientela dela eram prostitutas e gays. E aí quando era no carnaval a minha casa de esquina com um espaço e eu pequena vendo os meninos que eram passistas, o pessoal das escolas de samba, do maracatu, dos afoxés e iam se apresentar naquele palanque. Iam lá na minha casa porque conheciam minha mãe e minha mãe fazia caldeirões e caldeirões de feijoada e dobradinha para ser o lanche dessas pessoas. (Tereza França, Recife, 2022)

Noções de solidariedade e relações comunitárias presentes na infância e adolescência de Tereza foram fundamentais para sua relação com o setor cultural. Seu depoimento nos traz várias pistas para compreender seu espírito coletivo e sua preocupação com as melhores condições de atenção e cuidado com os brincantes da cultura popular e tradicional como pauta do Conselho. As características de um Recife da década de 60/50, suas tradições carnavalescas, seus costumes e sua relação com o carnaval é o princípio de uma formação para a cidadania da presidenta do CEPC.

No âmbito do debate e intervenção negra nas políticas, as mulheres negras ao se reconhecerem como tal, empreendem uma força e uma intencionalidade política. Como sujeitas, direcionam a participação de diversas outras pessoas negras a atuarem como tal. No conselho de política cultural de Pernambuco, Tereza me impressionou e me empolgou. Sua forma de atuar, dialogar traz esperança para a ampliação da participação e cidadania cultural negra. Nessa busca de referências e de responder como ampliar a participação de pessoas negras nas intervenções de políticas culturais, para identificar os negos no CEPC tivemos que nos valer do conceito de fenótipo que foi construído ao longo do tempo pelo movimento e que balizou governos e universidade no enfrentamento às fraudes nos concursos públicos que utilizam cotas raciais. Também a portaria do governo federal de abril de 2018 que regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais.

Tal processo de heteroclassificação nos ajuda no âmbito das políticas culturais uma vez que há pouca institucionalidade no que se refere a auto declaração com preenchimento de formulários públicos que omitem o quesito cor.

Então, eu mesma me declaro negra, é claro, por duas questões: Primeiro porque eu trago nas minhas características um fenótipo negro. Olhando para mim, você vê uma negra. E eu me declaro nessa condição social de negra por isso e também por entender que a mulher negra tem que ocupar um espaço político-social-educacional e ela só vai ocupar esse lugar à medida em que ela realmente se autodeclarar como negra. Então é dentro desses dois princípios. (Tereza França. Recife, 2022)

Eu avalio o “jogo de cintura” dessa militante para alcançar um espaço de referência e se tornar presidenta do Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco. Uma vez que o racismo atinge os jovens e as mulheres negras de forma mais agressiva e direta. Segundo a rede de mulheres negras, são as mulheres negras, independentemente de sua condição de escolaridade, que têm o menor salário no mercado de trabalho, que sofrem violência obstétrica, são preteridas em locais de trabalho e em espaços de poder. Segundo site do Geledés – organização das mulheres negras. Lélia Gonzáles já dialogava sobre o lugar de subalternidade reservado as mulheres negras e falou de “hierárquica” no que se refere ao tema do mercado de trabalho no censo de 1980.” No que diz respeito aos melhores salários nas diferentes profissões, vamos encontrar a relação hierárquica, e no primeiro plano está o homem branco, abaixo, a mulher branca, em seguida o homem negro, e finalmente a mulher negra”. E conclui Gonzáles que “é importante que o racismo deve ser encara o olho no olho” (Gonzáles, 2020, p. 249).

Tereza França de Oyá, está entre essas mulheres inquietas e que a partir de suas histórias de professora, ativista se coloca à disposição de uma luta e articulação coletiva. Nesse sentido, seus depoimentos são reveladores de compromissos. O perfil ativo de mulheres negras envolvidas com a luta por políticas de inclusão refletida na multidão que fizeram a marcha de 2015 pelo bem viver é o mesmo perfil de mulheres como Tereza França de Oyá, que se dispõe a dialogar sobre a sociedade, suas contradições, e se colocam à disposição para enfrentar.

Eu não conhecia o Conselho, sempre ouvir falar, mas não conhecia. E a minha vivência na cultura, no esporte e no lazer me chamou para trazer uma contribuição no Estado a partir de políticas públicas no sentido do esporte, do lazer e da cultura com dois princípios básicos: o primeiro era o lugar de fala da mulher, independente de negra ou não. No lugar de fala de mulher nessa política pública. (Tereza França, Recife, 2022)

O compromisso de Tereza com a coletividade, sua descrição e cuidado ao tratar do tema da falta de espaço dos fazedores de cultura como protagonistas das políticas públicas no os afeta, motiva uma participação na construção de políticas cultural e revela uma disposição para se colocar a serviço de um projeto coletivo de inclusão e de cidadania cultural de mestres, mestras e brincantes das culturas populares e tradicionais que ela se vincula e se coloca como

porta voz. Vemos que é impulsionadora de um processo de inclusão e pertencimento, do lugar de fala dos que fazem a cultura e devem ser beneficiados pelas políticas culturais do estado. “O segundo ponto que me levou (a participar do CEPC) era o lugar de fala da dos participantes, dos fazedores de cultura, dentro de uma política pública que é também responsabilidade do conselho” (Tereza França. Recife, 2022).

Ao destacar o lugar de fala, Teresa remete ao conselho como lócus de atuação dos fazedores de cultura, de uma intervenção mais direta desse segmento na construção das políticas e observa a ausência dessas lideranças em processos de participação social no campo das políticas públicas. A marca dialógica de sua participação no Conselho a leva ao lugar de presidenta. Minha leitura é que os princípios e as motivações que levam Tereza a se declarar Negra, mulher negra, se alinham a princípios defendidos por mulheres de diversos movimentos. É como Lélia Gonzáles quando assumiu o compromisso de se tornar candidata a deputada federal, a despeito das formas como o racismo ataca mulheres negras e como atacava em seu tempo. Desse lugar de observador vinculado ao setor cultural, vejo que é o mesmo lugar que levou as trinta mil mulheres à marcha em Brasília em 2015.

Em protesto, as organizações de mulheres negras no Brasil foram capazes de chamar a atenção da sociedade sobre sua condição e dificuldades, ao tempo em que foram capazes de trazer conceitos importantes sobre participação social e bem viver para o cotidiano da luta política por efetivação de direitos. Em 2015 o movimento de mulheres brasileiras demonstrou sua força e reuniram em Brasília/DF, cerca de trinta mil mulheres negras para entregar um documento ao governo federal, com seus entendimentos sobre políticas públicas e o bem viver.

A força demonstrada pelo movimento de mulheres negras em 2015, se alinha a movimentos históricos de organização de mulheres negras e impulsionam outras mulheres negras a uma maior intervenção na política. No campo da política cultural, onde a intervenção política é, digamos, insuficiente, também impulsiona a intervenção do segmento.

Garantir a oportunidade e acesso a postos de trabalho e emprego, com remuneração justa e adequada, tendo como parâmetro a equidade racial, étnica, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geração, deficiências, de condição física e mental para o acesso e permanência nos postos de trabalho. Deve-se também assegurar legalmente a participação em atividades comunitárias e de organização sindical. (Trecho do Manifesto das Mulheres Negras. Brasília, 18 de novembro de 2015)

No campo da política cultural, o perfil de lideranças e de compromisso com a continuidade das tradições, de mulheres que compreendem o campo das manifestações culturais

como lugar de proteção familiar e comunitária. As mulheres negras de seu tempo, são influenciadas pelo discurso e organização do movimento. Filha de costureira, Tereza lembra que a casa de sua família no bairro de Santo Amaro, Recife, era uma referência. Sua mãe fazia questão de receber na porta de casa os grupos culturais carnavalescos e interagir com eles. Essa prática de desfiles carnavalescos pelas ruas dos bairros do Recife é vivenciada pela maioria dos bairros antigos da cidade do Recife. Lideranças, comerciantes, servidores públicos moradores dos bairros são estimulados a receberem em suas casas esses brincantes. Essa prática diminuiu nos últimos tempos, porém as casas de lideranças culturais continuam como lugares de referência de grupos populares e muitas vezes são o endereço da sede e barracões de produção de fantasias e adereços dos grupos populares.

Ao observar o Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco, considerando o fenótipo dos participantes, é fácil identificar que a população negra é sub-representação no CEPC. Mesmo considerando o aumento da participação popular no conselho a partir de 2013 quando o Estado de Pernambuco aderiu ao Sistema Nacional de Cultura e adequou sua estrutura de conselho de participação de forma a ampliar sua participação e a democracia. Ao arbitrar em relação ao componente racial do CEPC, se faz necessário justificar tal feita. Ocorre que o conselho de política cultural de Pernambuco não verifica o pertencimento racial no processo de escolha dos conselheiros. As fichas de cadastro e inscrição para conselheiros não perguntam sobre raça ou identidade de gênero, assim não teríamos a condição estrutural para verificar quantas lideranças negras participam da cena.

O quesito cor nos formulários públicos de inscrição e cadastros, é uma conquista do movimento social desde os anos noventa. Tal preenchimento em formulários, está vinculado à coleta de dados para uma melhor compreensão e aplicação de políticas públicas considerando o público a ser atendido ou beneficiado. Dados de raça, cor, gênero, identidade de gênero, são fundamentais para uma compreensão do perfil dos beneficiários de políticas, para verificação da aplicação das políticas de equidade e igualdade de oportunidades e direitos. A política pública brasileira, ao considerar em sua atuação a dimensão das desigualdades, apontam possibilidades de romper com tal problema social. No caso dos mecanismos de participação social existentes para o fortalecimento e avanço das políticas públicas, como são os conselhos de políticas culturais, a ausência de formulários de processo eleitoral, reuniões ou encontros, impedem uma compreensão de qual o perfil do participante e prejudica a construção de uma atuação no campo do diálogo com a sociedade e sua diversidade.

A opção por formulários públicos que identifiquem o perfil e a característica dos participantes, atendidos ou beneficiários, é uma prerrogativa de quem está à frente de processos

e estruturação das ações públicas, portanto, é uma opção política que se vincula às preocupações com processos de inclusão social, racial e de gênero. Entender o perfil dos participantes nos processos de participação social permite avaliar o avanço ou retrocesso da participação e inclusão de segmentos da sociedade que historicamente se encontra em situação de vulnerabilidade ou exclusão como são os negros e mulheres. Tanto os homens negros como as mulheres ainda amargam os piores índices no que se refere a inclusão social no Brasil.

São os jovens homens negros as principais vítimas de violência do Estado e são a mulheres negras que na escala da tripla jornada de trabalho estão em pior situação, também são elas que estão nas piores faixas salariais do país, e figuram ainda como maioria nos trabalhos domésticos e no subemprego. Numa escala salarial, ainda que em formação intelectual e acadêmica adequada, as mulheres negras ficam abaixo. A verificação do quesito raça/cor nos formulários públicos nos permite olhar o perfil, compreender desigualdade e apontar possibilidades de mudanças. O contrário também pode ser observado e os dados gerados por formulários públicos que contemplam gênero e raça, por exemplo, podem nos dar dados de uma realidade em que a dimensão das desigualdades de gênero e raça seguem avançando para sua superação.

Do ponto de vista da participação social, homens e mulheres negras são bem presentes, no entanto, a falta de dados no campo das políticas de participação cultural impede uma melhor compreensão do perfil do participante. A negação da identificação mais completa do cidadão impede uma verificação do avanço da democracia participativa no que se refere a população negra. Para se compreender o perfil dos integrantes do Conselho Estadual de Política Cultural, nos valem da metodologia de heteroclassificação usada no campo das políticas de verificação do cumprimento das cotas raciais no serviço público e no preenchimento das vagas nas universidades onde o fenótipo, a característica física dos participantes é observada a partir da ajuda e assessoria de lideranças negras da luta contra o racismo.

A presidenta Tereza França defende a importância da identificação do quesito raça/cor nos formulários públicos e a heteroclassificação quando necessário, em seu trabalho como professora da Universidade Federal de Pernambuco envolvida com a gestão de políticas de inclusão da população negra no ensino superior, está envolvida com a instituição das políticas de cotas raciais e compõe as comissões de heteroclassificação criadas para dar concretude aos projetos e evitar fraudes. No entanto, sua atuação como presidenta do CEPC em Pernambuco não logrou êxito com o tema dos formulários de auto declaração do quesito cor na cultura. O CEPC segue com formulário incompleto.

Considerando que eu tenho uma experiência e uma formação da heteroclassificação nesse momento, agora que eu acho importante destacar um trabalho científico, eu não tinha pensado nisso antes. Mesmo participando do conselho, não tive a percepção de identificar esse coletivo dentro do conselho. Mas pensando agora a partir de sua pergunta, como todo lugar, a participação da mulher e do homem negro no conselho é muito pequena. Pois nós tínhamos vinte conselheiros institucionais, ou seja, indicados pelo governo, e vinte conselheiros e conselheiras da sociedade civil. Dentre esses quarenta conselheiros é um perfil (percentual) muito pequeno. Estou aqui tentando lembrar todo os meus colegas no conselho e eu identifico quatro mulheres e cinco homens. Eu estou aqui identificando eles pelo fenótipo. (Tereza França, em entrevista. Recife 2022)

A definição política por ocultar a característica dos componentes do conselho de política cultural, revela a pouca preocupação com o perfil do coletivo e sua importância na composição de um conselho diverso, representativo da sociedade pernambucana. A sub representação das pessoas negras sugere de um lado a falta interesse de lideranças negras em contextos de participação social no campo da cultura em Pernambuco, sugere ainda que há um histórico de conselhos de cultura em que não há lugar para aqueles e aquelas que produzem a cultura popular e tradicional no estado, uma vez que a tradição de composição dos conselhos em Pernambuco, carregam interesses de classe, em perfil vinculados ao mundo acadêmico, a literatura e ao patrimônio construído, edificado.

É com o avanço do debate nacional sobre políticas estruturantes no campo da cultura, onde a capital pernambucana, Recife estava envolvida, que há o impulsionamento do governo estadual em dialogar sobre as mudanças no perfil do conselho estadual. As mudanças no modelo do Conselho Estadual de cultura em Pernambuco, está vinculada a adesão ao Sistema SNC, onde o estado ou município ao formalizar sua entrada no SNC, assina um termo de adesão, um acordo de cooperação federativa em que se compromete a criar seu sistema estadual ou municipal de cultura, criar as instâncias que compõem um sistema, onde está o conselho.

No que se refere ao modelo de conselho, na adesão ao SNC é firmado o compromisso de criar um conselho de políticas culturais, com paridade de participação do governo e sociedade, com caráter democrático e deliberativo das políticas culturais do ente federado, agora membro do Sistema Nacional de Cultura. O Conselho de Cultura de Pernambuco passa a assumir uma característica mais ampla, com paridade, eleições, conseqüentemente um espaço de diversidade dos fazedores da produção cultural pernambucana, em 2012/2013, com a adesão do governo de Pernambuco ao SNC, evidencia-se uma pressão externa para amplie-se a democracia, se realize conferencias estaduais e crie-se o Plano Estadual de Cultura, a Lei do Plano, a Lei do Sistema e a Lei do Fundo Estadual de Cultura. As mudanças no Conselho e a

ampliação do debate fomenta a diversidade cultural e identifica-se uma presença negra mais efetiva no conselho.

Os avanços na participação social em Pernambuco refletem o ocorrido no Brasil, e evidencia-se as articulações das pessoas e grupos culturais negros, especialmente as mulheres negras. Os debates sobre ações afirmativas na cultura, a política nacional de ações afirmativas do governo federal, a visibilidade de instituições como a Fundação Cultural Palmares e os editais afirmativos realizados pelo ministério da cultura, foram fundamentais para a ampliação da diversidade de gênero e raça na participação social e monitoramento de políticas públicas de cultura.

A ampliação da participação de mulheres negras nesses processos de participação que reflete significativamente em Pernambuco refere-se muito à capilaridade do programa Cultura Viva – Os Pontos de Cultura, e do ponto de vista dos movimentos sociais, ao crescimento do movimento de mulheres negras e sua expressão maior de mobilização a partir da Marcha das Mulheres Negras ocorrida em Brasília no ano de 2014. A Marcha impulsionou organizações de mulheres negras e influenciou na participação dessas mulheres em debates de políticas públicas a exemplo do setor cultural.

Depois de todas essas ações, nós vimos aumentar o número de mulheres negras candidatas a cargos eletivos, o que nos mostra um crescente. Mesmo que a eleição de 2020 não tenha expressado o número de concorrentes, de uma forma ou de outra você vai perceber que o número de mulheres trans e cis negras eleitas, começa a fazer pressão na sociedade brasileira”. A fala de Valdecir afirma a informação do Tribunal Superior Eleitoral, a respeito das eleições municipais de 2020. Em números totais, 84.418 mulheres negras foram candidatas a vereadoras em 2020, mas apenas 3.634 foram eleitas, representando 6% nas câmaras municipais.¹⁹

Coletivos, grupos, movimentos de mulheres negras fortaleceram seus discursos e suas capacidades de intervenção política coletiva nos anos dois mil. Mulheres como a presidenta do Conselho Estadual de política Cultural, Tereza França, são mulheres desse nosso tempo, imbuídas de uma referência histórica, social e comunitária, de uma força trazida pelas tradições de famílias negras e seus envolvimento com o fazer cultural.

Porque eu bem pequena, quatro, cinco anos, eu participava de toda essa manifestação pernambucana porque minha mãe e meu pai tinham muita participação direta nesses espaços, e aí quando eu completei oito anos, fui jogar, aí teve mais essa minha participação dentro do esporte, então nesse

¹⁹ Disponível em: www.baoba.org.br. Acesso em: 29 jun. 2023.

sentido, era o lugar fala muito mais com essa propriedade de quem vive, de quem olha e de quem escuta a cultura. (Tereza França em entrevista, novembro 2022)

A história de vida dos conselheiros vinculados as tradições culturais pernambucanas, a interferência dos debates promovidos pelo movimento negro brasileiro no século XX com uma certa dicotomia entre movimento político e movimento cultural, deram contornos na atuação militante de conselheiros negros de cultura em Pernambuco.

A ampliação e o esforço de participação dessa lideranças no contexto de uma sociedade racista e de um governo influenciado por concepções eurocêntricas do fazer cultural tiveram apoio e fortalecimento na nova área de debates ocorridos nos anos dois mil, notadamente as mudanças ocorridas nesse pensamento e na prática política no final do século 20 e início do século 21 sobre uma atuação mais complexa da militância inserida na luta contra o racismo, ocorre que felizmente a compreensão hoje é muito mais ampla, pois entendemos que cultura, estética e política é parte integrante da luta contra a discriminação e desigualdades de gênero e racial. Como mulher de seu tempo, Tereza e outras lideranças negras do CNPC/PE trazem em suas atuações a marca de um movimento social e cultural negro, indissociáveis.

Ao observar a militância das lideranças negras no Conselho Estadual de Política Cultural, ao considerar seus esforços em intervir nas políticas públicas, me impressionei com a paciência política de Tereza França de Oyá e seu compromisso explícito em buscar responder aos anseios de mestres e mestras da cultura popular pernambucana em poder realizarem seus trabalhos, seres respeitados e remunerados pelo que fazem. Sua atuação dialoga com a necessidade de considerar a força da cultura afro-brasileira e a forte intervenção negra na cultura brasileira, como elemento fundamental de enfrentamento e superação do racismo.

A experiência no CEPC/PE que acompanhei me permite afirmar que, a despeito dos esforços das lideranças negras na intervenção das políticas, a despeito da conquista de uma presidenta negra no conselho, as conquistas ainda são poucas. Uma vez que uma das maiores conquistas do conselho foi a elaboração e criação do Plano Estadual de Cultura de Pernambuco, na primeira gestão do CEPC/PE, em que sua implementação faz parte das negociações do mandato de Tereza França de Oyá como presidenta junto ao governo. O Plano Estadual de Cultura de Pernambuco é uma deliberação do conselho, no entanto não se consolidou como lei estadual, como consta em termo de compromisso do Estado de Pernambuco com o SNC.

Quando era no carnaval, a minha casa de esquina com um bar, eu pequena vendo os meninos que eram assistas, o pessoal das escolas de samba, do

maracatu, dos afoxés que ima se apresentar naquele palanque, ima lá minha casa porque conheciam minha mãe e minha mãe fazia caldeirões e caldeirões de feijoada, dobradinha. Por isso que é tão importante essa discussão.”... então, eu cresci vendo isso, vendo a cultura. (Tereza França, entrevista, novembro 2022)

CONCLUSÃO

Uma das questões que me provocaram nesse trabalho foi o desafio de falar sobre pessoas e militância negra no Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC) e ter que usar parâmetros próprios e a denominada heteroclassificação para identificar as pessoas negras no CEPC. Ocorre que no Conselho de Pernambuco não há dados sobre o perfil e o pertencimento racial dos seus membros.

Nesse sentido, é necessário afirmar sobre a necessidade do setor cultural, notadamente o CNPC de Pernambuco e suas políticas de inserir o componente raça/cor em seus formulários a fim de melhor identificar o perfil de seus membros, público atingido nesse mecanismo de participação e ou beneficiário da política cultural. O quesito cor nos formulários públicos é uma conquista do movimento negro brasileiro que vem sendo aprimorada desde o censo de 1991 quando realizou a campanha “Não deixe sua cor passar em branco”. O quesito cor nos formulários do poder público permite identificar o perfil das pessoas atingidas pelas políticas e contribui para um melhor delineamento da ação do Estado em atenção as diversidades de raça existente. No que se refere à população negra, a identificação étnico-racial é uma ferramenta importante para processos de inclusão e emancipação social, econômica dessa significativa parcela da população que historicamente está inserida em processos de exclusão.

Desde 2017, a coleta do quesito raça/cor é obrigatória em todos os sistemas de informação do SUS. O setor tem histórico de estruturação de sua política onde o componente racial aparece como fundamental para a implementação e avanço nas políticas de saúde da população em geral e em especial da população negra. O setor cultural, precisa inserir em sua prática a coleta de dados, uma vez que o avanço das políticas culturais com a utilização de dados pode dar saltos ainda mais qualitativo no que se refere a sua capacidade de inclusão social, aprofundamento da democracia e direito a cultura.

Em 2023, o Presidente Lula sancionou a Lei nº 14.553/2023 que altera o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.228/2010) e garante obrigatoriedade da coleta de dados para identificação étnico-racial no mercado de trabalho.

Assim, podemos identificar elementos fundamentais para inserção da população negra em processos participativos no campo das políticas culturais, em espaços de comando e poder. Entre eles a identificação étnico-racial que verifica a presença dessa população.

Durante o trabalho, foi possível utilizar o critério da heteroclassificação, já utilizados pelo poder público para enfrentar as fraudes no sistema de cotas brasileiros e identificar que há

uma forte presença negra na participação social em Pernambuco, o entanto essa mesma representação não se reflete nos espaços de comando, de poder e lideranças constituídas.

Embora Pernambuco tenha conselho de cultura desde os anos sessenta, a professora Tereza França de Oyá, é a primeira, e até agora a única mulher negra a presidir um conselho de cultura em Pernambuco. No arranjo institucional da política de participação social por meio da cultura no Estado de Pernambuco, são três conselhos de cultura: Conselho de Preservação do Patrimônio, Conselho Consultivo do Audiovisual e Conselho Estadual de Política Cultural.

Por fim, podemos reafirmar o que foi dito anteriormente que a armadilha do racismo coloca em situação de inferioridade e subalternidade pessoas e expressões negras. E que em Pernambuco, mais que em outros estados da Federação, essa prática está associada àquilo que o movimento negro nos ensinou como leitura da sociedade, que é a necessidade da desconstrução do Mito da Democracia Racial brasileira, “o mito mais caro aos processos de dominação no Brasil” (BAIRROS, 1996). E que, sim, existe um esforço sobre humano de lideranças negras para se manterem vivas e atuantes, enfrentando o racismo de cada mesmo em lugares supostamente “livres” como o ambiente da cultura.

Sem a pretensão de que este seja um trabalho e uma reflexão conclusa, me arvorar a avaliar que o racismo brasileiro leva lideranças negras a empreenderem um injusto esforço para estarem inseridos e inseridas em espaços de poder e de representação social e política, ainda que sejam espaços onde tais lideranças são referências positivas como nos espaços de discussão e construção de políticas públicas de cultura, setor social e produtivo onde os e as negras priorizam suas atuações e tem reconhecida contribuição.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BAIROS, Luiza. Orfeu e Poder: Uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. **Afro Ásia**, Salvador, n. 17, p. 173-186, 1996.

CARDOSO, Edson Lopes. **Nada os trará de volta**: Escritos sobre racismo e luta política. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DAGINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1080-1099, 2018.

GONZÁLES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização Flávia Rios, Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MORAES, Regina. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

MUNANGA, Kabenguele (org.). **História do Negro no Brasil**. Brasília: FCP, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. **Combate ao racismo**: Discursos e projetos. Abdias do Nascimento Deputado, volume 4. Brasília: Editora da Câmara dos Deputados, 1985.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo** – documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo: Perspectiva, 2020.

NASCIMENTO, Eliza Larkin (org.). **Cultura em movimento**: Raízes africanas e cultura negra no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008.